

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

TALARICO, José Gomes. *José Gomes Talarico I (depoimento, 1978/1979)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1982. 156 p. dat.

JOSÉ GOMES TALARICO I
(depoimento, 1978/1979)

Ficha Técnica

tipo de entrevista: história de vida
entrevistador(es): Maria Cristina Guido; Reinaldo Roels Júnior
levantamento de dados: Maria Cristina Guido; Reinaldo Roels Júnior
pesquisa e elaboração do roteiro: Maria Cristina Guido; Reinaldo Roels Júnior
sumário: Lucia Hippolito
conferência da transcrição: Lucia Hippolito
copidesque: Carlos Alberto Lopes
técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes
local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil
data: 15/09/1978 a 02/07/1979
duração: 7h 40min
fitas cassete: 09
páginas: 156

Entrevista realizada no contexto da pesquisa "Trajetória e desempenho das elites políticas brasileiras", parte integrante do projeto institucional do Programa de História Oral do CPDOC, em vigência desde sua criação em 1975.

temas: Getúlio Vargas, Governo João Goulart (1961-1964), Guanabara, José Gomes Talarico, João Goulart, Ministério do Trabalho, Movimento Estudantil, Partido Comunista Brasileiro, Partido Trabalhista Brasileiro, Política Estadual, Política Nacional, Sindicalismo

Sumário

1ª Entrevista: a formação do PTB em 1945; o final do Estado Novo e o projeto da União Cultural Brasileira; atuação do PC na área trabalhista; o PTB e as eleições de 1945; o registro do PTB; a transferência de Talarico para o Rio; repórter de A Noite; a família Talarico; participação nas greves estudantis desde 1929; a segunda prisão, aos 13 anos; depredação da sede do PRP; fuga da casa paterna (1930); lembranças familiares; primeiro encontro com Getúlio Vargas; caravana de estudantes ao Rio Grande; fundação da UNE; Ana Amélia Carneiro de Mendonça e a Casa do Estudante do Brasil; secretário do Centro Acadêmico Osvaldo Cruz; curso de criminologia na Escola de Polícia de São Paulo; curso de filosofia na Faculdade de Filosofia de São Bento (SP); transferência para o Rio; presidente do Centro Acadêmico de Criminologia; fundação do PTB; quererismo; Hugo Borghi; candidatura Dutra e apoio de Vargas; o PTB/DF; PTB ideológico x PTB getulista; o sindicalismo brasileiro; atividades profissionais no Ministério do Trabalho; inspetor do trabalho; presidente da Comissão do Imposto Sindical; presidente da Associação dos Servidores; o governo Dutra; Otalício Negrão de Lima no Ministério do Trabalho; intervenção nos sindicatos; a Confederação Nacional dos Trabalhadores (CNT); e a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT); o direito de greve; rompimento entre o PTB e o ministro do Trabalho; criação do agente de economia popular; trabalhistas e comunistas; volta de Getúlio ao poder; restabelecimento da liberdade sindical; redemocratização do Ministério do Trabalho; destruição do arquivo do Ministério do Trabalho em 1964.

2ª Entrevista: origem familiar; família paterna; família materna portuguesa; o I Congresso Ibero-Americano de Seguridad Social; visita ao general Franco; participação do pai no PRP; estafeta na Revolução de 1924; a primeira prisão, aos nove anos; mudança para a casa do tio; movimento estudantil brasileiro desde 1918; a Bucha; Olavo Bilac; a criação da UNE e sua primeira diretoria; a criação da CBDU; eleições na UNE em 1942; a União Cultural Brasileira; eleições de 1945; a criação do PTB/DF; as mobilizações populares da UDN e do PC em 1945; os trotskistas e a Esquerda Democrática; a formação do PTB, o decreto-lei nº 9.070; os ministros do Trabalho no governo Dutra; a cassação do registro do PC; a repressão aos comunistas dentro do Ministério do Trabalho; as eleições de 1950; a revolta dos sargentos em 1947; o segundo governo Vargas; as concessões ao PSD; os problemas com Exército; os ministros do Trabalho no segundo governo Vargas; a criação da Comissão Técnica de Orientação Sindical; a greve dos marítimos; a extinção do decreto-lei nº 9.070; a administração de João Goulart no Ministério do Trabalho; a Tribuna da Imprensa e a república sindicalista; Danton Coelho x Goulart; a demissão de Jango; "180 contos para a banheira de Gregório".

3ª Entrevista: o Manifesto dos Coronéis e a demissão de Jango; a nomeação de Hugo de Faria; Jango assume a presidência do PTB; PTB/DF contra Ivete Vargas; primeiro suplente de deputado (1954); a liberdade sindical; a saída de Segadas Viana do Ministério do Trabalho; o Pacto de Unidade Intersindical; o Comitê de Imprensa do Ministério do Trabalho; a estrutura do PTB/DF; relações entre o PTB/DF e o PTB nacional; a ascensão de Sérgio Magalhães; as eleições de 1960 na Guanabara; as candidaturas de Tenório Cavalcanti e Mendes de Moraes; o Grupo Compacto do PTB; a Frente Parlamentar Nacionalista; a derrota de Jango ao Senado em 1954; as eleições de 1955; a "traição" de Juscelino; os ministros do Trabalho do governo Juscelino; a Comissão do Imposto Sindical; a ascensão de Jânio Quadros em São Paulo; os ministros militares do governo Juscelino; o Conselho de Segurança Nacional; a greve dos transportes coletivos (1958); a prisão do depoente; Juscelino e Ivete Vargas; o PTB e o governo Jânio Quadros; a renúncia de Jânio; as eleições de 1962; a ascensão do PTB; Brizola eleito deputado federal pela Guanabara; a bancada do PTB na Assembléia Legislativa; as reformas de base; Sérgio Magalhães e Lacerda; o plebiscito.

4ª Entrevista: fim do governo Goulart; o 1º de maio de 1963; PC x seu esquema sindical; a Frente Parlamentar Nacionalista; a Frente de Mobilização Popular; Jango e Arrais; a viagem aos Estados Unidos (1963); a conspiração contra Goulart nos Estados Unidos; a demissão de Carvalho Pinto do Ministério da Fazenda; San Tiago Dantas e a ITT; aprovação das contas do governo Lacerda; o pedido de estado-de-sítio; os ministros militares no governo Goulart; o comício de 13 de março na Central do Brasil; o fracasso do dispositivo militar de Jango; acefalia no Ministério da Guerra; Castelo Branco na liderança da conspiração contra o governo Goulart.

1ª Entrevista: 15.09.1978

C.G.- Talarico, já que está se colocando agora essa questão da reestruturação do Partido Trabalhista e você está muito empenhado nesse processo, talvez fosse interessante começarmos falando sobre isso. Esse projeto que você está pretendendo levar seria a reestruturação do PTB ou seria criação de um novo PTB? E como é que você veria esse PTB que você está propondo hoje com relação ao PTB de antes de 66?

J.T.- Bom; aí são dois aspectos. O primeiro, do antigo PTB e, em seguida, o do novo PTB ou de um novo partido trabalhista, que está sendo concebido e projetado. No que tange ao antigo PTB, é preciso que se esclareça que ele surgiu em função de uma lacuna na organização dos partidos em 1945, quando o país se preparou para a redemocratização após a Segunda Guerra Mundial.

Antes da idéia de formação de partidos, é preciso que se esclareça que surgiu um movimento popular, por parte dos amigos do dr. Getúlio, no sentido de estabelecer uma acomodação de uma assembléia constituinte para a elaboração de uma nova carta magna para o país. É preciso dizer que, na decretação do Estado Novo, estava previsto um plebiscito popular para que o povo brasileiro se manifestasse sobre a aceitação ou não desse regime instituído em 1937. Evidentemente, esse plebiscito não foi realizado, apesar de terem sido feitas algumas tentativas no curso de 37 a 45, por parte das pessoas que desejavam uma legalização do Estado Novo. Assim, quando houve a vitória das nações aliadas, era inevitável que nós, aqui no Brasil partíssemos para a redemocratização. E, neste sentido, não só os que se opunham ao Estado Novo como os que apoiaram o dr. Getúlio no curso desses anos passaram a se posicionar.

É bem verdade que o dr. Getúlio, já no ano de 42 para 43, tinha pensado em estabelecer uma organização para fins políticos, apesar de, no projeto, ser uma associação ou união cultural brasileira. Tinha ele encarregado o então ministro da Justiça, dr. Marcondes Filho, de elaborar esse projeto. Isso seria o preâmbulo de uma organização política futura, onde se situariam as pessoas que apoiavam o dr. Getúlio, e tinha como objetivo reunir as figuras de maior expressão do país na época, a fim de constituir uma base política e intelectual para essa organização. O dr. Marcondes Filho, entretanto, ao convocar o dr. Moisés Vellinho, que era então membro do Conselho Administrativo do Estado do Rio Grande do Sul, confidenciou a ele as bases dessa organização. Este, ao

fazer um contato com o ministro Osvaldo Aranha, contou ao então chanceler a intenção de Marcondes Filho nessa organização.

Evidentemente, Marcondes, dentro do governo do dr. Getúlio, situava-se em outra posição que não a de Osvaldo Aranha. E Osvaldo Aranha, já nessa ocasião, tendia para uma posição mais liberal, mais democrática com relação ao governo. Essa revelação feita por Marcondes Filho a Moisés Vellinho trouxe problemas ao dr. Getúlio, para a formação desta projetada entidade, que tinha uma fachada cultural mais que, no fundo, seria uma organização para preparar as bases políticas futuras no país. E, conseqüentemente, em função disso, ela acabou não sendo concretizada.

C.G.- E por que você acha que Getúlio, naquele momento, já estaria preocupado com isto?

J.T.- Evidentemente, nesta época – 42, 43 – as vitórias do Eixo já não eram muito acentuadas, e começava a haver a reação dos Estados Unidos e da Europa sustando aquela marcha esmagadora do nipo-nazifascismo. É preciso dizer que não data de 42, 43, a idéia do dr. Getúlio de constituir um partido em bases socialistas ou socializantes. Mas, antes de 37, em 36, ele já manifestara a alguns amigos a necessidade de formação de um partido popular-democrático com base na organização dos trabalhadores. Em 32, mesmo, antes da Constituição de 34, na apreciação dos problemas político-partidários do país, ele também se manifestava a favor de um partido de base operária. Isso significa, portanto, que o dr. Getúlio tinha uma idéia fixa em torno de organização do partido popular-democrático. Evidentemente, as circunstâncias do país não permitiram que ele pudesse concretizar isso. Mas, na realidade, o dr. Getúlio sempre teve essa idéia. Em 45, quando o PSD se constituiu na base da organização governamental existente, não só nos estados como nos municípios, e surgiu a União Democrática Nacional como um partido de oposição, e ainda o PR, o dr. Getúlio, com a sensibilidade que tinha, constatou que a área popular, a área dos trabalhadores, tinha ficado afastada, não ficara integrada em qualquer dos partidos então constituídos. Isto determinou que ele recomendasse ao ministro do Trabalho, dr. Marcondes Filho, a preparação das bases do Partido Trabalhista Brasileiro.

C.G.- Essa área trabalhadora não estaria mais ou menos coberta pelo Partido Comunista?

J.T.- Não; porque, evidentemente, o Partido Comunista, que tinha participado também da campanha pela Constituinte e ainda vinha empolgando algumas áreas operárias e algumas áreas sociais em consequência da repercussão do nome de Luís Carlos Prestes, não era o partido que dr. Getúlio tinha idéia, o partido que estava no seu pensamento. A sua idéia era a formação de um partido socialista-democrático ou um partido, vamos dizer, democrático-popular. A impressão que tenho é que o dr. Getúlio deu instruções ao ministro do Trabalho, Marcondes Filho, para estudar a formação de um partido. E, sem dúvida nenhuma, houve uma grande influência por parte do Partido Trabalhista Inglês, que, como se sabe, é um partido de base eminentemente sindical. Ele é formado na sustentação das organizações sindicais. Evidentemente, um partido desta natureza se anteporia a um partido marxista ou ao Partido Comunista Brasileiro.

Era evidente que Prestes, que havia adotado o credo comunista em 1931, desejaria aproveitar esta grande oportunidade da redemocratização para formar um Partido Comunista forte. Mas, no meu modo de ver, enquanto o dr. Getúlio foi objetivo ao constatar a necessidade da criação de um partido para os trabalhadores, o líder comunista Luís Carlos Prestes cometeu o seu primeiro erro de estratégia política, ao querer formar um partido comunista quando nem conheciam sociologia. Elas estavam ainda sob pressão e nos grandes centros, desde 1934, de se movimentar dentro de qualquer partido.

Então, o dr. Getúlio teve mais objetividade quando considerou a necessidade de formação de um partido de trabalhadores, e Luís Carlos Prestes errou. Se ele, ao invés de constituir um partido comunista brasileiro, tivesse constituído um partido de trabalhadores, mesmo com objetivos marxistas, poderia ter tido mais êxito do que teve. Mas, sem dúvida, o êxito de Luís Carlos Prestes foi grande. Aqui no Rio de Janeiro, em São Paulo e em outras regiões ele obteve grandes vitórias eleitorais no ano de 46. Basta dizer que a representação comunista na Câmara e no Senado foi bastante expressiva. E na Câmara de Vereadores, aqui no Distrito Federal, ele elegeu um grupo numeroso e bastante atuante.

O Marcondes Filho, ao receber essas instruções, procurou formar o PTB na base dos líderes sindicais. Tanto assim que na primeira representação eleita para a Câmara dos Deputados, ou para as assembleias legislativas e câmaras municipais, a presença de dirigentes sindicais foi muito acentuada, talvez de 80%. Eu não me lembro agora qual foi o número de deputados eleitos em 45, mas tenho a impressão de que foi na ordem de

27, 32, por aí. E desses, 80% eram realmente presidentes de sindicatos ou de associações de classe, evidenciando que a formação do PTB teve orientação nas bases dos trabalhadores.

Quero também acentuar que o fato de o PTB ter colocado o dr. Getúlio como cabeça da chapa propiciou-lhe uma grande votação. Aqueles que não tinham possibilidades de desenvolver uma campanha eleitoral eficaz, como os elementos do PSD, da UDN e do PR, foram cobertos pela legenda com os votos obtidos pelo dr. Getúlio, eleito para a Câmara de Deputados e para o Senado pelo Rio Grande do Sul e São Paulo. De forma que essa primeira representação do PTB na Câmara dos Deputados, em 46, foi quando na sua totalidade integrada por antigos líderes sindicais.

Havia ainda homens como Manoel Vargas Neto, que tinha sido um grande poeta, sobrinho do dr. Getúlio, e era um escritor ilustre na época. Ele talvez tenha sido o poeta mais comentado no Rio Grande do Sul. Havia também um coronel do Exército, Rui de Almeida, e o presidente do Clube de Engenharia, Edson Passos. Verifica-se então que, fora da área sindical, as pessoas eleitas pelo PTB tinham uma grande expressão, ou eram pessoas eleitas pelo PTB tinham uma grande expressão, ou eram pessoas que tinham realmente significação pessoal e política.

Agora, há um detalhe bastante interessante que faço em caráter confidencial e sigiloso, porque não gostaria que isso viesse a ser divulgado, mas deixo a juízo de quem me interroga. A formação de partido tinha que cumprir a exigência de subscrever um número de eleitores (30 ou 50 mil) para obtenção de registro. Nas vésperas da concessão do registro do PTB faltavam cerca de sete a oito mil assinaturas, e o prazo era fatal. O esforço feito no Rio de Janeiro, São Paulo e no estado do Rio tinha sido muito grande, mas encontravam-se dificuldades para conseguir eleitores que se dispusessem a assinar o pedido de registro do PTB. Dr. Getúlio, muito preocupado com isso, chamou então o ministro Barros Barreto, que era presidente do Tribunal Eleitoral. Este foi ao palácio acompanhado do seu secretário, o Barreto Pinto. O dr. Getúlio indagou do presidente do Tribunal Eleitoral sobre a possibilidade de uma prorrogação do prazo para que o PTB pudesse completar as exigências, e o ministro Barros Barreto respondeu que este era um prazo fatal, porque tinham que ser processadas as eleições e, conseqüentemente, não se poderia deixar em aberto o registro de partidos. Evidentemente, depois de aprovada a Constituição, ela poderia estabelecer novas normas.

Quando o ministro Barros Barreto deixou a sala do presidente na companhia de Barreto Pinto, este procurou um meio de voltar a falar com o presidente, e disse que, se dr. Getúlio o autorizasse, ele solucionaria o problema. O dr. Getúlio perguntou de que forma ele procedería para esse fim, e Barreto Pinto pediu ao presidente que confiasse. Se havia realmente empenho em que se fizesse o registro no PTB, ele faria com que isso se concretizasse.

Barreto Pinto voltou ao tribunal, aonde estava o pedido de registro do PSD com cerca de 300 mil assinaturas, e apanhou por baixo algumas dezenas de folhas de papel almaço assinadas, colocando-as no pedido de registro do PTB. E dessa forma o ministro Barros Barreto recebeu, na véspera de terminar o prazo, o requerimento com as assinaturas competentes. Este é um fato verdadeiro, uma constatação da verdade. O PTB realmente conseguiu o seu registro graças às folhas a mais que o registro do PSD possuía.

C.G.- O PSD possuía folhas demais, não é?

J.T.- Folhas demais. Evidentemente, elas foram conseguidas na base dos governos dos estados e interventores.

C.G.- Talarico, nessa época você estava aonde?

J.T.- Eu já estava vivendo no Rio de Janeiro, mas sou de São Paulo. No ano de 1940, quando foi proposta a concessão do título de doutor *honoris causa* da Universidade de São Paulo ao dr. Getúlio, título este concedido e aprovado pelo conselho universitário, o Centro Acadêmico Onze de Agosto e o Grêmio Politécnico se insurgiram estabelecendo uma campanha contrária à concessão do título. Surgiu aí uma crise muito violenta, tendo em vista o apego dos paulistas de 400 anos às tradições da Faculdade de Direito. Nesta ocasião – eu poderia fazer este relato mais tarde – isto me trouxe para o Rio de Janeiro. E a partir dos anos de 40, 41, 42, eu me integrei completamente no Rio. E como era amigo do pessoal do dr. Getúlio desde 1930, comecei a freqüentar o palácio depois das cinco horas, como todos os seus amigos.

C.G.- Era o chá das cinco?

J.T.- Não, não era bem o chá das cinco. O dr. Getúlio, depois das audiências com os ministros de Estado, que terminavam no máximo às cinco e meia, ao deixar a sala de despachos conversava com amigos. Eu era uma das pessoas que semanalmente, uma ou duas vezes por semana ali estava para conversar com ele. Era eu, então, presidente da Confederação Brasileira de Desportos Universitários além de redator e repórter de *A noite*. Conseqüentemente, eu sempre tinha alguma coisa a dizer ao presidente, porque sou um getulista convicto desde 1930.

C.G.- Em 1930, o que você estava fazendo em São Paulo?

J.T.- Eu era ginásiano. Meu pai era membro do Partido Republicano Paulista, e um dos meus irmãos, que mais tarde foi um dos fundadores e próceres da UDN em São Paulo, Pedro Talarico, integrava a direção do PRP.

C.G.- Quer dizer que você teve um irmão udenista?

J.T.- Sim, e meu pai era perrepista. Já nessa época, como ginásiano, eu havia participado de greves estudantis, como por exemplo em 1930, contra as primeiras taxas instituídas para o curso ginásial por parte do governo de Washington Luís. Isso foi motivo de uma luta muito violenta por parte dos estudantes. Particpei também de movimentos exigindo passes escolares na base de 50% de desconto para pagar os bondes em São Paulo. E a Light queria transformar essa concessão numa concessão dos colégios para os alunos e não da Light para os estudantes. Isto motivou uma campanha estudantil muito forte, e houve quebra-quebra em São Paulo. Quebra de bondes, apedrejamento da sede da Light, enfim...

No ano de 30 houve aqui no Rio de Janeiro o concurso Miss Mundo, em que foi eleita a nossa Yolanda Pereira. Mas esse concurso foi realizado numa época em que o Brasil passava por uma crise violentíssima. O *crack* financeiro dos EUA havia atingido especialmente São Paulo. A crise social, o desemprego, as dificuldades cotidianas em São Paulo eram terríveis. Após a realização do concurso, as misses estrangeiras foram para São Paulo, e lá o governo do estado fazia ostentação na recepção a elas, com a realização de bailes no Municipal, recepções nos grandes hotéis... Enfim, uma ostentação imensa e uma situação de miséria também infinita. Isso levou os estudantes a fazerem um movimento de protesto, em que se concebeu uma passeata quando as

misses chagassem a São Paulo pelo trem da Central do Brasil. Enquanto elas se apresentavam na Escola Normal Caetano de Campos, na praça da República, os estudantes fizeram uma passeata de protesto no triângulo do centro de São Paulo, ou seja, 15 de Novembro, Líbero Badaró e rua Direita. Alguns estudantes iam caracterizados de misses (vestidos de mulher) em cima de carros de lixo. Havia um serviço de limpeza pública no parque d. Pedro II, e lá os estudantes conseguiram, à força, três carroças, que levaram para o centro da cidade. Quatro ou cinco estudantes iam vestidos de mulher, e entre eles estava eu, que era a misse Portugal, misse Fernanda.

C.G.- Deve haver fotografias disso?

J.T.- As revistas da época publicaram. Bem, o êxito foi tamanho que São Paulo parou com esta passeata. Não satisfeitos os estudantes resolveram defrontar as suas misses caracterizadas com as verdadeiras misses, que estavam na recepção da Escola Normal. A Força Pública foi chamada...

[FINAL DA FITA 1A]

J.T.- ... para desbaratar os estudantes, e esta foi uma das minhas primeiras prisões.

C.G.- Mas você nessa época tinha 13 anos de idade.

J.T.- Mas fui preso pela primeira vez com nove anos. Eu tenho uma afinidade muito grande com a cadeia. De 64 até agora eu registro 26 detenções.

C.G.- De onde é que vem esse seu temperamento combativo?

J.T.- Na queda do governo, em 30, eu estava à frente de um grupo de estudantes que foi depredar a sede do Partido Republicano Paulista, no edifício Martinelli, que era uma das coisas mais luxuosas existentes na época. E quem estava dentro do prédio, defendendo? Este meu irmão, Pedro Talarico. E eu de fora a arremessar pedras para dentro da sede. Isto me valeu um dos castigos mais severos que tive do meu pai.

C.G. - E qual foi esse castigo?

J.T. - O castigo foi uma surra de correia. Eu tinha um cachorro de quem ele tirou a coleira e me deu uma surra violentíssima, que resultou inclusive, pelo meu temperamento, pela minha reação, na minha saída de casa. Fui viver então com um tio, que era meu padrinho, durante uns dois anos, em virtude de meu pai não me perdoar pelas ações que eu vinha praticando. Não só por apedrejar o Partido Republicano Paulista, o seu partido, mas também pela minha participação em greves, em movimentos etc. Ele era amigo pessoal de Júlio Prestes, e o fato de eu ter aparecido naquela passeata caracterizado de misse Portugal contrariou muito meu pai. Essas coisas estão aí no passado, mas evidentemente tiveram uma grande influência em mim.

Quando o dr. Getúlio chegou a São Paulo, eu era um dos mais entusiasmados na linha de frente para abraçá-lo, e tive por parte dele uma recepção carinhosa e bastante comovente.

Nasci em 1915, e nessa época eu tinha 14 ou 15 anos. Evidentemente, disseram ao dr. Getúlio o que eu representava. Eu cursava o segundo ou terceiro ano ginásial, e já estava à frente desses movimentos. Meu pai é italiano, descendente de uma raça muito forte, muito atuante, que é a calabresa. E minha mãe é portuguesa, de Trás-os-Montes. Então, são dois extremos, da Itália e de Portugal: o trasmontano e o calabrês. De maneira que, calcado nessa origem, mas de uma lealdade muito grande. Esse sempre foi o meu traço. Eu me apaixonei pelo dr. Getúlio já na campanha de 1929-30.

C.G. - Na Aliança Liberal?

J.T. - É, na Aliança Liberal. Enquanto meu pai catava votos na cidade de São Paulo, eu fazia propaganda do então Partido Democrático, que apoiava o dr. Getúlio.

C.G. - Você estava falando sobre as suas primeiras vinculações com o dr. Getúlio. Quando começou isso?

J.T. - Começou antes de 1930, quando fui tomando posições paralelas ao movimento político que, na época, iria lançá-lo como candidato a presidente da República. Depois disso, voltei a ver o dr. Getúlio em 1933, no Rio de Janeiro, quando participava de uma caravana de estudantes, isso logo depois da Revolução de 32. Eram estudantes de

medicina e de outras escolas, e nesse passeio acabamos passando pela porta do palácio Guanabara. Sugeri, então, aos meus colegas que fizéssemos uma visita ao dr. Getúlio. Nesse dia, ele estava despachando com o dr. Marques dos Reis, que era ministro da Viação e Obras Públicas, e nos atendeu imediatamente.

A presença de uma embaixada de estudantes na porta do palácio, manifestando desejo de visitá-lo, representava alguma coisa expressiva, considerando que acabávamos de sair da Revolução de 32. Dessa embaixada faziam parte nomes hoje muito expressivos em São Paulo, como Gérson Novar e Pompeu de Toledo, que são professores da Faculdade de Medicina hoje. Éramos cerca de 20 rapazes, e ficara combinado que Pompeu de Toledo, descendente de uma das tradicionais famílias de 400 anos de São Paulo, dissesse alguma coisa ao dr. Getúlio.

Tenho a impressão que a figura do dr. Getúlio causou muito impacto aos estudantes. Primeiro, pela gentileza de nos ter recebido ao batermos na porta do palácio; segundo, pela figura impressionante que era. E ninguém teve palavras para dizer. Acabei sendo o intérprete, na hora em que os mais credenciados para falar não falaram. Dirigi a saudação ao dr. Getúlio dizendo que estávamos ali numa visita, e me passou na hora pela cabeça que talvez aquele encontro fosse a oportunidade de São Paulo se reencontrar novamente com o Rio Grande do Sul.

C.G. - Isso foi antes da Revolução Constitucionalista?

J.T. - Foi em setembro de 33, depois da revolução. Eu disse exatamente que vim encontrar o dr. Getúlio três anos depois da passagem dele por São Paulo. E ele imediatamente acolheu a idéia, dizendo que era necessário reconciliar o país; que, sem dúvida nenhuma, uma embaixada estudantil no Rio Grande do Sul teria uma grande e fraternal acolhida; e que se congratulava com os estudantes paulistas por este gesto.

C.G. - Como é que você convenceu esses paulistas de 400 anos a irem lá cumprimentar o Getúlio?

J.T. - Isso saiu da minha cabeça na hora. Nossa caravana tinha outros objetivos. Nessa época, estávamos construindo um estádio, o Osvaldo Cruz, na Faculdade de Medicina, que era do Centro Acadêmico Osvaldo Cruz. E necessitávamos de algumas coisas que só a Central do Brasil possuía. Precisávamos, por exemplo, de cinza de carvão para a

pista de atletismo. E quem tinha cinza de carvão era a Central do Brasil. Era preciso uma autorização especial do governo, aqui no Rio de Janeiro, para que pudéssemos tirar na estação do Norte este material.

E havia outras necessidades, entre as quais uma que defendi junto ao dr. Getúlio: o reconhecimento dos diretórios acadêmicos como órgãos representativos do corpo discente. Havia também necessidade de o governo dar uma ajuda material para que essas agremiações universitárias pudessem desenvolver seus programas. Dr. Getúlio, imediatamente, determinou que fossem conseguidos os recursos provenientes das taxas de matrículas do primeiro ano de qualquer escola em favor dos diretórios acadêmicos.

Então, os diretórios acadêmicos passaram a receber, como subvenção anual, o resultante do pagamento das taxas do primeiro ano de qualquer faculdade.

E, mais ainda. Defendíamos a necessidade de o governo, nessa ocasião, estabelecer uma norma definitiva para que os estudantes de todas as escolas superiores do Brasil pudessem realizar excursões culturais ou intercâmbio cultural entre elas. E o dr. Getúlio também autorizou que empresas de transportes estatais, de navegação e ferroviárias, concedessem, anualmente, 20 passagens para cada escola, sob a chefia de um professor da respectiva escola, visitar um outro estado. Este encontro com o dr. Getúlio resultou em algo muito positivo para a classe universitária. No momento em que falei, sugerindo a viagem, o dr. Getúlio disse: “Está deferido. Aqui está o ministro da Viação, que vai providenciar as passagens para que vocês possam ir nas férias ao Rio Grande do Sul.”

Isto me custou um problema muito difícil porque, ao chegar em São Paulo, houve reação dos paulistas de 400 anos, dos que se opunham ao dr. Getúlio, que fizeram um movimento contra mim. Inclusive foram à minha espera na estação do Norte, quando regressamos do Rio de Janeiro. E houve até um embate entre o nosso grupo, que tinha estado aqui, e os que foram nos esperar para nos apupar, pelo fato de termos visitado o dr. Getúlio. Este fato foi muito debatido, muito criticado pela grande imprensa de São Paulo, que era então, *a Folha*, *O Estado de São Paulo* e outros jornais como o *Correio Paulistano*, que se insurgia contra a idéia de uma caravana de estudantes de São Paulo visitar o Rio Grande do Sul. Então, colocavam a questão como uma afronta, uma ofensa aos brios de São Paulo. De qualquer maneira, a caravana foi, com cerca de 80 estudantes, viajando pelo Lloyd Brasileiro, e teve uma das mais cativantes recepções, visitando Porto Alegre, Uruguaiana, Santana e Pelotas. Na realidade, isso constituiu o primeiro grande passo para a reaproximação do Rio Grande do Sul com São Paulo.

Depois eu voltaria a me encontrar com o dr. Getúlio, quando, em 1938, ele foi vítima do ataque dos integralistas ao palácio Guanabara. Comigo à frente de uma delegação de São Paulo, aqui viemos para desagrává-lo e hipotecar nossa solidariedade naquela eventualidade. A partir daí os meus contatos com o dr. Getúlio foram mais crescentes. Em São Paulo, eu sempre trabalhava no sentido de fazer a sua imagem, a sua promoção. Até que, em 1939, viemos para a fundação da União Nacional dos Estudantes.

Talvez vocês tivessem de fazer uma gravação especial porque este é um dos movimentos mais brilhantes que a mocidade universitária brasileira teve.

A representação dos estudantes, até então, era a Casa do Estudante do Brasil, dirigida por Ana Amélia Carneiro de Mendonça. Mas, evidentemente, esta era uma instituição beneficente brasileiro. E Ana Amélia era uma das damas de maior conceito no Rio de Janeiro, vinda de famílias tradicionais entrelaçadas: Queirós, Mendonça Lima e Carneiro Mendonça. Isto constituiu um grande empecilho para que os estudantes formassem a UNE. Ela havia constituído, dentro da Casa do Estudante no Brasil, o Conselho Federal de Estudantes, mas nós, de São Paulo e daqui do próprio Rio de Janeiro, fazíamos movimento para a fundação da União Nacional dos Estudantes.

C.G. - Nessa época você era universitário?

J.T. - Eu estudava em São Paulo.

C.G.- Você fazia o quê?

J.T. - Eu estudei criminologia e depois filosofia. Eu era, então, secretário da Federação Universitária Paulista de Esportes e secretário administrativo do Centro Acadêmico Osvaldo Cruz. Isso não queria dizer que eu fosse aluno da Faculdade de Medicina. Eu era uma espécie de profissional, porque o centro era uma das organizações universitárias de maior expressão que havia em São Paulo. Ele tinha uma estrutura muito grande, com um departamento beneficente, Arnaldo Vieira de Carvalho, um departamento cultural, que editava revistas e jornais e um departamento esportivo, que tinha um estádio, o primeiro estádio construído por estudantes. Então, obrigava à existência de uma estrutura profissional. E eu era responsável por essa estrutura, apesar de ser bem jovem.

C.G. - Você fez esse curso de criminologia na Faculdade de Direito?

J.T. - Não, ele surgiu primeiro pela Escola de Polícia de São Paulo, que foi transformada, anos depois no Instituto de Criminologia, num estabelecimento anexo à Universidade de São Paulo. Em seguida, fiz o curso de filosofia na Faculdade de Filosofia de São Bento. Não cheguei a terminar porque, transferindo-me para o Rio de Janeiro, comecei a vida de jornal. E aí interrompi os estudos.

C.G. - Quando você veio para o Rio?

J.T. - Eu vim para o Rio de Janeiro em 41, por causa da crise a que já me referi. Este é um outro fato que demandaria um pouco mais de tempo para ser relatado, porque envolve aspectos políticos. Foi uma das grandes crises do período de 37 a 45 em São Paulo.

O movimento universitário paulista era a base do movimento de oposição ao dr. Getúlio. E sendo eu getulista, dentro de uma estrutura dessa natureza, defrontei-me com muitas dificuldades, com muitas brigas, muitos confrontos. Por causa disso, fui vítima de várias coisas, de campanhas de retaliação etc. Minha casa inclusive chegou a ser apedrejada; meus irmãos pagaram em conseqüência disso; e, evidentemente, a minha presença em São Paulo, depois disso, resultava numa situação muito tensa, muito grave, não só para minha família como para mim mesmo. Não é que eu tenha fugido de São Paulo. Antes de sair, acertei todas as minhas contas com os meus adversários, num desforço físico com cada um deles.

C.G. - Talarico, aí você veio para o Rio...

J.T. - Vim para o Rio de Janeiro. Eu era, então, inspetor federal de ensino, e fiquei adido ao gabinete do ministro da Educação, Gustavo Capanema. E como eu já tinha sido redator universitário do *Correio Paulistano* e também repórter da sucursal de *A noite* em São Paulo, passei para a redação de *A noite*, fazendo o noticiário universitário e sindical.

R.R. - Você era inspetor de ensino ainda em São Paulo?

J.T. - Fui nomeado inspetor federal de ensino em 38.

R.R. - E qual era a ligação que havia entre você, enquanto inspetor de ensino, e o movimento estudantil de São Paulo?

J.T. - Eu era, nessa época, secretário do Centro Acadêmico Osvaldo Cruz, e tinha sobre os meus ombros toda a responsabilidade do funcionamento desta instituição, que era o órgão representativo dos estudantes de medicina. Era também secretário da Federação Universitária Paulista de Esportes e presidente do Centro Acadêmico de Criminologia. Evidentemente, com essas três representações, eu participava dos movimentos estudantis de São Paulo e daqui do Rio de Janeiro. Inclusive, vim participar do congresso que resultou na fundação da União Nacional dos Estudantes. Depois, em 39, participei do II Congresso da UNE que foi feito por minha iniciativa. Fundamos, então, a Confederação Brasileira de Desportos Universitários.

C.G. - Como é que você fez essa ponte entre o movimento universitário e o movimento sindical?

J.T. - Bem, quando eu estava em *A noite* como repórter universitário, o jornal levava tremendos “furos” de *O globo* na área do Ministério do Trabalho. O José Ribamar Martins Castelo Branco, hoje meu compadre e amigo, era repórter de *O globo* junto ao Ministério do Trabalho e às instituições de previdência. *O globo* e *A noite* eram os dois jornais de competição na época, sendo *A noite* mais porta-voz do governo. E me lembro que *O globo* nos deu um tremendo “furo” na questão do estabelecimento do pão misto, devido à escassez do trigo durante a guerra. O Brasil teve necessidade de estabelecer a fabricação do pão misto, que vinha a ser feito com farinha de mandioca, milho e trigo, e também com farinha de arroz. Este repórter conseguiu a notícia dentro do gabinete do ministro do Trabalho, e desceu a muitos detalhes.

A noite vinha há muito tempo sendo furada pelo trabalho profissional deles, e era representada no Ministério do Trabalho por um gaúcho, Dupont, que tinha sido deputado pelo Rio Grande do Sul. Tinha sido até adversário do dr. Getúlio, mas este, como sempre, com a sua generosidade para com os adversários, tinha mandado aproveitá-lo em *A noite*. Mas este homem, evidentemente, de alto padrão moral e cultural, não tinha nenhuma tendência de repórter. André Carrazoni, que era então

diretor do jornal, sabendo das minhas relações com o ministro Marcondes Filho, designou-me para ser representante de *A noite* e da rádio Nacional junto ao gabinete do ministro do Trabalho. Aí, a coisa se inverteu e os “furos” passaram a ser nossos. Era uma competição tremenda. E foi uma época em que os jornais fechavam às 11 horas para saírem à uma da tarde. E entre as sete horas e o meio dia, os repórteres teriam de cavar os bons noticiários, as boas manchetes.

Daí, então, vem a minha participação na área do ministro do Trabalho. Até 42, eu posso ser tido como o elemento que gravitava nas áreas intelectuais, nas áreas estudantis e nas áreas culturais. Mas nunca tinha feito, realmente, nenhum contato com áreas de trabalhadores nem sindicais.

C.G. - Mas, a partir daí, você começou a penetrar nessa área.

J.T. - E, evidentemente, pela natureza do Ministério do Trabalho, tomei contato com os trabalhadores e com as organizações sindicais, com tudo aquilo que dizia respeito à área do ministério. O Ministério do Trabalho era, então, um super ministério, porque englobava Trabalho, Indústria e Comércio, Propriedade Industrial, Previdência Social, Seguros... Ali foi, realmente, uma grande escola, e me formei assim um elemento eclético, pela natureza da representação jornalística que tinha que cobrir.

C.G. - Bom, aí, chegando em 45, com a criação do PTB...

J.T. - Já em 44, há um registro bastante importante, que foi uma das causas das campanhas para derrubar o dr. Getúlio: o estabelecimento do salário mínimo profissional e a regulamentação da profissão de jornalista. Isso aconteceu exatamente pela minha participação no Ministério do Trabalho, justamente com André Carrazoni, que além de diretor de *A noite* era presidente do Sindicato dos Jornalistas. Com outros colegas, inclusive com o genro do Dutra, Noveli Júnior, passamos a desenvolver um trabalho no sentido de que o dr. Getúlio viesse a autorizar a regulamentação da profissão de jornalista. Todas as quartas-feiras, nós nos reuníamos com o ministro Marcondes Filho num almoço, onde cada um levava subsídios a este respeito. E isto, apesar de ter sido uma das grandes reivindicações da classe jornalística, trouxe problemas políticos tremendos ao dr. Getúlio, porque a reação dos donos de jornais foi

muito grande. E, sem dúvida nenhuma, foi a base de toda a oposição que em seguida passou a se desenvolver contra o governo, consumando-se no golpe de 45.

C.G. - Talarico, como foi a sua participação no processo de criação do PTB?

J.T. - Eu estava ali no Ministério do Trabalho, como representante de *A noite* tomando conhecimento de tudo, tendo acesso a tudo. Eu era amigo pessoal do ministro Marcondes Filho e amigo pessoal do dr. Getúlio. Evidentemente, a minha participação era implícita, a partir do primeiro momento, já nos primórdios da União Cultural Brasileira ou União Brasileira Cultural, que se pretendia organizar como base para a preparação política futura. Nessa época, lembro-me que uma das normas do dr. Getúlio e do ministro Marcondes Filho era no sentido de que nenhum funcionário do Ministério do Trabalho se aproveitasse das circunstâncias da organização do PTB para ser candidato. O único que conseguiu realmente pular essa barreira foi o José Segadas Viana, que era então diretor da Divisão de Organização e Assistência Sindical do ministério e depois foi diretor do Departamento Nacional do Trabalho. E foi o único, porque os outros, como eu, o Frota Moreira, o Luís Augusto do Rego Monteiro e outros não nos dispusemos a participar da disputa eleitoral, exatamente para dar uma chance aos representantes sindicais.

C.G. - Mas você ficou encarregado de organizar alguns setores, em termos trabalhistas?

J.T. - Sim, nós estávamos na parte da arregimentação de assinaturas. Essas assinaturas eram colhidas, por exemplo, no Instituto dos Comerciantes, nos industriários, por parte dos assegurados, no Instituto dos Marítimos, no Iapetec, enfim, nas organizações em que a presença do trabalhador era permanente. E esse era o trabalho. Devo dizer também que o PTB surgiu mais como uma pressão do Centro Nacional Queremista, que tinha feito a campanha do Getúlio e da Constituinte em 45. Evidentemente, esse grupo teve uma grande influência na fixação política do PTB. Foram eles os pioneiros da organização do PTB, se bem que não tivessem aproveitados, porque, pela tendência de se aproveitar mais os líderes sindicais, só alguns deles vieram depois a participar do PTB. Mas, sem dúvida nenhuma, quem deu essência, quem deu base, quem deu fundamento...

[FINAL DA FITA 1B]

J.T. - ... foi, portanto, esse movimento nacional quemista, que atuou inclusive sensibilizando muito o dr. Getúlio. Esse grupo, depois de o dr. Getúlio ter deixado o governo, deslanchou um grande movimento de solidariedade ao dr. Getúlio, enquanto ele permanecia em São Borja. Também o retorno do dr. Getúlio, em 50, foi fundamentado nesse grupo do movimento nacional quemista.

C.G. - Esse grupo era liderado pelo Hugo Borghi?

J.T. - Não, Hugo Borghi apenas se aproveitou desse grupo. Como eram rapazes, alguns sem condições financeiras, ele ajudava na realização de comícios, na impressão de folhetos e nas despesas de transportes. Ele não foi, vamos dizer, uma pessoa de influência política. Ele foi uma espécie de pessoa que se dispôs a dar alguma ajuda material para esse movimento. Mas não tinha influência pessoal; nunca teve. Ele apenas, como era um homem de negócios e como tinha recursos, oferecia recursos para que o grupo pudesse desenvolver as suas atividades.

C.G. - Mas você não tinha nenhuma ligação com o Borghi, não é?

J.T. - Eu o conheci.

C.G. - Inclusive, ele também desenvolvia atividades jornalísticas, não é? Ele tinha uma rádio...

J.T. - É, mas isso lá em São Paulo. Quando veio para cá, ele era muito ligado ao Benjamin Vargas. Ele era um homem de negócios, de transações bancárias, e tinha ganhado muito dinheiro com exportação de algodão, em negócios que depois a oposição demonstrou que tinham sido uma negociata. O Hugo Borghi se situava nessa área. No curso da vida, tive vários contatos com ele, mas ele era o que se dizia: um oportunista, um carreirista... Não era um getulista convicto, disposto a apoiar o dr. Getúlio pelos princípios políticos, e sim pelos interesses econômicos e financeiros que isto podia

resultar. O que demonstra isso é que logo em seguida ele se dispôs a ajudar a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra.

Inclusive, conta-se uma história de que ele teria feito algumas pressões contra o dr. Getúlio. Eu devo ter um documento da época (no momento não está aqui na minha mão), com uma declaração que ele teria fornecido aos jornais dizendo que tinha chamado a atenção do dr. Getúlio. Ele não era homem para isso, porque o dr. Getúlio jamais iria permitir que alguém como ele o advertisse ou falasse em termos de igual para igual. Evidentemente, ele também tirou proveito deste seu posicionamento em 45, 46, em favor do general Eurico Gaspar Dutra. Mas, sem dúvida nenhuma, não foi por causa do Hugo Borghi que o dr. Getúlio acabou apoiando a candidatura do general Dutra. Foi por outras circunstâncias.

Os candidatos que o dr. Getúlio desejava, na época, não puderam ser escolhidos. Entre estes, por exemplo, está o Osvaldo Aranha, que seria o candidato que ele teria apoiado se a UDN tivesse lançado. Mas o relacionamento que Osvaldo Aranha tinha com o dr. Getúlio levou Otávio Mangabeira, Prado Kelly, Raul Fernandes e outros a se oporem à sua indicação. Outro nome que o dr. Getúlio via como uma alternativa para que o PTB apoiasse era o dr. João Neves da Fontoura. Como não foi possível nenhuma dessas candidaturas, o falecido vereador José Junqueira foi então a São Borja e trouxe a indicação, o apoio do dr. Getúlio, que foi lido aqui, pela primeira vez, num comício do general Eurico Gaspar Dutra no largo da Carioca. E, apesar de os comícios do Brigadeiro serem monumentais, os trabalhadores passaram a dar o seu apoio ao general Eurico Gaspar Dutra. Mas este foi eleito, sem dúvida nenhuma, apenas por causa do apoio do dr. Getúlio.

C.G. - Talarico, uma das especificidades do PTB aqui no Distrito Federal é ter nascido concomitantemente com o PTB nacional. Talvez você pudesse dar uma visão de como se constituíram essas duas agremiações, paralelamente.

J.T. - Elas se constituíram aqui, como disse a você, na base da organização sindical. Então, a comissão executiva nacional estendia a representação do PTB aos outros estados, porque, de acordo com a lei eleitoral, com a legislação vigente, as direções dos partidos nacionais é que delegavam a representação nos estados. E assim foi sendo feito. Os estados que requereram ou que tiveram condições de constituir uma chapa do PTB assim o fizeram. Aqueles que puseram o dr. Getúlio na frente ou como cabeça de chapa

se elegeram, mas os que tentaram fazer um PTB diferente, sem a presença do dr. Getúlio na chapa, não conseguiram se eleger. É o caso de Pernambuco, onde, apesar de ter alcançado uma grande votação, o líder sindical Fiúza Lima não conseguiu quociente para se eleger. Em Minas Gerais idem. Ali se elegeram uns três ou quatro antigos líderes sindicais. Poucos estados na época conseguiram organizar o PTB: Minas, São Paulo, estado do Rio, Rio Grande do Sul, Bahia...

R.R. - Você falou em alguns lugares onde se tentou fazer um PTB diferente. O que caracterizava isso?

J.T. - Bom, foi onde tentaram fazer um PTB não getulista. Então, o diferente para mim era o não getulista.

R.R. - Mas havia alguma particularidade em termos de programa?

J.T. - Não, apenas eles não se valeram da figura patriarcal que era o dr. Getúlio, mas, conseqüentemente, não houve a identificação da massa com o partido. Onde era colocado o nome do dr. Getúlio, evidentemente a massa identificava, prestigiava e votava.

R.R. - Enquanto partido político, com um programa, o PTB homogêneo em todos os estados?

J.T. - Sim. O que acontece é o seguinte: todos os partidos surgidos em 45 tinham programas idênticos. A partir da Constituição de 46, que para mim foi a carta magna mais democrática elaborada no país em toda a sua existência, é que se começou a definir o posicionamento doutrinário de cada corrente. Da UDN, do PR, do PSD, do PTB, do Partido Socialista e assim por diante.

C.G. - E como é que, nessa época, estava-se configurando o quadro dentro das organizações sindicais?

J.T. - Aí já é em outro aspecto. Nós tínhamos que fazer um retrocesso aos movimentos sindicais que começaram a se realizar no Brasil depois de 22, com a influência primeiro

dos marxistas e depois anarquistas sindicais. O que marcou muito aqui no Brasil foi aquele movimento de protesto contra a execução de Sacco e Vanzetti, todo ele conduzido pelos anarco-sindicalistas. Depois, em 25, 26, surgiu aí uma organização anarquista, mas com tendência para organização. Por incrível que pareça, porque o anarquista é...

C.G. - É antiorganização.

J.T. - É antiorganização. Mas eles tendiam a se organizar nas bases da lavoura. Então, apareceu aí um partido sindical de tendência de lavoura, visando áreas como a do vale do Paraíba, aqui no estado do Rio, cuja situação na época de 30 era muito difícil. Esses líderes anarquistas achavam que, se eles se voltassem para essas áreas, que estavam vivendo uma situação de crise muito violenta, de desemprego, fome, de dificuldades, eles poderiam desenvolver o seu movimento. Mas, a partir de 30, com a ascensão do dr. Getúlio, com as primeiras leis de amparo, de seguro social, de organização sindical, a coisa começou a se diluir. O dr. Getúlio tinha grande consciência, porque era de formação positivista e acompanhara todo esse movimento de 22 a 30, e o movimento da Revolução Liberal previa exatamente o atendimento das reivindicações profissionais dos trabalhadores. E tenho a impressão de que com essa tendência social do dr. Getúlio, a partir de 30, é que o Partido Comunista, que tinha a tendência de transformar num partido dominante, acabou se esvaziando e perdendo a sua expressão para o trabalhador. O trabalhador brasileiro está conscientizado primeiro para a situação social da sua família, pela sua formação religiosa e pela tradição do país. Era muito difícil você vender a idéia do socialismo ou do comunismo. Os próprios comunistas hoje reconhecem que realmente cometeram um erro a partir daí.

C.G. - As análises posteriores comentam que essa estrutura trabalhista sindical, montada pelo Getúlio, foi também uma forma que ele teve de manter essa classe trabalhadora sob controle, não é?

J.T. - Não. Eu interpreto de forma diferente. Interpreto como tendência, mesmo. Porque se ele não tivesse realmente penetrado ou cometido e executado tais atos, evidentemente não teríamos a classe operária tranqüila. O pessoal não olha muito para trás, não. Mas, se olharmos de 22 a 30, vamos registrar movimentos de greves por oito horas de

trabalho e descanso semanal, por salário, por férias, movimentos de expressão bastante forte. A partir do período de 30, se o dr. Getúlio passou a atender a esses movimentos, estava dentro das suas inclinações, dentro dos seus propósitos. Se o dr. Getúlio atendeu a essas reivindicações, que eram mais ou menos aquilo que constava do Tratado de Versalhes, não havia por que o trabalhador protestar, por terem sido outorgadas a eles estas conquistas sociais. É por esta razão que os movimentos sindicais no país não alcançaram, vamos dizer assim, a turbulência nem a violência como em outros países. Exatamente porque o Brasil soube antecipar sua acolhida nesse sentido.

C.G. - Talarico, continuando na sua carreira, em 45 você era inspetor federal de ensino?

J.T. - Não, em 42 fui nomeado inspetor do Trabalho. Havia apenas três lugares de inspetor do Trabalho no Brasil. Um era exercido pelo Marcial Dias Pequeno, outro por Edson Cavalcante, e o terceiro inspetor era eu. Era um cargo de natureza técnica com o qual o dr. Getúlio me mandou distinguir, exatamente porque, ao chegar no Ministério do Trabalho, me situei, me identifiquei de tal forma que ele achou mais interessante que eu me incorporasse dentro do ministério.

A partir daí, exerci os mais variados cargos dentro do Ministério do Trabalho. Fui, durante 25 anos, presidente do Comitê de Imprensa; fui presidente da Comissão de Imposto Sindical; fui presidente da Comissão Técnica de Orientação Sindical, órgão que disciplinava ou regulamentava as ações do Ministério do Trabalho junto às organizações sindicais, através de doutrinação, realização de seminários e cursos. Fui diretor do Serviço de Documentação; fui do gabinete do ministro do Trabalho, aonde exerci vários cargos, inclusive o de subchefe do gabinete. Enfim, praticamente de 42 a 64, vivi a minha vida toda dedicada ao Ministério do Trabalho, e acabei sendo, durante largos anos (mais de duas décadas), presidente da Associação dos Servidores do Ministério do Trabalho. Entrava no ministério às oito horas da manhã e saía às dez horas da noite. Quer dizer, vivia mais dentro do Ministério do Trabalho que na minha própria casa.

C.G. - Você, como inspetor do Trabalho, o que fazia?

J.T. - Aconteceu o seguinte... São engraçadas as razões da minha nomeação. O dr. Getúlio recebia constantemente reclamações e queixas das organizações sindicais pela falta de atuação dos inspetores do Trabalho e dos fiscais do Ministério do Trabalho. Em

1942, o dr. Getúlio mandou fazer uma investigação sobre o comportamento e a conduta desses fiscais do Trabalho. E acabou determinado ao ministro que se criasse uma inspeção especial para fiscalizar também a fiscalização do Trabalho. E esta é que me foi atribuída.

No ano de 1943, o corpo de fiscais do Ministério do Trabalho, que estava na ordem de uns 50 aqui no Rio de Janeiro, lavrou, no cômputo geral, uns 400 autos de infração. Eu, pela ação pessoal de chefe da turma especial, que fiscalizava os fiscais e fiscalizava inclusive as atividades, lavrei cerca de 900 a mil autos de infração. Quer dizer, 50 lavraram 300 ou 400, e eu lavrava mil.

Inclusive, nessa época, há uma coisa muito sintomática. O dr. Getúlio sabia que o Benjamim Vargas era freqüentador dos cassinos, do Cassino da Urca. E como o presidente mantinha muito boas relações com os artistas, os artistas se queixavam a ele de os músicos e os cantores não terem folga semanal, de não haver respeito aos seus horários. Uma das missões que recebi do dr. Getúlio foi exatamente essa. Fiscalizar e agir com o maior rigor junto aos cassinos e estabelecimentos de diversões, no sentido de que se respeitasse a folga semanal dos artistas, que era na segunda-feira. Em função disso, os cassinos tiveram que contratar artistas e orquestras extras, para que funcionassem às segundas-feiras. Só desta forma é que lhes foi possível funcionar. O pessoal da Central do Brasil e da Leopoldina se queixava também. Os maquinistas e os foguistas trabalhavam períodos ininterruptos, sem descanso para alimentação. E esse foi outro trabalho realizado com pressão.

Praticamente fui nomeado inspetor do Trabalho em função da aprovação da reforma, quando se constituiu a Consolidação das Leis do Trabalho, porque era preciso pôr em execução todos aqueles artigos relativos à regulamentação do trabalho. Então, eu tinha que agir de forma a fiscalizar aspectos atinentes, desde a emissão de registro, duração de férias, tudo isso, para verificar se esses dispositivos, até no aspecto da interpretação jurídica, tinham validade. E este foi um grande trabalho, que resultou inclusive em uma das obras que escrevi sobre a legislação de Trabalho – *Interpretação e prática de legislação trabalhista* –, um dos primeiros livros feitos na época, com a colaboração de um colega que fazia parte de uma organização sindical. Eu fazia a parte de regulamentação do Trabalho. Tiraram-se na época dez ou 12 edições, o que me deu a oportunidade de comprar casa própria e um sítio. Depois, com obras de vários outros autores, o livro ficou um tanto superado mas foi uma das primeiras obras sobre legislação trabalhista.

C.G. - Quer dizer que sua atuação no Ministério do Trabalho era bastante ampla, não é? Você atuava em todos os setores.

J.T. - Atuava em todos os setores e em tudo que você possa imaginar. Desde o gabinete do ministro à realização de mobilizações sindicais; de organização de assistência às organizações sindicais; de amparo, de tudo. E também atuei na parte relativa à proteção dos funcionários da casa, porque, como presidente da associação, competia a mim defender os funcionários contra os chefes e diretores. Há sempre aqueles que são prepotentes e gostam de, em vez de serem diretores ou chefes, serem feitores. E a minha grande luta no Ministério do Trabalho era esta: ser uma espécie de anteparo do funcionário contra os prepotentes daquela casa.

C.G. - E a sua atuação era mais aqui no Distrito Federal?

J.T. - Sempre aqui no Rio de Janeiro. A partir de 41, 42, não saí mais do Rio de Janeiro.

C.G. - Talarico, e no governo Dutra, como é que ficou...

J.T. - O governo Dutra foi um governo difícil, que começou com um acordo não cumprido com o dr. Getúlio. Após a eleição, ficou estabelecido que o presidente Gaspar Dutra deveria aproveitar uma lista de 15 nomes fornecidos pelo dr. Getúlio. Entre eles figuravam Marcial Dias Pequeno, Licurgo Costa, Menoti del Picchia, Cassiano Ricardo, André Carrazoni, Júlio Barata...

Evidentemente, só foram aproveitados aqueles que passaram a freqüentar os gabinetes de ministros da época. Homens como André Carrazoni, Cassiano Ricardo e outros não foram aproveitados.

E tinha ficado preestabelecido que o PTB indicaria o ministro do Trabalho. Na época, houve uma manobra no sentido de que a indicação, em vez de ser do PTB, acabasse sendo de Minas Gerais, na pessoa do Otacílio Negrão de Lima, que tinha participado da campanha do PTB em Minas Gerais, mas, já nessa época, estava mais ou menos rompido com o dr. Getúlio. De qualquer maneira, o Otacílio Negrão de Lima, quando veio para o Ministério do Trabalho, amoldou-se mais ao presidente Eurico Gaspar Dutra

do que propriamente ao dr. Getúlio. As reivindicações dos getulistas não foram acolhidas.

Uma das últimas pessoas aproveitadas foi o Júlio Barata, que estava aí em disponibilidade, tinha vindo dos Estados Unidos e era representante do DIP. Ele estava na lista que o dr. Getúlio queria que se aproveitasse, e acabou, então, iniciando a sua vida dentro do Ministério do Trabalho – chegou a ministro do Tribunal Superior do Trabalho e ministro do Trabalho – com o cargo de diretor da Secretaria da Comissão Nacional de Preços. Era o cargo que existia, e ele, muito inteligente, versátil, muito culto, acabou fazendo carreira dentro do Ministério do Trabalho.

Mas as divergências com os trabalhistas logo se acentuaram com as intervenções nos sindicatos. Aliás, acentuaram-se antes disso, já no famoso congresso sindical que se convocou em 1946 para a fundação de uma central sindical, agravando-se com o surgimento de duas centrais: a Confederação Geral dos Trabalhadores, presidida por um rapaz que tinha sido presidente da Federação Nacional dos Marítimos, Moreira... (esqueço o nome dele), e a Confederação Nacional dos Trabalhadores, resultado desse congresso, realizado no campo do Vasco, em que foi eleito João Batista de Almeida, então presidente da Federação Nacional dos Marítimos.

A partir daí, os reclames de aumento de salário, os pedidos da regulamentação do direito de greve, a participação nos lucros, participação na organização da Previdência Social, enfim, tudo aquilo que estava na Constituição passou a ser objeto de reivindicação. Daí é que vem a decretação, pelo Otacílio Negrão de Lima, então ministro do Trabalho, do famoso decreto 9070, que estabelecia a regulamentação do direito de greve. Na verdade, não era uma regulamentação de direito, mas o cerceamento da greve. E, a partir daí, houve o rompimento, vamos dizer, das ligações do PTB com Otacílio Negrão de Lima, que passou então a prestigiar o Partido Trabalhista Nacional, PTN.

C.G. - O PTN do Hugo Borghi?

J.T. - Depois; o Hugo Borghi veio depois.

C.G. - Nessa época era Emílio Carlos?

J.T. - Não, ainda não. Depois é que ele veio a ser, evidentemente para agradar ao Dutra. E, em seguida, devido às pressões dos movimentos, Otacílio Negrão de Lima, que aliás

se conduzia bem, não pôde mais permanecer. Otacílio foi meu amigo pessoal e até meu compadre. Depois, candidatou-se a prefeito de Belo Horizonte, elegendo-se. E aí vem Morvan Dias de Figueiredo, ainda dentro do acordo de indicação pelo PTB. O PTB reclamou sobre o posicionamento do Otacílio Negrão de Lima, e Morvan Dias Figueiredo era um empresário progressista, presidente da Federação das Indústrias de São Paulo. Sua indicação foi uma manobra política feita pelo então deputado Paulo Baeta Neves, no sentido de haver uma aproximação com o empresariado. O comportamento dele também não foi ruim. Mas, de qualquer maneira, a verdade é que, durante o governo do Dutra, estabeleceu-se o regime da intervenção nos sindicatos. Os sindicatos não mais realizaram eleições...

[FINAL DA FITA 2A]

C.G. - Nesse quadro você era...

J.T. - Eu era funcionário do Ministério do Trabalho e presidente do Comitê de Imprensa do ministério. Mas estava sempre visitando o dr. Getúlio em São Borja, e, evidentemente, não era muito bem visto pelo sistema. Tanto assim que, nesse período, não desempenhei nenhum cargo nem fui distinguido com nenhum encargo especial do governo. Eu era funcionário, cumpria meu dever e, como jornalista, continuava repórter de *A noite*. E já fazia a rádio Nacional, o *Diário trabalhista*, era diretor da sucursal do *Diário de Minas*, que depois se tornou *Última hora* em São Paulo. Evidentemente, tinha o tempo todo ocupado, ora no trabalho profissional, ora no trabalho funcional, e não havia nenhum problema. Apenas eu não era distinguido com convites pelo governo de então. Era tido e visto como um quemista e um getulista exaltado, mas dada a minha posição na imprensa, dado o trabalho profissional que realizava, era impossível impedir que eu continuasse nessa posição.

C.G. - Há uma curiosidade aqui no seu currículo. Consta que você foi agente de economia popular.

J.T. - Isso foi uma sugestão, essa criação do agente de economia popular.

C.G. - Foi em que período?

J.T. - Foi em 1946. O Gilson Amado era assistente técnico do ministro Otacílio Negrão de Lima, e é um homem de muito boas idéias. Uma das coisas que sugeriu ao então ministro foi a criação da Fundação da Casa Popular. Nos termos em que foi proposta pelo ministro, a fundação era muito objetiva, porque obrigava as construtoras, ou a quem edificasse casas de luxo ou apartamentos de classe A, a depositar um percentual correspondente para a construção de casas populares para os trabalhadores. Exatamente por causa disso é que se construiu, no governo do presidente Dutra, uma enorme quantidade de conjuntos residenciais. Uma outra idéia do Gilson Amado foi recomendar que as estações de rádio estatais, ou sob controle do governo, não programassem músicas chamadas indolentes ou de idolatria à malandragem. Eu me lembro até que puxei uma manchete em *A noite*...

C.G. - O que é isso? Era contra Noel Rosa?

J.T. - Mais ou menos. Eram músicas de malandragem, de breque, dessas coisas que pregavam: “Trabalhar, eu não, eu não”. Lembro-me que uma das grandes manchetes do jornal foi essa: “Ministro de Trabalho sugere o cancelamento da divulgação da música indolente”. A manchete era: “Trabalhar? Eu não”. Nesse conjunto de sugestões que o Gilson Amado prestou, figurou exatamente a criação do agente de economia popular, mais ou menos calcado na troca de idéias que tínhamos com ele. Eu lembrava que, antes de 45, o dr. Getúlio tinha um grupo de amigos jovens, dedicados a ele. E ele procurava pesquisar as tendências, ou como eram recebidos os atos do governo.

C.G. - Quem eram essas pessoas?

J.T. - Eu não me lembro o nome; eram jovens.

C.G. - Mas são pessoas que continuaram participando da vida política?

J.T. - Sim, muitos deles. Evidentemente, eram filhos de ministros ou pessoas de relacionamento com a família Vargas. Eram, por exemplo, esses rapazes que vieram a se incorporar no movimento nacional queremista: Gilberto Crokatt de Sá, o Zé Barbosa, enfim, uma série de jovens.

O dr. Getúlio gostava de saber a repercussão popular, social, do aumento de preço do pão, do arroz... Ele pedia que observássemos. Então, íamos para a Central do Brasil ou Leopoldina, nos metíamos nos trens e provocávamos discussão com os trabalhadores, com aqueles que viajavam, para saber como eles recebiam aquilo. E o produto disso encaminhávamos em notas feitas ao dr. Getúlio dando uma informação: “Há uma reação. O povo acha que é exagerado o preço do pão etc.”. Ou: “Essa medida praticada pelo ministro do Trabalho não repercute bem”.

Mas isso era um trabalho voluntário, um trabalho de colaboração. Não tinha nenhum sentido profissional. Hoje os governos se utilizam, nas grandes empresas, de pesquisas sociológicas. Mas o dr. Getúlio fazia essas pesquisas através dos amigos, informalmente. Muita gente se engana julgando que o dr. Getúlio não tinha informações do que ocorria. Ele tinha, e era através desse grupo de amigos que ele obtinha as informações sobre as reações. Inclusive, já em São Paulo, eu recebia solicitações de amigos comuns, para que levantasse algumas situações que estavam em curso, para saber como se posicionava esse ou aquele setor.

De forma que, comentando isso com Gilson Amado, disse a ele que havia necessidade, tendo em vista o descalabro e a desenfreada especulação nos preços, de que o governo criasse um grupo de agentes com autoridade, em caráter de serviço excepcional, que pudesse atuar, reprimir, punir e prender. Então, foi feita esta lei em que se criava o agente de economia popular na antiga Comissão Central de Preços. E os elementos aproveitados foram exatamente os meus colegas, aqueles que eram meus companheiros.

C.G. - Eles já estavam especializados no trabalho?

J.T. - Não, éramos jornalistas credenciados nos ministérios e na CCP. Havia também oficiais de Marinha, oficiais do Exército, enfim, , criou-se realmente um grande grupo com autoridade para intervir nas especulações e na exploração de preços. E foi a forma que se teve para coibir os abusos que se faziam. Antigamente, em consequência disto, diante de um ato lesivo ao interesse popular, você podia chegar na delegacia de Polícia para se queixar, e, se o caso se enquadrasse na Lei de Economia Popular, a pessoa era presa e processada. O processo era de ação pública e, portanto, não havia como ser retirado. A única maneira eficiente que existiu no país para se combater a especulação e a ganância foi esta. Infelizmente, as classes empresariais, o poder econômico, com o

tempo, reparando que esta era uma medida eficaz na defesa do interesse popular, acabaram com ela.

C.G. - Mas o agente de economia popular era um cargo paralelo ou foi um quadro criado?

J.T. - Era um cargo em comissão, e considerado serviço excepcional à nação.

C.G. - Ao mesmo tempo, você continuava vinculado ao Ministério do Trabalho?

J.T. - Era independente. Por exemplo, eu chegava aqui no Teatro Municipal e, se pegasse um cambista vendendo uma entrada, eu o prendia na mesma hora. Levava na delegacia, entregava, fazia o registro e ia embora. Antigamente, os restaurantes que serviam *à la carte* eram obrigados a ter um cardápio popular, com pratos dentro de um preço preestabelecido. Evidentemente, você querendo sair daquela faixa iria pagar mais. Era o problema também do pão. Porque o Pão especial tinha um preço e o pão francês tinha outro, e os padeiros faziam o pão francês em número insuficiente para atender à freguesia. De acordo com a portaria, ele era obrigado a vender o pão especial ao preço do pão popular, se não tivesse pão para atender ao pedido popular.

Então, tudo isso foi muito eficiente. Tão eficiente que o poder econômico e o empresariado resolveram acabar.

C.G. - Você, que era uma pessoa ligada à estrutura do Ministério do Trabalho, ligado a essas organizações sindicais todas, como viu a atuação do Partido Comunista no momento em que ele se legalizou e tentou estruturar suas bases?

J.T. - Tivemos confrontos terríveis com o Partido Comunista porque, além de uma atuação ideológica, ele tinha figuras que impressionavam, figuras com bastante cabedal intelectual. A partir de 46, os confrontos nas assembléias passaram a ser entre o PTB e o PC, sendo que o PC, com uma grande capacidade, desenvolvia a tática de vencer pelo cansaço ou pelo tempo. Então, nós aprendemos muita coisa. Você ia para uma assembléia que se iniciava com mil, dois mil trabalhadores. A técnica do Partido Comunista consistia em prolongar ou prorrogar os trabalhos por cinco ou seis horas e, à medida que as pessoas iam se retirando, o grupo ativista permanecia até que houvesse

condições de votar e de vencer. Passei a ser um elemento, dentro do PTB, que tinha que se confrontar com o PC. Aprendi muita coisa com eles, evidentemente. Eles têm uma técnica e um trabalho muito eficazes, e são bastante capazes e eficientes na maneira de argumentar. De forma que, tudo isso foi uma grande lição para a gente.

C.G. - Em termos de organização sindical, o PTB e o PC disputavam o controle dos sindicatos?

J.T. - Não propriamente, as aqui ficou conhecido o caso de um sindicato da Light, onde o Partido Comunista conseguiu realmente fazer um trabalho de arregimentação e mobilização muito grandes. A partir de 45, 46, o governo, para poder controlar as organizações sindicais, fez o desdobramento do sindicato da Light em quatro outros: Sindicato de Garis Urbanos, Sindicato da Energia Elétrica, da Produção de Gás e da Telefônica. Então dividiu, e já se tornou um pouco mais difícil para o PC manter o controle sobre quatro. Mas nesse setor o PC conduzia, controlava e desenvolvia um trabalho muito grande.

C.G. - Quando se deram os embates que você considera mais importante em termos de controle dessas organizações, em termos de disputa de espaço?

J.T. - Praticamente não foi possível esse confronto.

C.G. - Por quê? Houve muito pouco tempo?

J.T. - Não, é porque, de 46 a 51, os sindicatos passaram ao regime de intervenção ministerial. Em consequência disso, os comunistas e também muitos dos trabalhistas foram afastados. Aqueles que não se submetiam à orientação do governo eram afastados das organizações sindicais. A partir de 51, com a volta do dr. Getúlio ao governo, restabeleceu-se a liberdade sindical. E aí é outra história, que vem com a redemocratização do Ministério do Trabalho, a abolição do decreto 9070, o ciclo de greves (52, 53), enfim, uma outra história que eu preferia depois conversar mais especificamente.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

J.T. - ... Ítalo Saldanha da Gama, que era meu colega no Ministério do Trabalho e meu substituto no Comitê de Imprensa. Eu tinha todo o arquivo no Ministério do Trabalho de 1930. Depois, de 42 em diante, tive o cuidado de estabelecer pastas. Todos os fatos mais importantes da vida social do país, estavam lá na sala de imprensa do Ministério do Trabalho. Este homem, diante do fato de eu ter sido preso, e temendo conseqüências, agarrou dois ou três caminhões, pegou todas essas pastas, toda essa documentação – recortes, cópias de acordo, de convênios e contratos sociais, reforma da Consolidação, leis, tudo isso –, veio para a praia, em frente à rua Santa Luzia e queimou tudo. Ele estava envolvido em muita coisa, porque tinha sido meu companheiro, acabou me substituindo no Comitê de Imprensa como diretor do Serviço de Documentação e se tornou até um revolucionário. Ítalo Saldanha da Gama era um dos companheiros em quem eu mais confiava, e destruiu exatamente uma das coisas mais valiosas que eu podia ter na vida. Eu poderia ter levado o arquivo para casa, mas sempre tinha necessidade de consultá-lo dentro do ministério. Por exemplo, o gabinete do ministro, em vez de consultar o Serviço de Documentação e o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, consultava a mim, porque o meu arquivo pessoal era muito bom. Mas, lamentavelmente, tudo isso foi destruído. Havia, inclusive, muita coisa da minha vida acadêmica universitária. Isso não se pode reconstruir.

C.G. - Mas a gente pode até tentar?

J.T. - Não, não dá. Acordos salariais, greves, detalhes de greves, como ocorriam as greves, isso tudo é muito difícil.

C.G. - Toda essa documentação se perdeu?

J.T. - Se perdeu, não; destruíram.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

2ª Entrevista: 27.09.1978

C.G. - Nós tínhamos parado mais ou menos por volta de 45, 46, no governo Dutra. Antes de continuarmos, eu queria que você me esclarecesse algumas coisas ainda a respeito das suas origens, um pouco da sua genealogia. Começamos a falar sobre isso mas não falamos tudo. Eu queria saber um pouco mais a respeito de seus pais, dos seus avós. Você disse que seu pai era do PRP. O que ele fazia?

J.T. - Meu pai era arquiteto. Sua origem era italiana, de uma família de mestres-de-obras na Itália, ligada à construção de templos religiosos, pontes, obras de arquitetura. Vieram para a América, primeiro para os Estados Unidos, depois para a Argentina, e, por volta do fim do século XIX (1891/2), devido à febre amarela, emigraram da Argentina para São Paulo.

C.G. - Esses eram seus avós ou seus pais?

J.T. - Meu pai. Mas ele viajava sempre com o pai, e a família aqui se desdobrou. Uma parte ficando em São Paulo e a outra indo para Nova York, todos dedicados à construção civil.

C.G. - Quer dizer que você tem parentes em Nova York?

J.T. - E tenho família esparramada inclusive nos EUA, porque as proles sempre foram muito numerosas. Tenho dez irmãos, e um tio meu também tinha nove filhos. Isso por parte de pai. Por parte de mãe, também é a mesma coisa. Proles muito numerosas, sendo que minha mãe era portuguesa e veio para o Brasil em 1910. A minha ascendência é européia, de um mesclado de raças. Meu pai, apesar de italiano, é de origem germânica, de tipo claro.

C.G. - Embora fosse calabrês.

J.T. - Há um fato histórico bastante interessante. Minha mãe é portuguesa descendente de árabes, mouros, do norte de Portugal, de Trás-os-Montes. Há séculos passados, houve a primeira invasão da península Ibérica pelos árabes. E foram os anglo-saxões e germânicos que fizeram a expulsão dos árabes da península. Em 1950, quando fui participar do I Congresso Ibero-Americano de Seguridad Social, em Madrid, participei

de várias recepções oficiais. Em uma delas já assinala uma coisa um pouco estranha, surpreendente mesmo. No meio dos brasileiros, pelo meu nome, eu era muito distinguido pelos espanhóis, mas não estava esclarecido a este respeito. Depois fui fazer uma visita ao general Franco, levando uma mensagem do dr. Getúlio. Por falar nisso, acabou me ocorrendo... O dr. Getúlio, quando assumiu o governo...

C.G. - Isso foi em 52?

J.T. - Em 51. Estava em pauta, em discussão no Congresso e na imprensa, a criação de um banco em favor do fomento agrícola e o dr. Getúlio sabia que o governo espanhol tinha feito uma reforma bancária recente. Além disso, ele tinha ficado muito mal impressionado com a malversação do dinheiro dos institutos durante sua ausência do governo, ou seja, no período de 45 a 50. Sendo que aqui não vai nenhuma acusação ao presidente Dutra, que não era o responsável porque havia administradores. Mas, nesse período, os desfalques, os escândalos, os desvios de recursos da Previdência Social foram incríveis. Uma das plataformas do dr. Getúlio era exatamente a investigação de desvios de recursos da Previdência Social no Brasil. Basta computar os inquéritos administrativos feitos no governo do dr. Getúlio, a partir de 51, para se ter noção do ponto extremo a que ia tudo isso. A Espanha também tinha feito uma reforma de previdência muito grande. A prova disso é que ela realizava o I Congresso Ibero-Americano de Seguridad Social para mostrar à América Latina o que havia realizado no campo de Seguro Social.

Fui integrando essa delegação como jornalista e como funcionário do Ministério do Trabalho. E levava uma carta, uma mensagem do presidente Vargas a Franco, na qual ele pedia que fossem fornecidos subsídios, informações e detalhes sobre dois aspectos: primeiro, sobre a reforma bancária em favor da agricultura; segundo, sobre as instituições de previdência, o sistema de previdência que funcionava na Espanha. Este foi o primeiro passo dado para a unificação da previdência no Brasil. Foi aí que se começou a estudar, por parte do governo, a unificação. Nós tínhamos vários institutos e caixas. E o Franco, na ocasião, mandou que me fossem fornecidas todas as informações relativas ao pedido do dr. Getúlio.

Com referência à criação de um banco de fomento agrícola, para amparar a agricultura e a pecuária no Brasil, Franco fez questão de manifestar-me a sua impressão. Então, me disse que, em vez de criar um banco destinado a ajudar e financiar a lavoura e a

pecuária na Espanha, ele tinha determinado que o sistema bancário espanhol estabelecesse, obrigatoriamente, um percentual de seus depósitos para o financiamento e empréstimos à pecuária. E contou-me que, inclusive, inicialmente, os bancos espanhóis privados haviam reagido a esta determinação do governo. Mas que, ao cabo de um ou dois anos, tinham constatado que, graças a essa determinação governamental, tinha havido um incremento muito grande no movimento bancário, inclusive nas províncias. E, graças ao percentual que havia estabelecido, ele pôde fomentar a agricultura e a pecuária.

Ele inclusive defendeu seu ponto de vista dizendo que um país não podia arcar com o peso das despesas de administração de mais de uma organização bancária. Então, o Banco do Brasil, no entender dele, teria as condições de cobrir exatamente o que...

[FINAL DA FITA 2-B]

J.T. - Com respeito à previdência, ele igualmente mandou fazer um dossiê completo, um espelho do sistema previdenciário da Espanha, no qual havia desde o médico residente na aldeia aos grandes hospitais nos centros de maior densidade populacional. Tudo isto foi trazido ao dr. Getúlio nesta época.

Então, voltando ao assunto da minha surpresa de como eu era distinguido e tratado, sem atinar por que, numa visita ao Museu do Prado, o seu diretor, que recebeu a numerosa delegação brasileira, no momento em que me foi apresentado, fez uma série de reverências respeitadas, como se estivesse perante um prelado, um presidente da República ou um governante. E fiquei um tanto surpreso, ainda sem entender. E, ao final da visita, este diretor do museu perguntou-me se eu não era de ascendência ibérica. Eu digo: “Não, minha ascendência é italiana e portuguesa. E ele então me disse que, durante 300 anos, a Espanha foi governada por uma dinastia de Talaricos, Alaricos, todos de ascendência germânica. Então, achava ele que, evidentemente, eu era um descendente de nobres da Espanha. Para mim foi uma surpresa, mas este fato eu também acabei constatando aqui no Rio de Janeiro, em Campo Grande, onde há uma comunidade de padres espanhóis que dirige a paróquia de Campo Grande. Participando de um batizado, um desses padres me faz a mesma pergunta. Então, este foi um detalhe que acabei tomando conhecimento na Espanha.

R.R. - Talarico é o nome de seu pai?

J.T. - Meu pai é Talarico, e Gomes é de minha mãe.

C.G. - E seu pai, sendo do PRP, era politicamente ativo ou apenas participava do partido?

J.T. - O que acontece é o seguinte: meu pai foi um dos grandes arquitetos de São Paulo, foi quem introduziu no Brasil o cimento armado com aço. Hoje o cimento armado é feito com ferro, é uma composição de cimento e ferro, mas, anteriormente, as estruturas dos grandes prédios eram feitas primeiro de aço ou de ferro, e depois revestidas de cimento. Quem introduziu esse tipo de construção em São Paulo foi meu pai, que trouxe também, pela sua tendência arquitetônica, o que nós podemos chamar de estuque em gesso, hoje muito aplicado.

Ainda existe um prédio em São Paulo que foi construído por ele, na rua 15 de Novembro, esquina de Ouvidor. É o prédio da antiga Casa Michel, de joalheiros franceses. Pois bem, 50 anos depois dessa sua construção, este prédio pôde suportar o acréscimo de mais dez andares sobrepostos a ele. Chegou-se à conclusão que era preferível aumentar, dado o suporte básico da estrutura, do que derrubar o prédio, o que seria muito difícil.

Meu pai, inclusive, foi um devastador de São Paulo. Há um bairro em São Paulo chamado Vila Talarico, de grande densidade populacional, e sobre ele há um fato muito curioso. Depois de 64, tive de esclarecer ou dar informações, apesar de afastado de São Paulo desde 1940, sobre as tendências esquerdistas e comunistas da Vila Talarico, onde, em São Paulo, nas eleições, houve e há o maior índice de votos em candidatos de esquerda e do Partido Comunista. Mas isso eu explico por quê. Meu pai, quando, em 1924/25, começou a construir esse bairro, teve como vendedores de terreno dois elementos que eram membros do Partido Comunista. E como ele era um homem progressista, não ligava para esse problema.

C.G. - Quem eram esses elementos?

J.T. - Não me lembro. Já passaram tantos anos, eu era um menino. Não eram pessoas de destaque, mas eram pessoas que viviam no partido. E meu pai, para a venda de cada lote, dava inicialmente à pessoa que comprava cinco mil tijolos e mais areia para

levantar a casa. E estes dois membros do Partido Comunista acabaram fazendo mutirões, e levando para lá todos os companheiros que estivessem em condições de comprar um lote e construir suas casas.

Então, depois de 64, em dois ou três inquéritos que respondi, inclusive o do ISEB, onde eu nunca tinha ido nem para assistir uma conferência, aquele coronel Ibiapina me perguntou sobre minhas origens no Partido Comunista, sob a alegação de que a Vila Talarico era um dos setores de maior índice de votos do Partido Comunista Brasileiro, em todas as eleições, em todas as épocas. E tive que me explicar perante o coronel Ibiapina apesar de não viver em São Paulo desde 1940.

C.G. - Quer dizer que o seu pai tinha uma situação econômica boa.

J.T. - Muito boa. Foi um homem que deixou uma fortuna muito grande, um homem progressista. Mas quando ele fez essa construção da Casa Michel, na rua 15 de Novembro, e mais a de uma antiga Casa Falcão, onde está hoje o Othon Palace, o dr. Júlio Prestes era advogado dessas firmas comerciais, e, conseqüentemente, acabou levando meu pai para o Partido Republicano. Ele também construiu a casa de Carlos Campos, em São Paulo. Era um homem muito relacionado com os artistas, com os poetas da época, exatamente pelas obras de arte que construía.

C.G. - Ele era um profissional liberal, sem vinculações com o governo.

J.T. - Ele era um artista. Não era muito liberal por ser um homem muito rigoroso.

C.G. - Profissional liberal, no sentido de ser uma pessoa que trabalhava por conta própria.

J.T. - Sim.

C.G. - Outra coisa que eu queria que você esclarecesse, também, era a sua prisão aos nove anos, a que você se referiu. Queríamos saber mais sobre isso, já que as prisões foram uma constante na sua vida.

J.T. - Isso foi em 1925. Portanto, eu ia completar os dez anos. Eu tinha sido estafeta das tropas revolucionárias em São Paulo, na ocupação revolucionária de 24, porque nessa época não havia comunicação de rádio, não havia o aparelhamento sofisticado que hoje as Forças Armadas utilizam para comunicações. Então, era usada a figura tradicional do estafeta, e os revolucionários que ocuparam Mooca, Belenzinho, Brás e Santana usavam-na nesta rede de trincheiras. O acesso das pessoas vindas de fora de São Paulo para o centro da cidade só era feito através de três ou quatro vias de comunicação, que eram Mooca, Brás, Pari e Santana.

C.G. - E você morava aonde?

J.T. - Morava no Belenzinho. As tropas revolucionárias imediatamente convocaram os meninos que tinha por ali, porque era mais fácil, porque eram mais ligeiros e conheciam a região. Levávamos as mensagens em uns tubozinhos, de comandante para comandante. Em consequência disso, quando terminou a revolução, tentei embarcar com as tropas na estação da Luz. Mas, evidentemente, os revolucionários não quiseram levar os estafetas, porque eram menores e estava-se fazendo a retirada de São Paulo. E fiquei, portanto, com outro companheiro meu, que chamava-se Ernesto, e que era também meu companheiro de escola. Ficamos marcados.

Na retomada, as figuras que representavam o Partido Republicano Paulista passaram a verificar quem tinha colaborado com os revolucionários. Um desses elementos no Belenzinho era um farmacêutico de nome Carvalho, que acabou dizendo, depois de muitas artimanhas, e para pretextar a prisão, que eu e alguns outros meninos havíamos depredado o seu automóvel. Mas, no fundo, não era pela depredação do automóvel, da qual eu não tinha participado, mas pelo fato de eu ter sido estafeta das forças revolucionárias. Conseqüentemente, fui preso numa manhã, ao sair de casa para ir ao grupo escolar. Meu pai só veio a saber na parte da tarde, assim como minha mãe, porque não voltei para casa e algumas pessoas lhes disseram que eu tinha sido levado para a delegacia. E eu e este meu companheiro, apesar de garotos, fomos colocados na cela. Quando meu pai chegou lá eu estava recolhido num xadrez. Menino de nove anos.

C.G. - Deve ter sido uma experiência marcante na sua vida, não é?

J.T. - Desde criança, eu nunca tive muito medo. Quer dizer, essas coisas, não me causam, assim...

C.G. - ... nenhum trauma?

J.T. - Nenhum trauma, nem impacto. Por exemplo, por aqui eu fui preso 26 vezes. Agora, evidentemente, isso reflete. Refletiu na minha mulher, que hoje é uma pessoa afetada das faculdades mentais em consequência disso. Mas em mim, não. Sempre encarei as coisas com muito realismo. Então, essa foi a minha primeira prisão, pagando as consequências de ter sido participante da Revolução de 24, com nove anos.

C.G. - E na ordem dos irmãos, você era o quê?

J.T. - Eu era o sétimo.

C.G. - Você disse depois que, numa certa época, participou ou, pelo menos, dever ter-se filiado ao Partido Democrático.

J.T. - Não, não participei do Partido Democrático.

C.G. - Naquele momento em que você disse que tinha fugido de casa...

J.T. - Na campanha de 29, eleição Júlio Prestes e Getúlio Vargas, enquanto meu pai e meus irmãos eram partidários do Prestes, eu era partidário do Getúlio. Então, saía com aqueles cartazes, pregando, aquela coisa. E era, na época, o Partido Democrático que articulava a campanha do dr. Getúlio em São Paulo.

C.G. - E você disse que saiu de casa e foi morar com um tio seu.

J.T. - Não. Aí é um outro problema. Aí foi logo depois, nos últimos dias da Revolução de 30, quando as tropas atravessaram o Itararé, onde eu tinha um irmão combatendo. Este foi preso e trazido aqui para a ilha das Flores. E tinha um outro irmão, que era agrônomo e participava numa outra tropa de resistência em São Paulo. Eu, nessa época, já ginasião, estava participando, no centro da cidade, dos movimentos de hostilidade

ao governo, que permanecia em São Paulo. Então, era o negócio de depredar os jornais e tal. E, nessa depredação, partimos para a invasão da sede do Partido Republicano Paulista, que ficava no edifício Martinelli, e chegamos ao andar onde estava situado o partido, uma sede luxuosíssima, com restaurante, manicures, salas de jogos e conferências em um andar inteiro. E começamos a apedrejar. Dentro da sede estava o meu irmão mais velho, Pedro Talarico, que era também arquiteto e membro do Partido Republicano Paulista. Eu estava ali no grupo, hostilizando o Partido Republicano Paulista. Cheguei em casa e, evidentemente, levei uma surra monumental. Em consequência disso, a minha reação foi ir a casa do meu padrinho, que era também meu tio. Ali fiquei uma temporada muito grande, até que as cicatrizes físicas e morais desaparecessem.

C.G. - E esse tio teve alguma influência mais marcante na sua vida?

J.T. - Não, ele não teve, não. Porque, como meu pai, ele era um construtor. Mas era um homem dedicado ao trabalho, não tinha nenhuma participação política.

C.G. - Ele apenas acolheu você.

J.T. - Claro, ele era meu padrinho e tal, ficou com muita pena... No fundo, ele também não era a favor do Partido Republicano Paulista. Fui buscar agasalho nas hostes contrárias.

C.G. - Talarico, outra coisa que também gostaria que você me caracterizasse melhor é a questão do movimento estudantil. O movimento estudantil em 30 e, depois, em 37, quando já começa a tomar corpo através da UNE. Para mim, parece que são dois momentos. Nos primeiros anos da década de 30, aparentemente, o movimento não tinha uma definição assim muito marcante...

J.T. - Bom, o movimento estudantil brasileiro tem várias fases. Ele tem, vamos dizer, uma fase de 1918 a 22, pouco levantada e pouco definida.

C.G. - Nessa época, inclusive, as próprias faculdades eram poucas.

J.T. - É, era um movimento feito muito na base da tradição, por exemplo, de Recife, de São Paulo, dos bacharéis e tal. Aqui, por exemplo, a Faculdade de Medicina da praia Vermelha tinha uma grande expressão. E depois, com o surgimento da Faculdade de Medicina, em São Paulo, da Escola Politécnica, da Escola Agrícola Luís de Queirós, em Piracicaba, começou a haver uma conscientização, isso a partir de 22. Essa consciência também se deu por influência dos movimentos operários e dos movimentos anarquistas, que começavam a apelar para que nas suas reuniões houvesse oradores estudantis. Aí é que começa, então, a participação do estudante na vida política brasileira.

Eu me lembro que, já a partir de 22, 23, houve inclusive uma grande influência por parte de militares, que foram excluídos em função do movimento revolucionário de 22. A maior parte deles transformou-se em professor, ou de matemática ou de física, e, evidentemente, se apresentava assim como figura legendária.

O movimento revolucionário de 22, 23 e de 24 começou a produzir líderes que, sacrificados, buscavam exatamente na profissão de professor o seu sustento. Então, eu tive, por exemplo, ainda no ginásio, professores que tinham sido ex-alunos da Escola Militar, que eram tenentes ou capitães excluídos. Entre estes havia o Edmundo Macedo Soares e Silva, que foi professor de matemática e física em São Paulo.

C.G. - Foi seu professor?

J.T. - Não, foi meu companheiro, meu amigo. Ele lecionou em São Paulo. Havia um outro, havia vários outros. E, a partir de 27, 28, começou a haver a organização de ginásios. Com a falta de professores, esses novos ginásios passaram a chamar alunos das escolas superiores de São Paulo para lecionar as diversas matérias. Então, você pega aí um grande número de professores de história, de português, de geografia, que eram alunos da Faculdade de Direito; professores de física, ciências, que eram alunos da Faculdade de Medicina; matemática, quem dava era o pessoal da Politécnica. Em função disso, esses professores passaram a exercer uma grande influência no movimento estudantil secundário. Mas o movimento que mais marcou a participação do universitário foi o de Olavo Bilac, em 1924 na sua primeira dissidência da chamada *Buchenschaft*, uma organização secreta que presidiu durante alguns séculos a tradição da faculdade do Recife e da Faculdade de Direito de São Paulo.

C.G. - É conhecida como a Bucha?

J.T. - Bucha, famosa Bucha. E Olavo Bilac, como dissidente da Bucha, formou o movimento nacionalista. E como eram poucos aqueles que deixavam a Bucha para prestigiar o movimento do Olavo Bilac, ele, então, convocou e convidou os estudantes. E, a partir daí, a participação estudantil foi muito grande. Muito grande, mesmo. Inclusive, no movimento da Aliança Liberal, os estudantes tinham uma grande participação. Isso levou a que o Partido Republicano também criasse, em 29, 30, o seu grêmio universitário. Então, começou a haver a participação dos estudantes na vida política e na vida dos próprios partidos, aos quais davam uma outra repercussão. Estes estudantes formavam, por exemplo, caravanas para ir ao interior do estado com propaganda eleitoral, essas coisas todas.

C.G. - Perfeito. Quer dizer que, em 37...

J.T. - Ainda tem uma coisa que devo dizer. É que o estudante paulista, durante várias décadas, dedicou-se ao fortalecimento das suas representações de classe. Estão aí o Centro Acadêmico Osvaldo Cruz e o Grêmio Politécnico, que eram entidades de grande repercussão e de grande representação social, inclusive também com base econômica. O Centro XI de Agosto, por exemplo, tinha um patrimônio de ações em várias companhias de São Paulo e chegou a ser um dos principais acionistas da antiga Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

C.G. - É incrível, não?

J.T. - Não. É que as pessoas, em vez de dar dinheiro, davam ações, e o José Carlos Macedo Soares, que tinha sido presidente honorário do centro, fez grandes doações de ações da Companhia Paulista. Em consequência disso, os estudantes da Escola Politécnica fizeram a mesma coisa. Transformaram o Grêmio Politécnico numa grande instituição, assim como o Centro Acadêmico Osvaldo Cruz, que instalou a sua nova sede ali no Araçã, em frente ao cemitério, em um edifício construído pela Fundação Rockefeller, e dispôs de uma ala no térreo para sua sede social. O Centro Osvaldo Cruz construiu o primeiro estádio esportivo do Brasil, que até hoje existe, com piscina, ginásio, pista de atletismo e campo de futebol, tudo feito pelo esforço do estudante. Então, você pega num período até 1934/35, o esforço do estudante em deixar as suas

organizações representativas com uma estrutura concreta. E havia também a continuidade, com as associações dos ex-alunos. Por exemplo, as reuniões feitas pelos ex-alunos da Faculdade de Direito, Politécnica e Faculdade de Medicina eram famosas em São Paulo. Reuniam centenas e centenas de estudantes todos os anos naquelas confraternizações. Portanto, nesse período, a cimentação da solidariedade universitária foi muito grande.

C.G. - Então, era um movimento autônomo, independente da interferência do Estado.

J.T. - Totalmente autônomo. Evidentemente, o estudante, pela influência que exercia com a sua participação na vida política, conseguia muita coisa. Na Faculdade de Medicina, na qual eu participava como secretário do Centro Acadêmico Osvaldo Cruz, conseguimos construir este estádio esportivo praticamente com doações. Construimos o ginásio com as sobras da construção da faculdade, porque sobrou muito tijolo, muito ferro e muita madeira. A Faculdade de Direito se dedicava mais à sua sede, a antiga sede do Centro Acadêmico XI de Agosto. Eu já não a vejo há 20 anos, mas era uma sede social muito requintada, onde havia salões de baile, salas de xadrez, bilhar, carteados, barbeiro, biblioteca... A biblioteca é das melhores que já vimos em São Paulo. A do Grêmio Politécnico e a do Centro Acadêmico Osvaldo Cruz também.

C.G. - Em 37, exatamente quando se inaugura o Estado Novo, aquele período de uma maior centralização de poder nas mãos do governo, no caso, do Getúlio, é que é criada a UNE. Como é que você vê esse movimento?

J.T. - A União Nacional dos Estudantes já se fazia sentir no momento que despontou, a partir de 30, uma maior intensificação no movimento universitário, em função, vamos dizer, do incentivo que o governo Vargas deu aos estudantes, a partir dos anos 32 e 33. Primeiro, naquilo que eu tinha falado: o reconhecimento dos diretórios acadêmicos ou dos centros acadêmicos como órgãos representativos do corpo discente das respectivas escolas superiores, e a garantia, para a sua manutenção, dos recursos provenientes das taxas do primeiro ano escolar. Com essa subvenção e com o reconhecimento oficial, os diretórios acadêmicos passaram a ter autonomia, vida própria, se posicionando nos problemas educacionais, políticos e de outras naturezas.

Em seguida, o dr. Getúlio estabeleceu que as empresas estatais de transporte - o Lloyd, a Costeira, a Central do Brasil e outras - doassem anualmente a cada escola, de preferência à que encerrasse o seu curso, 20 passagens para uma viagem de intercâmbio. Por exemplo, fizemos uma visita ao Pará, à faculdade de Belém do Pará. A partir daí, começou a se desenvolver o intercâmbio universitário e se sentiu necessidade de uma reaglutinação, de uma mobilização estudantil em caráter nacional. Em 1933, estivemos no Paraná, numa caravana, que era ao mesmo tempo cultural e esportiva.

[FINAL DA FITA 3-A]

J.T. - Então, realizou-se uma viagem a Curitiba. Nessa ocasião, para se chegar a Curitiba viajava-se cerca de 36 horas de trem. Na caravana iam elementos para fazer conferências, teatro e, o que era muito usual e foi famoso durante décadas seguidas em São Paulo, os chorinhos acadêmicos. Eram conjuntos de cordas que realizavam espetáculos.

Aliás, o que suscitou isto foi a vinda, no ano de 25, 26, de uma caravana de estudantes de Coimbra trazendo um conjunto folclórico português, que realizou aqui no Rio, em São Paulo e em vários estados do país, espetáculos musicais. Era um conjunto de guitarras, muito famoso. Eu me lembro, porque era menino, e esses espetáculos eram assistidos por um grande público nos teatros e em São Paulo. E esses estudantes de Coimbra ofereciam às moças aquelas suas famosas capas pretas, pedaços de suas capas, que as moças usavam como se fosse um adorno, com um alfinete. A partir dessa visita dos estudantes de Coimbra, começaram a surgir também conjuntos musicais nas escolas superiores de São Paulo.

Então, nesta viagem a Curitiba levamos gente para fazer conferência, teatro, música e esporte, e foi o primeiro passo para se organizar a I Olimpíada Universitária Brasileira, ou seja, os Jogos Universitários Brasileiros, em 1935, em São Paulo, reunindo Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, estado do Rio, Bahia e Pernambuco. E apesar de ser um evento esportivo, os jogos resultaram na constatação de que havia necessidade de se desenvolver um movimento de coordenação dos estudantes no plano social e político. Mas já tinha surgido, aqui no Rio de Janeiro, depois de 1930, um movimento estudantil que elegeu, em 31, se não me engano, a Ana Amélia Carneiro de Mendonça como rainha dos estudantes. E ela, que era uma figura de famílias tradicionais do Rio de Janeiro, achou que aquilo lhe constituía um encargo, e fundou a Casa do Estudante do

Brasil, uma instituição de benemerência que oferecia hospedagem e alimentação para os estudantes. A Casa do Estudante funcionou, durante muitos anos, no largo da Carioca, antes de construir a sede própria que até hoje existe na rua Santa Luzia. Havia um casarão em Botafogo, também de propriedade da família de Ana Amélia, que funcionava para residência de estudantes. Lá era a sede social, onde havia recreação, jogos, conferências e um restaurante. E Ana Amélia passou a ter uma grande atividade no meio estudantil, fundando, a partir do ano de 36, o Conselho Nacional de Estudantes. Ela compôs o conselho como se fosse uma dependência da Casa do Estudante do Brasil. Na mesma ocasião, fundou a Federação Atlética dos Estudantes, que superintendia o movimento esportivo dos estudantes, aqui no Rio de Janeiro.

Em 1938, foi convocado o I Congresso Nacional dos Estudantes. E deste congresso surgiu a idéia da fundação da União Nacional dos Estudantes, contra a posição da Ana Amélia Carneiro de Mendonça, que queria a preservação do Conselho Nacional dos Estudantes. Aí houve uma luta muito grande, na qual ela, não podendo controlar as representações universitárias de fora do Rio de Janeiro, acabou sendo derrotada. E fundou-se, então, a União Nacional dos Estudantes, cujo primeiro presidente foi José Raimundo, deputado pelo PTB, anos mais tarde, e presidente do IAPI. Mas isso na fase de organização e logo após o I Congresso. O primeiro presidente eleito foi Walmir Borges, do Rio Grande do Sul, presidente do diretório do Rio Grande. Mais tarde ele foi advogado do Jango e chefe de gabinete do ministro da Fazenda no último governo do Jango.

De maneira que, a partir daí é que se forma a primeira entidade de representação nacional. Mas levaria mais algum tempo para ela ser reconhecida pelo governo. Houve uma grande influência comunista, também. O primeiro secretário-geral era Antônio Franca, estudante de direito, membro até então da Juventude Comunista. Havia um outro, que morreu recentemente. É o autor do livro do Jesus Soares Pereira, Medeiros Lima. Ele também foi um dos participantes.

Em 1939, no II Congresso da União Nacional dos Estudantes, também realizado no Rio de Janeiro, criamos a confederação, que primeiro chamava-se Cuba (Confederação Universitária Brasileira de Esportes) e, depois, na regulamentação, transformou-se em Confederação Brasileira de Desportos Universitário, para obedecer as regras preestabelecidas de denominação de entidades. Em 1940/41, nós conseguimos que o dr. Getúlio estabelecesse o reconhecimento da União Nacional dos Estudantes como

entidade representativa dos estudantes brasileiros. E, em seguida, ou antes disso, também foi reconhecida a CBDU.

Antes da regulamentação dos esportes nacionais, o dr. Getúlio fez a regulamentação dos esportes universitários. Inclusive, determinando que as escolas superiores, todas elas, tivessem praças de esportes e locais para prática de esportes. Era exigência básica para qualquer escola. Ele tinha visão da vida esportiva americana, e achava que, através do incentivo ao esporte universitário, talvez pudessemos progredir nos esportes básicos: atletismo, natação e outros. Desde o início, talvez os estudantes é que tenham tido maior influência no desenvolvimento do futebol no Brasil. Este é um outro episódio para se contar.

R.R. - Você disse que, em São Paulo, o movimento estudantil era basicamente antivarguista, antigetulista. Como é que o governo absorvia isso?

J.T. - Não, eu não disse isso.

R.R. - Isso foi na entrevista passada.

J.T. - Não, eu não disse que era antivarguista. O que eu disse é que havia oposição ao dr. Getúlio Vargas, que era feita por aqueles paulistas de 400 anos, a estirpe de São Paulo. Evidentemente, aí é que entra a influência das grandes famílias paulistas: na vida da Faculdade de Direito e na Escola Politécnica. Nas demais escolas, a influência paulista era relativa. Por exemplo, dentro da Faculdade de Medicina, ela já não era tão acentuada, apesar de a escola ser fundada por Arnaldo Vieira de Carvalho, que foi um dos elementos da família Mesquita, em São Paulo. Essa influência foi-se esvaziando ao correr dos tempos, mas a tradição paulista, que se posicionava no Partido Constitucionalista com Armando de Sales Oliveira, com a família Mesquita, era evidentemente, de oposição ao dr. Getúlio. E como as divergências com o dr. Getúlio passaram a ser, logo após a Revolução de 30, em função das designações dos interventores, de governadores de estado, isto, com o correr dos anos, foi-se agravando, foi-se aflorando de forma agressiva contra o dr. Getúlio.

C.G. - Uma coisa que eu também queria assinalar aqui é que, a partir da criação da UNE, a partir desse momento, a gente vê que há uma identificação do movimento estudantil com o Getúlio do que uma...

J.T. - Não, não houve. Pelo contrário, não houve muita identificação, porque a União Nacional dos Estudantes passou a ter uma influência esquerdista muito forte. Inclusive, a Juventude Comunista brasileira atuava e participava na sua direção. Mas a verdade é que o dr. Getúlio conhecia todos esses fatos, e jamais influiu no sentido de obstar ou de impedir o acesso dos comunistas ou dos esquerdistas à direção das organizações universitárias. Uma das eleições em que houve confronto ideológico foi a do ano de 1942.

C.G. - Foi a eleição do Hélio de Almeida?

J.T. - Foi. Sebastião Pinheiro Chagas, da Faculdade de Direito de Belo Horizonte, era candidato, e recebeu muita influência do general Dutra. Sua candidatura era articulada por Carlos Roberto de Aguiar Moreira e Antônio Augusto de Vasconcelos. O Carlos Roberto de Aguiar Moreira depois foi deputado e secretário particular do presidente Dutra. No tempo de estudante, ele era um dos jovens mais ricos do Rio de Janeiro. Conseqüentemente, dispunha de muitos recursos, que ele próprio empregou na campanha do Sebastião Pinheiro Chagas. Ele passou a oferecer, por exemplo - nessa época era negócio deslumbrante -, lugares todas as noites nos cassinos Atlântico e da Urca para os eleitores de Sebastião Pinheiro Chagas. Para um estudante, jantar na Urca era um negócio, assim, fora de série. Além deste fato, ele oferecia condução e oferecia recepções. E, evidentemente, fazia grandes promessas aos eleitores de Sebastião Pinheiro Chagas.

Articulamos, então, a eleição do Hélio de Almeida, e quem decidiu foi São Paulo. Por meu intermédio, conseguimos cerca de 18 a 20 votos que foram decisivos para o Hélio de Almeida. Tivemos que jogar, também, com a participação do dr. Osvaldo Aranha, então ministro das Relações Exteriores, para contrapor o apoio que o ministro da Guerra, general Dutra, dava ao candidato mineiro Sebastião Pinheiro Chagas. Mas isto foi apenas uma ocorrência. Na verdade, a presença de elementos conscientizados politicamente dentro da UNE levava a uma posição contra o Estado Novo e conseqüentemente, contra o dr. Getúlio.

No momento em que se oficializou, a UNE passou a ter recursos do Ministério da Educação. Alugamos a primeira sede na rua Álvaro Alvim, 31, quarto andar, onde hoje funciona um laboratório. Lá se realizavam reuniões, e dali saíam o movimento pela entrada do Brasil na guerra contra o nipo-nazi-fascismo, as campanhas contra o Filinto Müller, o Teixeira Batista e toda aquela polícia política do período de 37 a 45. Tudo isso levava o estudante a posicionar-se contra o dr. Getúlio. Eu era, então, como presidente do CBDU, um dos poucos getulistas...

C.G. - Como é que você, getulista, situava-se dentro da CBDU?

J.T. - Eu me situava sempre procurando defender os companheiros. Evidentemente, quando algum companheiro era cerceado... Por exemplo, o Wagner Cavalcanti era um homem do Partido Comunista, e várias vezes foi preso pelo Filinto. Então, eu ia atuar junto ao ministro da Educação, junto ao dr. Getúlio, diretamente, para que ele fosse posto em liberdade. O Luís Pinheiro Pais Leme, presidente da UNE, foi preso duas vezes. Nas duas vezes fui ao dr. Getúlio para que ele fosse libertado. Então, a minha atuação era nesse sentido.

C.G. - No sentido da conciliação, digamos.

J.T. - Não era bem conciliação; era em defesa dos companheiros. Mas eu não deixava de ser solidário com o dr. Getúlio. Certa vez, acabei com uma reunião da UNE, quando passou por aqui um deputado argentino, dono de um jornal, não sei se era *O radical*. Taborda – chamava-se assim –, famoso deputado argentino, era um homem que lutava pela participação da América Latina ao lado das Nações Unidas. Nesta reunião, realizada já na sede da UNE, no Clube Germânia, o meu companheiro Wagner Cavalcanti, que vinha de uma reunião na antiga Liga das Nações, ou coisa parecida, foi convidado para falar sobre a guerra, que já estava quase definida. O Wagner era um grande orador, um dos melhores oradores. Depois foi secretário de redação de *O globo*, e acabou morrendo louco em um manicômio, em Belo Horizonte. Mas foi um dos contemporâneos mais inteligentes, um orador popular extraordinário. Nessa reunião estavam presentes vários militares, entre os quais o Etchegoyen, que já não era chefe de polícia, e mais um outro general, cujo nome agora não me recordo, que

na época participava dos movimentos nacionalistas. Estava presente, portanto, o que havia de mais representativo, ideologicamente.

Este meu companheiro, Wagner Cavalcanti, começou seu discurso fazendo indagações. ... “Se Getúlio Vargas, o ditador brasileiro, se representantes do Brasil poderiam sentar na mesa que ia decidir o destino no Brasil ao lado de Churchill, Roosevelt, De Gaulle e Stalin”. E quando ele disse isso, parti para a ignorância. Quebrei-lhe a cara, e acabou a reunião da UNE. Aquilo era do meu temperamento. Levantei, primeiro, protestando pelo fato de ele fazer uma indagação a um estrangeiro de passagem no Brasil, especialmente um argentino, para saber se o Brasil poderia ou não sentar-se na mesa da paz. Aquilo era um insulto ao Brasil, que estava naquele momento dando a sua contribuição na guerra. Eu não podia admitir, em absoluto, que qualquer brasileiro ali fosse desmerecer o seu país. Poderia fazer suas críticas ao dr. Getúlio, mas não colocar o problema nos termos em que ele estava colocando. Isto imediatamente deu uma confusão, porque no momento em que ele me repeliu com mais violência, como era um orador de muito espírito, acabou me ofendendo. Parti para a ignorância, e acabou. Isso resultou que, estando ali presentes observadores, levou-se imediatamente o fato ao conhecimento do ministro da guerra, Dutra, e do Benjamin Vargas. Os dois articularam o fechamento da UNE, e, a partir daquele momento, tive que me desdobrar, exatamente para demonstrar que aquilo tinha sido apenas um incidente entre mim e o Wagner Cavalcanti, que nada tinha a ver com a UNE. Era uma reunião importante, ele me ofendeu, eu reagi à altura, e, portanto, não havia nada de inconcebível. Já estava ali articulada a prisão de vários elementos, o fechamento da UNE, e, conseqüentemente, eu poderia ser apontado como o responsável. Graças às ponderações que fiz junto ao dr. Getúlio, acabamos superando o problema. Então, eu me colocava assim. Mesmo no momento da briga, do confronto e das crises, mesmo, às vezes, discordando das pessoas que tinha que defender, eu não deixava de defender o dr. Getúlio.

C.G. - E essa campanha desenvolvida pela UNE, essa campanha anti-Eixo, pela entrada do Brasil na guerra, teve a influência...

J.T. - ... decisiva. Porque ela começou na conferência dos chanceleres americanos, no Rio, em 1939, quando o dr. Osvaldo Aranha, então ministro das Relações Exteriores, Teve que apelar para a intelectualidade brasileira e para os estudantes para bem recepcionar os chanceleres latino-americanos que viriam ao Brasil. Era evidente que ele

não podia contar – nem era recomendado politicamente que o fizesse – com as autoridades ou integrantes do próprio governo, que se dividiu. O maior número de elementos do governo era favorável ao Eixo. Notadamente os ministros militares. Então, era preciso dar uma acolhida fraternal a essa gente. Os estudantes, então, foram para dentro do Itamarati fazer recepções, homenagens, manifestações de toda natureza aos ministros das Relações Exteriores.

A partir daí, por termos assistido àquele conclave importante, tendo acesso até a reuniões que não eram públicas, acabamos nos conscientizando contra o Eixo. No momento em que foram afundados os primeiros navios brasileiros, partimos para um movimento de protesto de rua contra os jornais que faziam a política do Eixo, para intimidá-los. Ao mesmo tempo, pugnando pela solidariedade às Nações Unidas, este movimento foi num crescendo até que chegou o momento em que o Brasil declarou guerra ao Eixo, no qual houve duas manifestações importantíssimas. Uma no Itamarati, onde levamos uma multidão inconcebível, parando o trânsito todo; e outra, na frente do palácio do Catete. Toda essa mobilização foi feita pelos estudantes.

C.G. - Você falou também na União Cultural Brasileira. O que era isso?

J.T. - O dr. Getúlio, desde 1937, com a instituição do Estado Novo, tinha extinguido os partidos, e havia na Constituição de 37 a exigência de ele fazer um plebiscito. Para preparar isso, ele teria que planificar uma campanha política, uma campanha no sentido de esclarecimento da opinião pública, de catequese, para cativar, enfim, para envolver. No ano de 42, ele deu instruções a que o ministro do Trabalho, Marcondes Filho, elaborasse um projeto para a formação de uma instituição que se destinaria a este fim. Ou seja, preparar uma campanha de esclarecimento público sobre seu governo e, ao mesmo tempo, estabelecer os primeiros passos para um possível plebiscito. Nesse sentido, esta instituição seria criada com o aspecto, com as finalidades culturais para defesa da política que ele desenvolvia, de princípios nacionalistas, e de tudo aquilo que ele havia realizado de 30 até aquela data. Assim, o ministro Marcondes Filho deu os seus primeiros passos. Entre estes está, exatamente, a minha convocação para trabalhar no projeto. Mas não cheguei a iniciar o trabalho.

Como já disse antes, o ministro Marcondes Filho teve um encontro aqui no Rio de Janeiro com o dr. Moisés Vellinho, que era membro do Conselho Administrativo do estado do Rio Grande do Sul. Contou a ele do projeto existente e da pretensão que se

tinha de fundar essa instituição. E o Moisés Vellinho foi jantar com o dr. Osvaldo Aranha, que não conhecia o projeto, pois o dr. Getúlio não lhe havia revelado os seus propósitos. Isto provocou um problema, já que o dr. Osvaldo Aranha, no seu primeiro despacho, procurou esclarecimento junto ao dr. Getúlio. Osvaldo Aranha era contra, porque o seu projeto político era diferente, não coincidia com o dr. Getúlio. Dr. Getúlio, então, por habilidade política, achou melhor abandonar a idéia de formação dessa instituição.

C.G. - E qual seria a diferença entre os dois projetos?

[FINAL DA FITA 3-B]

J.T. - Eu não conheço o projeto Aranha. Deduzo que ele desejasse uma formação democrática aberta, frontal, e com a participação de todos. Neste plano, o projeto do dr. Getúlio, através do Marcondes Filho, era de preparação para uma futura plataforma política. Evidentemente, eu falo em termos de concepção.

C.G. - Você disse que os membros da União Cultural Brasileira foram excluídos das eleições de 46, quer dizer, da possibilidade de participar dessas eleições, para dar lugar exatamente à participação de líderes sindicais.

J.T. - Não, aí houve uma confusão. Deve ter havido um equívoco aí, ou meu ou de vocês. Quando se estabeleceu a formação do PTB, a determinação governamental, tanto do Getúlio como do ministro Marcondes Filho, era no sentido de que as pessoas que estavam participando da sua formação, da sua organização, não viessem a disputar posições eletivas. E as duas únicas exceções que se estabeleceram foram o próprio Marcondes Filho, que acabou candidato a senador em São Paulo, e o Segadas Viana, candidato a deputado federal aqui no Rio de Janeiro. As demais pessoas que participaram do projeto... Dentro do próprio palácio do governo havia auxiliares do dr. Getúlio que não vieram a participar ou a integrar a chapa de candidatos do PTB nas eleições de 1945. Foi isso que eu quis explicar. Havia uma determinação, uma recomendação do dr. Getúlio e do Marcondes Filho para que as pessoas que estavam participando disso não tivessem a preferência na indicação a cargos eletivos. Porque, evidentemente, manipulando a organização do partido, você facilmente pode se alistar,

pode se incluir. Então, para evitar isto, havia esta determinação. E daí, exatamente, é que veio a participação maior desses representantes sindicais.

C.G. - Perfeito. Quer dizer que talvez fosse uma tentativa, em termos de orientação, de construir uma base partidária mais...

J.T. - Mais proletária.

C.G. - Mais em termos da massa trabalhadora.

J.T. - É, exatamente. O PSD já tinha atendido às pessoas que estavam na máquina administrativa, aos que tinham sido interventores, prefeitos, administradores de autarquias etc.

C.G. - Perfeito. Agora, com relação à criação do PTB aqui no Distrito Federal, você chegou a participar?

J.T. - Sim. Desde o início nós passamos a participar. As primeiras listas para colher assinaturas foram feitas exatamente dentro das organizações sindicais no Instituto dos Comerciários, no Instituto dos Industriários, no Instituto dos Marítimos, no Iapetec, Cargas e Transportes etc.

C.G. - Aproveitando a estrutura do Ministério do Trabalho existente.

J.T. - Aproveitando, evidentemente, as pessoas que estavam ali à disposição, pois havia muito pouco tempo. Então, passamos a participar. E o dr. Getúlio mandou que, inicialmente, a direção do PTB fosse entregue a essa liderança sindical. Então, era Baeta Neves e uma série deles aí, que agora até não me lembro o nome. Azevedo Pequeno, enfim, os que na época estavam aí. O Benício Fontenelle e vários outros nomes. É só ver o nome das pessoas que participaram para me lembrar.

C.G. - Essa fase de estrutura partidária foi um momento em que o Partido Comunista realmente se articulou muito. Aqui no Distrito Federal, o Partido Comunista conseguiu, talvez, se organizar muito melhor do que o próprio PTB.

J.T. - Sim, sem dúvida. Porque assim como para nós a grande figura foi o Getúlio, para o Partido Comunista foi o Prestes, figura legendária. O Prestes acabava de sair da prisão, com a anistia que lhe foi proporcionada. Então, nessa época, as maiores concentrações políticas a que assisti no Rio de Janeiro foram do Partido Comunista e da UDN, por incrível que pareça. E a mobilização do PSD e do PTB eram, de certa maneira, inexpressivas em termos de número, em termos de massa que comparecesse à praça pública. Quem monopolizava muito isso, na época, era a UDN.

C.G. - A UDN, no caso, era oposição a um governo que estava caindo.

J.T: Era oposição, mobilizava, era um negócio... Eles, por exemplo, fizeram a última concentração do brigadeiro Eduardo Gomes ali no largo da Carioca, e foi um negócio inacreditável de massa. E o Partido Comunista, realizando sua concentração ali na esplanada do Castelo, fez um comício da maior expressão popular. O PTB e o PSD, não. Era um negócio de mobilização de articulação, e evidentemente o trabalhador não vinha, pois não é muito conscientizado para participar dessa espécie de manifestação. Ainda ontem prestei um depoimento ao pessoal do *Estado de São Paulo* a respeito disso. A grande movimentação popular em 45 foi feita pela UDN e pelo Partido Comunista. Nós do PTB, nessa época, não fazíamos esse tipo de mobilização. Nós íamos para as portas de fábricas, íamos para as concentrações de conjuntos residenciais. A nossa movimentação era na porta da Central, na porta da Leopoldina, no acesso às barcas. Era de outro tipo. A legislação eleitoral, depois de 64, vem cercear exatamente as possibilidades de você poder realizar *meeting* na Central, nas barcas, na Leopoldina, porque eram o acesso e os veículos tradicionais do PTB. O trabalhador que sai cansado do seu trabalho, depois de oito, dez ou 12 horas de trabalho, tende a ir para casa. Então, sempre fomos ao encontro do trabalhador, ao invés de convocar o trabalhador para as mobilizações. As mobilizações feitas pelo PTB foram poucas, exatamente para poupar o trabalhador.

C.G. - Como é que você vê a tentativa de aliança do Getúlio com o Partido Comunista nesse período inicial de 45?

J.T. - Não, não houve... Como é que você disse?

C.G. - Quero dizer, uma tentativa de aproximação.

J.T. - Certo, não houve acordo. Apenas o seguinte: o Partido Comunista acabou compreendendo que era necessário a formação de uma base popular. Se bem que, ainda em 45, no início de 45, essa situação não se definia muito. Junto à UDN e junto aos reacionários, ou junto ao poder econômico, junto, vamos dizer, às elites, estava a Esquerda Democrática, que talvez estivesse à esquerda do Partido Comunista. Era o Mário Pedrosa, por exemplo, era o João Mangabeira... E esta gente dava um conteúdo de esquerda, às vezes maior que o Partido Comunista. Eram os trotskistas, eram os anarquistas...

Acontece que, se você quisesse saber onde estava o Partido Comunista Brasileiro, você tinha que primeiro examinar a posição dos trotskistas. Isto no passado. Hoje não, porque o comunista da linha soviética ou bolchevista já evoluiu, evoluiu muito. Mas naquelas décadas, se você quisesse saber a posição correta do Partido Comunista, era saber primeiro a posição do trotskismo. Às vezes, mesmo os trotskistas estando numa posição certa e correta, política e ideologicamente, o comunista se colocava literalmente contrário.

Na época, os trotskistas passaram a apoiar a UDN. Evidentemente, a tendência maior no PC seria realmente formar com a UDN, porque alguns dos líderes udenistas tinham pertencido ao Partido Comunista. Então, esse seria o caminho natural. Mas, no momento em que a Esquerda Democrática formou ao lado da UDN, evidentemente o Partido Comunista tomou outra posição. A coincidência de posições do getulismo com o comunismo foi efêmera, foi apenas na tentativa da Constituinte. Depois daí não houve mais coincidência, porque eles lançaram um candidato a presidente da República e nós fomos apoiar o candidato que não queríamos, mas que era o mais conveniente, e que acabou sendo nosso maior algoz.

Na realidade, apesar de ser um homem que não se pode imputar de desonesto nem de desleal, o Dutra foi um anti-PTB. Ele não cumpriu, em absoluto, os compromissos e acordos que havia firmado para receber o apoio do PTB. E digo mais: o grupo que cercava o general Eurico Gaspar Dutra fez todas as tentativas, desde o início, para cindir o PTB. E a primeira cisão havida no PTB foi provocada exatamente pela orientação de elementos dutristas. Foi a formação do Partido Proletário Brasileiro, para o qual o Dutra tirou o secretário-geral do PTB, Luís Augusto da França, mais conhecido como Bico

Doce, que era do Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e tinha sido cozinheiro do SAPS. Elementos a quem o dr. Getúlio até dispensava uma atenção toda especial, através do Bico Doce e de Valdir Niemeyer, que era do Ministério do Trabalho, formaram o Partido Proletário Brasileiro, depois Partido Social Trabalhista, presidido pelo Vitorino Freire.

E a primeira divergência acentuada, forte, frisante dentro do PTB surgiu exatamente por causa da candidatura Dutra. Na reunião havida, o dr. Getúlio recomendou que o PTB examinasse a possibilidade de duas candidaturas: a de João Neves da Fontoura e a de Osvaldo Aranha. E aí houve a primeira manifestação a favor do Dutra, dada por esse Luís Augusto da França e por outros elementos, naturalmente. Antes mesmo que o dr. Getúlio se definisse, o Luís Augusto da França deixou o PTB e foi formar esse partido que já mencionei. Tudo isso incentivado pelo grupo dutrista. Entretanto, foi o apoio do dr. Getúlio, na última semana da campanha, que decidiu a vitória do Dutra.

C.G. - Quer dizer que a situação do PTB depois de 45, na medida que o Getúlio se retira, fica um pouco confusa, em termos de definição de apoio.

J.T. - Em termos de definição, porque, evidentemente, o PTB foi um partido que decidiu aguardar a palavra de orientação do dr. Getúlio. E mandou emissários a São Borja para saber qual a posição que devíamos adotar. Enquanto o dr. Getúlio não decidia, aqueles que apoiavam o Dutra procuraram cindir o PTB.

C.G. - No governo Dutra, você estava no Ministério do Trabalho embora, como você disse, estivesse afastado da política do Ministério do Trabalho. E você se referiu ao período posterior, na volta de Getúlio, como o período de redemocratização do Ministério do Trabalho. Então, eu queria que você tentasse caracterizar a política do Dutra dentro do Ministério do Trabalho. Como é que você diferencia, em termos de política trabalhista, esse período Dutra e, depois, a volta de Getúlio? A gente também vê que foi um momento, até 47, em que o Partido Comunista teve uma atuação bastante intensa dentro do movimento sindical.

J.T. - Não é muito fácil você reproduzir isso depois de tantos anos. Mas as coisas começaram a se digladiar após a aprovação da Constituição de 46, onde havia vários dispositivos constitucionais para serem regulamentados. Entre estes, o direito de greve,

a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas e mais a participação dos trabalhadores na direção das empresas. Havia mais uns quatro ou cinco dispositivos, que eu agora não estou lembrado, que dependiam de regulamentação. Houve um período de carência para a vigência da Constituição de 46, e, nesse período, os atos baixados como decreto-lei pelo presidente da República teriam a validade de lei. Então o que é que ocorre? O ministro do Trabalho, Otacílio Negrão de Lima, por determinação e orientação do governo, estabelece o famoso decreto 9070, que é o cerceamento ao direito de greve, e estabelece, também, a obrigatoriedade do atestado de ideologia. Estes dois atos do ministro do Trabalho, antes da vigência da Constituição, resultaram na primeira reação do PTB e do meio sindical. O governo ainda fez uma tentativa de controle das organizações sindicais e patrocinou a realização de um congresso de trabalhadores.

C.G. - É isso que eu queria perguntar também.

J.T. - Este congresso foi realizado no campo do Vasco, sob o patrocínio e a expensas do governo, ou seja, do Ministério do Trabalho.

C.G. - Você participou deste congresso?

J.T. - Participei, porque era jornalista e fiz a cobertura. Este congresso partiu para uma decisão que alterava a Consolidação das Leis do Trabalho, ou seja, propôs a formação de uma Central Sindical. O governo Dutra permitiu que o congresso se desenvolvesse democraticamente, e elementos do PTB e do PC passaram a controlá-lo. No momento em que se verificou que, na aprovação das resoluções, entre estas a formação de uma Central Sindical, eles levariam a melhor, houve a retirada dos que presidiam o Congresso: a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio, a Confederação Nacional dos Transportes, a Federação Nacional dos Marítimos... Era o Diocleciano. Holanda Cavalcanti, o Azevedo Pequeno bem como outros aí.

Esta facção, que aceitava a orientação do governo, do Ministério do Trabalho, passou a se reunir no 14º andar do Ministério do Trabalho. E ali formaram então a Confederação dos Trabalhadores do Brasil, que foi presidida pelo João Batista de Almeida, então presidente da Federação Nacional dos Marítimos. E o grupo divergente acabou

fundando a Confederação Geral dos Trabalhadores. Então, formaram-se duas organizações, sendo que esta última presidia também por um antigo presidente da Federação Nacional dos Marítimos, Moreira... Eu esqueço o nome dele. Foi um homem de uma atividade sindical muito marcante. Inclusive, na luta que se desenvolveu para a declaração de guerra do Eixo, ele participou ao lado do movimento estudantil. Ele já é falecido.

Então, com o 9070, a não permissão do direito de greve, o resultado do congresso acabou conflitando o PTB, o meio sindical com o governo. E o governo, a partir daí, passou a intervir nos sindicatos que se manifestavam contra a sua orientação.

C.G. - É, suspendeu as eleições sindicais...

J.T. - À medida que os mandatos iam se extinguindo, eles iam designando os interventores, e isso foi até o fim do governo Dutra.

C.G. - Perfeito. Agora eu gostaria que você falasse a respeito das mudanças ministeriais.

J.T. - O primeiro ministro do Trabalho do governo Dutra foi o Otacílio Negrão de Lima, escolhido, vamos dizer, de consenso com o PTB. Mas, chegando lá, ele passou a divergir do PTB, apesar de ter atendido, inicialmente, algumas das reivindicações petebistas. Mas no momento em que se afinou com o governo Dutra, ele acabou rompendo com o PTB. Tanto assim que passou a participar do PTN logo em seguida, por cuja legenda foi eleito prefeito de Belo Horizonte. O ministro seguinte foi o Morvan Dias de Figueiredo, também ainda numa espécie de conchavo feito entre o Segadas Viana, Baeta Neves e alguns elementos da bancada do PTB da Câmara Federal, com o objetivo de distinguir São Paulo. Morvan Dias de Figueiredo era, então, um dos dirigentes da Federação das Indústrias de São Paulo.

C.G. - Mas ele não era do PTB.

J.T. - Não era do PTB, mas, como eu disse, foi um conchavo. Acabou sendo indicado pelo PTB. Mas os problemas do meio sindical e dos trabalhadores foram tão grandes

que ele, em crise dentro do governo, teve que renunciar, teve que se demitir. E aí foi nomeado o ...

C.G. - Foi o Honório Fernandes Monteiro.

J.T. - O Honório Monteiro, que tinha sido presidente da Câmara dos Deputados, já então do PSD, sem nenhuma consulta mais ao PTB. Ele entrou fazendo uma reformulação completa em termos de administração na pasta. E acabou também não chegando ao fim do governo Dutra, sendo substituído, então, pelo Marcial Dias Pequeno. Esses foram os quatro ministros do Trabalho que o Dutra teve, todos eles mantendo a mesma orientação governamental estabelecida, sem qualquer favorecimento ao PTB.

C.G. - Sobre a cassação do PC, como é que você viu esse episódio, enquanto pessoa ligada ao Getúlio, ligada ao PTB?

J.T. - Evidentemente, esta foi uma orientação das autoridades de segurança. E com a concentração de poder, com a tendência não muito democrática, era uma consequência esperada de um governo, vamos dizer assim, de orientação militar. Apesar de o Dutra ter-se comportado pessoalmente muito bem, ele ainda tinha resquícios de militar, e as influências militares se acentuaram muito. Não conheço o processo do fechamento do Partido Comunista, como ele se desenvolveu. Apenas tenho conhecimento de que ele teve origem no Conselho de Segurança Nacional, sem que se tivesse acesso a debates ou à discussão. Mas, na medida que a gente percebia aquela aversão, aquele combate frontal aos elementos de esquerda e aos que pudessem ter qualquer conotação com o Partido Comunista, era evidente que o governo iria marchar para uma medida desta natureza.

C.G. - Não iria absorver?

J.T. - Evidentemente. Confesso a você que não conheço os detalhes. Conheço no aspecto sindical, e sei que todas aquelas pessoas incriminadas como comunistas, dentro do meio sindical, todas elas foram afastadas, todas. Algumas pessoas se salvaram, por

exemplo, no Ministério do Trabalho, inclusive funcionários. E isto talvez por um pouco de moderação dentro do Ministério, por parte da...

[FINAL DA FITA 4-A]

J.T. - Tenho a impressão de que a repressão, dentro do Ministério do Trabalho, contra o funcionalismo, não foi muito violenta nem foi total, exatamente pela moderação do segundo e terceiro escalões. Porque, evidentemente, esses funcionários que ali estavam incriminados como comunistas eram amigos dos seus companheiros de trabalho. Então, o negócio foi prorrogar sempre estes inquiridos, até que se passasse aquela fase aguda. Eu me lembro, por exemplo, que no ministério foi feito um levantamento de pessoas comunistas, ou com tendências comunistas, e o número era muito elevado. Mas acabou, com o tempo, se reduzindo, se reduzindo e ficando apenas uns dez ou 12 nomes. E nenhum deles foi demitido do serviço público, exatamente pelas medidas conciliatórias. Havia, por exemplo, um rapaz que tinha sido pracinha e era funcionário do Departamento de Administração, Wilson... Esqueço o sobrenome. Este rapaz acabou secretário de Finanças da prefeitura de Brasília no governo Médici. Enfim, no Ministério do Trabalho, passado aquele primeiro momento de perseguição contumaz ao comunista, a repressão praticamente se esvaziou. E, a partir daí, os elementos do Partido Comunista passaram a engrossar também o movimento de oposição ao governo Dutra. E foram os que mais incentivaram o retorno do dr. Getúlio com os queremistas. Na realidade, muito poucas pessoas, das que tinham participado do governo até 45, quiseram a volta do dr. Getúlio: Agamenon, o Artur de Souza Costa, Apolônio Sales, pode-se contar nos dedos. Até o Salgado Filho, que era o presidente do PTB, no fundo arbitrava uma outra solução que não a volta do Getúlio. Ele seria o vice-presidente da República na chapa do Cristiano Machado. Havia elementos da família do dr. Getúlio que também não queriam a sua volta. E agora, por exemplo - eu não quero dar nomes -, eles estão aí manifestando que o dr. Getúlio teria cometido um erro em ter voltado em 1951. Acho que a volta do dr. Getúlio foi em função exatamente daquele governo duro, forte, autoritário, que esmagava as liberdades do trabalhador, as liberdades sindicais, o direito de livre associação, e que garroteou todo mundo. E que era, realmente, apesar de um governo constitucional, um governo duríssimo, implacável na perseguição policial. Basta ver os que foram chefes de polícia do general Dutra, homens que poderíamos classificar de linha-dura.

C.G. - Você teve uma participação ativa nesse processo de reativação da candidatura do Getúlio para 50?

J.T. - Sim, mas houve aí nesse interregno um negócio que não pode deixar de ser registrado. Foi a tentativa de revolta dos sargentos em 1947, um movimento que não chegou a eclodir mas que penetrou muito no seio da tropa. Na realidade, há uma mudança de diretriz e de orientação no Exército brasileiro. Ele mudou muito depois de 64, mas nesse período até 1954, 60, por aí, o sargento tinha uma grande influência, quase que igual àquela do sargento americano.

C.G. - É claro, não é? A própria...

J.T. - Sim, eram os que lidavam com a tropa, com os soldados. Eram os que cuidavam de tudo.

C.G. - A própria deposição do Jango foi muito um resultado...

J.T. - Exatamente. Por isso é que eu digo que este movimento dos sargentos de 47 foi um negócio muito sério. Ele representa o início da reação pela volta do dr. Getúlio. Eram os sargentos que se dispunham a lutar, dentro dos quartéis, pela volta do dr. Getúlio. Há um amigo de d. Alzira Vargas, Soares Maciel, que foi quem articulou o movimento. E ao ser descoberto esse movimento, que não chamo de conspiração, ele acabou se refugiando no Rio Grande do Sul, em São Borja. E só voltaria à vida normal nas vésperas da campanha do dr. Getúlio.

Então, aí é que começa o movimento assim de saudade. Não chamo de saudosismo, porque saudosismo é pejorativo. Mas o movimento de saudade do dr. Getúlio foi iniciado - veja bem - pelos artistas e cantores populares, que na época faziam canções a respeito do dr. Getúlio, pelos sargentos e pelos queremistas. O próprio dr. Getúlio não estava com muita disposição. No ano de 50, lá estive pelo menos umas cinco ou seis vezes, e a tendência dele não era de se candidatar. Evidentemente, queria influir no processo de sucessão, mas não queria ser o candidato. No entanto, a pressão popular foi muito grande. E as informações que levávamos do meio operário, do meio sindical, das barbaridades cometidas na malversação dos recursos da previdência e tudo isso,

convenceram o dr. Getúlio de que realmente ele não tinha outra alternativa senão atender ao apelo de ser candidato.

C.G. - Você teve uma participação mais ou menos ativa nesse processo de volta do Getúlio?

J.T. - Eu fui lá cinco vezes. E participava do movimento junto com o Alencastro Guimarães, com o Danton Coelho, com André Carrazoni, tratando de conseguir recursos para a campanha dele.

C.G. - E participou também da campanha?

J.T. - É claro. Tenho um livro aqui que diz todas essas coisas.

C.G. - Talarico, com a volta do Getúlio você vai para onde?

J.T. - Fico onde estou, no Ministério do Trabalho.

C.G. - Quais são as atividades que você passa a desempenhar no ministério?

J.T. - Continuei como jornalista. Era redator de *A noite* e presidente do Comitê de Imprensa do Ministério do Trabalho. Logo em seguida, fui distinguido pelo dr. Getúlio para fazer essa viagem à Espanha, em 1951, maio, por aí. Ele assumiu em março. Fiquei ali naqueles contatos sempre permanentes com o dr. Getúlio. Era funcionário do quadro do Ministério do Trabalho, sempre nessa ação junto do PTB. Depois, fui nomeado diretor do Serviço de Documentação do ministério. Enfim, realizava viagens ao exterior e colaborava naquilo que o dr. Getúlio pedia no plano político. Por exemplo, como eu era de São Paulo, amigo do Jânio Quadros e daquelas pessoas, estive lá várias vezes para observar como se desenvolvia a situação política, para informar ao dr. Getúlio. Enfim, tinha uma participação quase que diária com o dr. Getúlio e dentro do Ministério do Trabalho.

C.G. - Como é que você viu, por exemplo, a volta do Getúlio aí em 50? Quer dizer, já foi uma fase assim de crise do getulismo, mesmo. Foi um governo difícil para ele, não é?

J.T. - O dr. Getúlio veio com uma disposição que não concretizou de início. Ele começou também, a partir de 51, a fazer concessões e a se submeter a pressões do PSD e do diabo, já na composição do governo.

C.G. - Na própria formação do ministério...

J.T. - É. Na formação do governo, ele já se defrontou com muitas dificuldades, já não formou o governo que quis. E como era um conciliador, no campo militar as suas diretrizes não deram certo. Não deram certo porque, ou ele partia para uma reformulação nas diretrizes, na orientação militar, ou então ele teria que se defrontar com aquilo que se defrontou. Ele era, no fundo, um homem conservador, e jamais ousou se defrontar com as Forças Armadas. Em consequência disso, entrava no jogo político de composição, de concessões, de compensações. Por exemplo, o seu posicionamento a partir de 45 e os confrontos com o Dutra agravaram muito o seu relacionamento no meio militar. Então, aqueles que eram seus amigos ficaram contra ele: Cordeiro de Farias, Juarez, toda esta gente. E ele não conseguiu superar isto. Para superar isto ele teria que fazer uma reforma total ou estabelecer um golpe de transformação no Exército. Mas ele não contava, por exemplo, com o Estillac Leal, que foi o primeiro ministro da Guerra...

C.G. - Era um nacionalista, não é?

J.T. - Sim, nacionalista, com uma tendência até acentuada, revolucionária, com disposição de um outro posicionamento para o Exército. Mas o dr. Getúlio, em função do seu chefe da Casa Militar, Caiado de Castro, que nunca tinha sido getulista e que fora escolhido não sei de que maneira, evidenciava uma outra tendência. Então, começou a haver conflitos entre as informações que o dr. Getúlio recebia e aquilo que lhe trazia o Estillac Leal. Eu me lembro que, o Danton Coelho, que ainda era ministro do Trabalho, o alertou para o erro que estava cometendo, sem, no entanto, conseguir convencer o dr. Getúlio. Também, o general Estillac Leal não tivera a capacidade, vamos dizer, de

comando, de liderança para controlar o Ministério da Guerra. Esta é que é a verdade. E isto levou o dr. Getúlio a começar a se esvaziar em termos militares. Ele não convocara Odílio Denis, que deveria ter sido o seu ministro, pois tinha sido um exaltado getulista. Enfim, houve uma série de coisas aí, e o dr. Getúlio, se tivesse tido a perspicácia de uma outra orientação, talvez não tivesse chegado ao que chegou. Mas a verdade é essa. É que ele se defrontou, do primeiro ao último dia do seu governo, com problemas militares.

C.G. - Nessa época, o Exército já estava bem dividido, e entre forças mais ou menos ligadas à UDN.

J.T. - Bem dividido, não. Já estava frontalmente contra o Getúlio. E o dr. Getúlio parece que não dedicou uma atenção toda especial a esta parte. Julgo que, naturalmente, não houvesse possibilidade de se repetir um novo 45, como se repetiu no 24 de agosto. Essa é a dedução que tiro.

C.G. - Você acha que, de uma certa forma, ele estava tentando compensar esta falha com uma tentativa de agrupar as massas?

J.T. - Não, aí não foi bem isso. Os dois primeiros ministros do Trabalho que ele designou não fizeram uma política de massa. O primeiro foi o Danton, que era eminentemente político, um homem leal, um homem correto, mas sem nenhuma experiência da vida social, da vida sindical, sem nenhum apego à questão trabalhista. Ele era eminentemente um homem político, menos trabalhista, menos sindicalista e menos ministro do Trabalho. E o Segadas Viana vinha com o ranço ainda da ditadura, o ranço do Estado Novo, o ranço de ser um dos autores da Consolidação das Leis do Trabalho. E com aquelas concepções ainda de 1945. Ele criou, por exemplo, a Comissão Técnica de Orientação Sindical, chamada CTOS, a qual presidi, e transformou aquilo não em um instrumento de desenvolvimento sindical, mas em um instrumento de controle do Ministério do Trabalho sobre a organização sindical.

C.G. - Esta comissão foi criada quando?

J.T. - Foi criada em 1945, e teve uma grande influência. Foi o chamado serviço secreto, ou a segunda seção. Como é que chama? No Exército é segunda seção, não é?

C.G. - É.

J.T. - Então, o serviço secreto do Ministério do Trabalho para o meio sindical era a Comissão Técnica de Orientação Sindical.

C.G. - E você presidiu esta comissão quando?

J.T. - Presidi a comissão no governo do Nereu Ramos, com o Néelson Omega, mas por pouco tempo, porque ele traiu o PTB e eu me demiti. Mas esta comissão teve uma grande influência, por exemplo, na corrupção aos líderes sindicais durante o governo Dutra. Ela recebia um percentual do imposto sindical de 25%, que era uma fortuna. Eram dotações incríveis. Então, era quem promovia as mobilizações governamentais no meio sindical: cursos, preparação de lideranças sindicais, auxílios, enfim...

C.G. - E nessa época do Segadas, qual era mais ou menos a filosofia que orientava a comissão?

J.T. - O Segadas aplicou a Comissão Técnica de Orientação Sindical no controle das organizações sindicais. O famoso Duque de Assis, que foi presidente da Associação dos Servidores do Cais do Porto é um exemplo disso. O dr. Getúlio tinha uma simpatia muito grande por este homem, por este dirigente. Ele, porém, era um dirigente com muitas falhas, e seu posicionamento moral não era muito bom. Bastando dizer que ele dispunha do controle das cantinas que funcionavam no cais do porto, e os cantineiros, portanto os donos de cantinas, davam um percentual a ele ou trabalhavam para ele. Além dos vencimentos de funcionário do cais ele tinha mais esta corrupção. Mas era evidente, era a maneira deles viverem lá no cais do porto.

Esta é uma coisa que há em todo mundo: em Buenos Aires, em Nova York, nos portos europeus. Os homens que trabalham na estiva formam um mundo à parte, têm uma maneira de viver à parte. Aquilo que fere ou choca as impressões é corretíssimo para eles, é legal.

Então, essa história do Duque se locupletar com as rendas das cantinas do cais do porto é uma coisa normal ali na vida do porto. O dr. Getúlio dispensava-lhe muita simpatia. Era uma figura pernambucana, tinha sido da polícia de Pernambuco, tinha vindo para cá

e se transformara em funcionário do cais do porto. Foi até candidato a deputado federal aqui, com boa votação. Não se elegeu mas ficou ali como um dos primeiros suplentes. E este homem dirigia com pulso forte a administração do Porto do Rio de Janeiro, os empregados e controlava os guindasteiros. E todo mundo sabe que quem controlasse os guindasteiros no cais do porto...

C.G. - ...controlava tudo.

J.T. - Controlava tudo. Se um guindaste não funciona não há descarga. E ele tinha feito inclusive algumas greves dos guindasteiros para conseguir mais salários, mais isso, mais aquilo. Então, era uma figura assim. E já tinha havido problemas para o governo no cais do porto. Segadas Viana conseguiu fazer com se infiltrasse na sede da associação um elemento, que instalou um gravador e conseguiu gravar a assembléia que o Duque presidiu, a respeito de uma daquelas greves do cais do porto. E nesta reunião ele fez as críticas, as ofensas mais horrorosas ao dr. Getúlio. O Segadas conseguiu a gravação e mandou para o dr. Getúlio. Aí, então, liquidou o Duque de Assis como dirigente classista. Este foi um trabalho da Comissão Técnica de Orientação Sindical.

C.G. - Quer dizer, era mais um trabalho de espionagem do que...

J.T. - Sim, eu estou dizendo aí o que era. Para mostrar um outro aspecto do Segadas Viana...

C.G. - O Segadas tinha interesse em colocar uma pessoa de confiança dele, não é?

J.T. - Era claro. Ele tinha problemas no cais do porto e o Duque não o respeitava como ministro do Trabalho, porque era amigo do dr. Getúlio. Então, ele usou os meios, os instrumentos que tinha para acabar com o Duque. Outro caso: o Segadas Viana aplicava recursos desta Comissão Técnica de Orientação Sindical no primeiro serviço de rádio que já funcionou para uma secretaria de Estado. O Ministério do Trabalho, no período do Segadas Viana, instalou serviço de rádio nas principais delegacias - Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, estado do Rio, Belo Horizonte, Pernambuco - e recebia informações sobre a situação social de cada estado. Com isso, ele competia com o chefe de polícia, que estava obrigado a dar uma informação, ou com o Conselho de Segurança

Nacional, que era até então um serviço burocrático, que se baseava nas informações remetidas por telegramas ou por telefone. Segadas recebia as informações na hora e fazia as papeletas.

C.G. - Fichas?

J.T. - Era um serviço eficiente, que interessava ao governo. Mas não era no sentido de servir aos trabalhadores. Então, a posição do Segadas Viana foi essa, uma posição burocrática, administrativa. Mas a grande dificuldade que ele criou foi na greve dos marítimos.

Durante a sua gestão, ele concebeu a medida mais extrema que se pode aplicar a um trabalhador, que foi estabelecer a convocação militar do marítimo. E, em termos militares, o não-atendimento à convocação representaria a deserção do serviço e, conseqüentemente, o direito de se aplicar a lei de segurança, com dimissão sumária e até prisão. Quando aplicou esta lei, para a qual não deu explicações nem fez considerações mais profundas ou esclarecedoras ao dr. Getúlio, todo o movimento sindical brasileiro se voltou contra o governo do dr. Getúlio Vargas. E aí criou-se o impasse da classe trabalhadora com o governo. Foi quando...

C.G. - Um governo que, pretensamente, era dos trabalhadores.

J.T. - E aí o governo apelou para o dr. João Goulart, que também não era, até então, um entendido em assuntos sindicais.

Ele queria ser ministro da Agricultura, e não ministro do Trabalho. Ele conhecia problemas de gado, do campo, e a tendência era ele substituir o ministro da Agricultura. A sua convocação para o Ministério do Trabalho já foi um ato de desespero do dr. Getúlio, no sentido de entregar o ministério a uma pessoa da sua confiança. Ele tinha constatado que estava se esvaziando e se liquidando frente aos trabalhadores.

Assisti, por exemplo, ao 1º de maio de 1952 ou 1953. Foi com o Segadas. Realizamos a festa no campo do Vasco porque ficamos com receio de não lotar o Maracanã, que já existia. Então, com a história de tradição, resolveu-se fazer no campo do Vasco, que com 80 ou cem mil pessoas estava lotado, enquanto que o Maracanã precisava de 200 mil pessoas. E me lembro, quando ele estava fazendo o discurso, da desatenção dos assistentes. Ele parou por duas vezes e era aquele murmúrio. Ninguém estava prestando

atenção. Com isso, o dr. Getúlio verificou que tinha que mudar radicalmente, 360 graus, para voltar a merecer a confiança, o respeito e a simpatia dos trabalhadores. E foi exatamente com o Jango que ele...

[FINAL DA FITA 4-B]

C.G. - Mas Talarico, quer dizer que, nessa época do Segadas e do Danton, você estava no Ministério do Trabalho, mas sem ocupar...

J.T. - Não, eu era diretor do Serviço de Documentação.

C.G. - Qual era a sua ligação com o Segadas? Ou você não tinha nenhuma? Qual era a sua atuação?

J.T. - Não. Eu evidentemente, tinha ligações com o Segadas. Primeiro, por ele ter sido meu colega de imprensa. Ele pertencia ao *Diário da noite* e eu era de *A noite*. Se bem que ele seja mais velho do que eu dez anos. Mas ele foi repórter do *Diário da noite* junto ao Ministério do Trabalho. Eu o conheci como diretor da Divisão de Organização e Assistência Sindical, DOAS. Como eu fazia a cobertura do Ministério do Trabalho para *A noite*, eu tinha sempre contato com ele: entrevistas, notas, informações etc. Depois, ele foi diretor do Departamento Nacional do Trabalho, e eu era também inspetor do Trabalho, ligado diretamente ao gabinete do ministro. De maneira que, o convívio com ele era quase que diário.

C.G. - Como inspetor do Trabalho, você também era ligado, de certa forma ao movimento sindical.

J.T. - Não.

C.G. - Não?

J.T. - Não, porque aí era uma função burocrática do ministério. Eu chefiava turmas de fiscalização. Quem fazia a política do Ministério do Trabalho com os sindicatos eram os chamados assistentes sindicais; não eram os inspetores do Trabalho.

C.G. - Quer dizer que você não tinha uma vinculação mais direta com o movimento sindical nesta época?

J.T. - Não, a vinculação que eu tinha com o movimento sindical era como jornalista e como presidente do Comitê de Imprensa do Ministério do Trabalho.

C.G. - Certo. Você era uma espécie de observador.

J.T. - Não, eu fazia noticiário e tudo isto.

C.G. - Noticiário... É que eu gostaria que você falasse um pouco sobre as greves desse período de 52, 53, que foi um período de grande movimentação.

J.T. - Aí passou a haver o chamado ciclo de greves.

C.G. - Houve primeiro uma greve dos têxteis, em São Paulo, que foi bastante...

J.T. - Não, anteriormente já tinha havido uma greve no porto de Santos. Mas o ciclo das greves, o chamado ciclo das greves vitoriosas dos trabalhadores, foi a partir deste greve dos marítimos. Em seguida, veio a greve dos ferroviários, dos bancários, da Light. Aí o movimento operário se afirmava pelo sucesso das greves. E a greve passou a ser considerada legal, desde que fosse vitoriosa. Greve dos transportes coletivos, enfim... Aí dispara o movimento grevista. Greve na baía de Guanabara, greve dos metalúrgicos... A sucessão das greves é inominável.

C.G. - E a participação do Partido Comunista nessa movimentação?

J.T. - Aí já era relativa, porque já havia uma conscientização por parte dos trabalhadores. Evidentemente, os dirigentes sindicais ligados ao Partido Comunista sempre atuavam. No meio marítimo, era muito acentuada a presença de comunistas.

C.G. - É, o próprio líder do...

J.T. - E quando eles não estavam à frente estavam atrás, impulsionando.

C.G. - E o PTB? Como é que o PTB via...

J.T. - Aí começou a haver a luta do PTB com o PC nas assembleias dos trabalhadores. E era Morena, era esta gente toda que aparecia aí, que ia naturalmente emprestar seu apoio. E o PTB também estava lá. Aí houve até a participação da UDN. Adauto Lúcio Cardoso compareceu a muitas greves, a muitas assembleias de greve, apoiando. Como a situação política era democrática, o movimento grevista tinha o respaldo, o apoio dos deputados e dos representantes de partidos, que ali compareciam para expressar a sua manifestação de solidariedade. Essa história de dizer que era só o movimento sindical não é correta, porque havia o respaldo político, não só no Congresso como nos partidos.

C.G. - Perfeito. Chegamos, então, a esse período do Jango, no momento em que o Getúlio tenta retomar o controle do Ministério do Trabalho, que ele mais ou menos tinha perdido. Como é que você vê, então, esse momento?

J.T. - Aí ele abole o atestado de ideologia, acaba com o 9070... Só aí, dois ou três anos depois, é que aqueles atos considerados abomináveis pelo meio sindical foram superados pelo governo Vargas. São suspensos das atividades da Comissão de Imposto Sindical, para uma reformulação em favor dos trabalhadores, enfim... Aí é que entra a redemocratização do Ministério do Trabalho.

C.G. - Isto é o que você chama de redemocratização no Ministério do Trabalho. Agora, como é que você vê esse período do Jango no ministério? Há toda aquela questão dele, o problema do aumento salarial que ele tentou conceder, e que mais tarde foi concedido pelo Getúlio. Você estava falando do Jango como uma pessoa que estaria muito mais indicada para ocupar o Ministério da Agricultura do que o Ministério do Trabalho, não é?

J.T. - Sim, sem dúvida.

C.G. - E que, realmente, ele teve dificuldade, apesar...

J.T. - Mas o Jango tinha um grande respeito às lideranças sindicais. E antes mesmo de assumir o Ministério do Trabalho, num período de duas ou três semanas, ele passou a ter contato com as lideranças sindicais, a pedido do dr. Getúlio. Então, eram pessoas que iam ao palácio do Catete conversar com ele, ou iam ao Hotel Regente, onde ele estava morando, para conversar. E ele acabou, vamos dizer, se afinando, se entrosando com as lideranças sindicais, conhecendo pessoalmente os líderes sindicais antes de assumir o Ministério do Trabalho. De maneira que, ele passou a se posicionar, naquela situação, no sentido de atender as reivindicações e os reclames dos trabalhadores em todos os termos.

Como eu disse anteriormente, havia o problema do atestado de ideologia, o 9070, e o reconhecimento das eleições sindicais, que era um problema terrível. Por exemplo, a seção de segurança ou a chefatura de polícia opinavam, e fulano de tal era afastado. Então, a partir daí as eleições eram válidas. Houve também a organização dos primeiros sindicatos rurais. Outro problema que ele imediatamente enfrentou foi o das atividades insalubres, de risco de vida. Enfim, ele começou a fazer com que a Consolidação viesse a ser observada, cumprida rigorosamente em favor dos trabalhadores.

Na revisão do salário mínimo, inclusive, a grande questão era o problema da excepcionalidade. A Consolidação estabelece períodos prefixados, a menos que motivos excepcionais justificassem a revisão. E ele conseguiu, contra a orientação do ministro da Fazenda, que era o Osvaldo Aranha, estabelecer a revisão do salário mínimo antes de terminar a vigência daqueles índices que estavam em vigor. Isto é que começou a provocar problemas com o empresariado. Naquela época, o Ministério do Trabalho ainda era Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e Jango, que mostrava uma maior tendência em favor do trabalhador, começou a se conflitar com as classes empresariais. E, evidentemente, o problema da revisão do salário mínimo foi a pedra angular que o derrubou do Ministério do Trabalho. A história do famoso Manifesto dos Coronéis foi apenas um pretexto. Mas aí vem o nascimento e a exploração da república sindicalista.

Ele fez uma viagem ao Norte e Nordeste para visitar os estados. Eu não fui, mas foi na sua comitiva um rapaz que hoje é comentarista internacional, que trabalhava então na *Tribuna da imprensa*, o Newton Carlos.

C.G. - Sei, mas você está falando de quem? Do Jango ou do Getúlio?

J.T. - Do Jango. Porque a história da república sindicalista nasceu aí. Esse rapaz cobrindo a viagem do Jango...

C.G. - O Newton, era repórter de onde?

J.T. - Hoje ele é comentarista internacional.

C.G. - Sei, mas na época?

J.T. - Na época ele era repórter da *Tribuna da imprensa*. E ele mandava as matérias pelo telefone. Ao passar pelo Maranhão, Ceará ou Piauí, foi feita uma referência qualquer à república sindicalista. Ele ainda frisou que isto não partira do Jango, mas de algum doido, que teria feito esta pregação lá. E a *Tribuna da imprensa* então puxa a seguinte manchete: “Jango prega república sindicalista no Brasil”. E, a partir daí, desenvolve-se toda essa história de que o Jango queria a decretação da república sindicalista. Isto também influenciou muito no meio militar. Essa mentira, ou esta invenção. Na realidade, ele nunca propôs isto. E depois houve um elemento, que era do nosso meio, que para se projetar usava a contra-informação.

Era o Juís Correia, diretor do SAPS e chefe do gabinete dele. Ele sabia que jornais como *O globo*, *Jornal do Brasil* e *Estado de São Paulo* publicariam uma boa notícia que ele desse, mas que estes jornais fariam um grande alarde, se ele desse uma informação truncada. Então, neste tipo de promoção que ele concebia, ele sempre inventava essa história de república sindicalista. Em seguida, no bojo da notícia, desmentia, mas dava o ensejo a que...

C.G. - ... que se falasse sobre o assunto.

J.T. - Exatamente. Então, aí nasceu essa especulação, que se arrastou até o final do governo do Jango, quando na Presidência da República. Nasceu nesta viagem dele ao Norte, numa especulação da *Tribuna da imprensa*.

C.G. - No ministério do Jango, você continuou no Serviço de Documentação do Ministério do Trabalho?

J.T. - Continuei, mas um tanto afastado do Jango.

C.G. - O Jango entrou em 53, não foi?

J.T. - Sim.

C.G. - E, nessa época, você já estava postulando candidatura aqui na Guanabara?

J.T. - Não.

C.G. - Ainda não.

J.T. - Eu tinha conhecido o Jango quando era presidente da CBDU, em 1940, 39 por aí. Ele tinha sido um grande jogador de futebol, e chegou a jogar no primeiro time do Internacional de Porto Alegre.

C.G. - Foi titular?

J.T. - Foi. E foi *centre half*, que era uma posição que... Não sei se você sabe o que é.

C.G. - Não, o que é? É meio de campo?

J.T. - Hoje é meio de campo, ou seja aquela função que foi dada ao Gérson, ao Didi, está entendendo? É o jogador que arma o quadro. Na Olimpíada Universitária de 35, eu já conhecia o Jango. Ele participava da seleção universitária gaúcha. Depois, ele era muito amigo do Getulinho, Getúlio Vargas Filho, e, nas viagens que fazia aqui no Rio, em 1937, 38 e 39, aparecia muito na Cinelândia. Antigamente, havia a Americana, que era uma espécie de confeitaria que a estudantada toda freqüentava. Ele aparecia ali. Mas quando veio para o Ministério do Trabalho, eu formava na facção do PTB do Danton Coelho, que tinha sido afastado do PTB num golpe do grupo que indicou o Jango. Mas não indicou o Jango primeiro, não. Quando derrubaram o Danton Coelho, indicaram o Dorneles. O dr. Getúlio reagiu, porque era amigo do Danton e porque não gostou da indicação do Dorneles, exatamente para não dizerem que ele tinha posto um parente no cargo.

C.G. - Quer dizer que você fazia parte dessa facção que estava apoiando o Danton?

J.T. - Ele tinha sido afastado e eu tinha ficado solidário com ele. A indicação do Jango foi uma maneira de amortecer a reação do dr. Getúlio. E no momento em que a comissão executiva nova, eleita, compareceu ao palácio do Catete para comunicar a nova composição, o Getúlio teve aquela frase: “O PTB está alcançando a sua maioria”. Como que dizendo: “Vocês agora já estão livres, estão emancipados, não precisam da minha orientação”. Uns diziam que isto era uma forma de ele dizer que o PTB tinha-se consagrado, mas na verdade foi uma advertência que o dr. Getúlio tinha feito àquela executiva. Mas o Jango aí ficou, e veio para o Ministério do Trabalho com idéias de renovação.

Eu era diretor do Serviço de Documentação, e vinha do Danton. Era também presidente do Comitê de Imprensa, que controlava a sala de imprensa. É uma eleição anual dos jornalistas credenciados no Ministério do Trabalho. Era ainda presidente da Associação dos Servidores do Ministério do Trabalho, e, evidentemente, não tinha participado das articulações para nomeação do Jango. Era amigo do João Batista de Almeida, que era presidente da Federação Nacional dos Marítimos e tinha sido afastado pelo Jango. Em consequência disto, fiquei distanciado do Jango, e ele mandou-me oferecer a chefia do escritório comercial da Espanha, para se ver livre da minha presença no ministério. Não aceitei e, ato contínuo, arranjei que o Osvaldo Aranha, que era ministro da Fazenda, fizesse uma requisição para que eu ficasse a sua disposição. E ele aí verificou a inconveniência do meu afastamento. Mas ficamos assim muito eqüidistantes, durante todo o período em que ele esteve no Ministério do Trabalho. Continuei nas minhas funções e não despachava com ele. Aquele serviço diário de imprensa eu também fazia sem ir lá pedir orientação. Fazíamos com um grupo muito grande. Cada um cuidava de um setor. No fim do dia, levantávamos as informações que tínhamos e cada um levava para os seus jornais. E estava acabado. Somente a partir do momento em que ele foi demitido é que me aliei a ele, porque fiquei, vamos dizer assim, chocado com a atitude dos seus amigos. A começar por um conterrâneo dele, que tinha sido meu colega em *A noite*, Miranda Neto, hoje professor de comunicação e o diabo a quatro.

C.G. - O Miranda Neto na época era o quê?

J.T. - Era diretor do Departamento Nacional de Indústria e Comércio. Havia outros como Fausto Rivera, que era presidente da Federação dos Trabalhadores no Comércio de Combustíveis e uma série de pessoas. No ato de posse do novo ministro, o Hugo de Faria, que tinha sido meu colega no ministério, na presença dos coronéis, eles compareceram e começaram a louvar o novo ministro: “Bem vindo pois seja Vossa Excelência, que está destinado a consagrar o ministério, coisa que os outros não fizeram e tal”. E depois de vários oradores nesse tom, sem ninguém ter feito sequer referência ao Jango, nem mesmo uma palavra de despedida, no momento em que o novo ministro, Hugo de Faria, ia começar a falar, pedi a palavra e fiz uma declaração. Disse que todos ali sabiam da distância em que me encontrava do Jango, que todos sabiam da posição que, até então, eu tinha tido com ele. Mas que, no momento em que um ministro deixava a pasta, o respeito e a tradição daquela casa mandavam que se lhe desse pelo menos uma palavra de respeito e de despedida. Especialmente a ele, que havia redemocratizado o Ministério do Trabalho e tinha aberto as portas do ministério aos trabalhadores. Então eu, naquele momento, estava chocado com a posição daqueles que se diziam seus amigos, que não estavam, pelo menos, sabendo corresponder à amizade, ou ao relacionamento que Jango tinha tido com eles. Isto foi irradiado. Estavam irradiando o ato, e o Jango não estava presente, evidentemente. E isto é que veio consolidar novamente o meu relacionamento com ele. Nessa noite da posse do Hugo de Faria, ele veio aqui. O Hugo de Faria me convidou para ser chefe de gabinete e eu recusei, sob a alegação de que considerava aquilo um acinte ao Jango. O Jango, às nove horas da noite, bateu aqui na minha casa com o Caillard, que era secretário dele, para me dar um abraço, agradecer e lamentar que ele não tivesse me conhecido melhor. E para me fazer uma advertência: que eu tivesse cuidado, porque o Gregório queria me assassinar.

C.G. - Por quê?

J.T. - Porque alguém fez uma carta anônima ao Gregório reproduzindo uma nota publicada no *Diário carioca* como tendo sido dada por mim. E a artimanha foi tão bem feita que a pessoa que mandou isto para o Gregório...

C.G. - Você soube quem foi que mandou?

J.T. - Não. Esta nota foi famosa. O *Diário carioca* puxou uma manchete que dizia: “Cento e oitenta contos para a banheira do Gregório”. E a matéria dizia que tinha sido liberada a importância de 180 contos, na verba da Presidência da República, destinada ao banheiro e às instalações sanitárias do Gregório. E a pessoa que fez esta maldade comigo pegou um papel cópia do Ministério do Trabalho e transcreveu a nota sem títulos e subtítulos, e sem a quebra de trechos da matéria, dizendo que eu a tinha mandado. E Jango me contou este fato. Reagi imediatamente e escrevi uma carta ao Gregório, que O cruzeiro publicou numa reportagem, depois de 54: “O mar de lama”. Na carta, dizia para ele que ele não era homem para fazer uma coisa daquela e tal. Mas tive um problema terrível quando soube que aquilo era uma advertência. Eu tinha que tomar cuidado.

C.G. - Porque o Gregório matava mesmo!

J.T. - É provável. Quando o dr. Getúlio fez aquela última viagem a São João Del Rei, fui ao Galeão para falar com Gregório. Mas quando me aproximei para entregar a carta, o Gregório me encostou, junto com seus capangas, na parede. Tive uma espécie de confronto com ele. A esta altura ele já estava furioso, ao se defrontar comigo numa situação em que não poderia fazer nada. A única coisa que ele pôde fazer foi, juntamente com seus amigos, me arremessar contra a parede. Esse foi um detalhe contado pelo Jango, que era amigo do Gregório e sabia dos fatos. Desconfio de quem tenha feito a intriga. Esse sujeito também me denunciou, depois de 64, no Ministério do Trabalho. Era um rapaz que trabalhava na Agência Nacional. Chamava-se Fernando Gomes e já morreu. Pelo que vim a saber depois e tal, pelo tipo da máquina... Cheguei a ir na Agência Nacional. Acabei constatando que, provavelmente, tenha sido ele. Não posso afirmar, porque ele nunca confessou.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

3ª Entrevista: 07.11.1978

C.G. - Na última entrevista, paramos no episódio da demissão do Jango do Ministério do Trabalho. Você estava falando que, até aquele momento, você mantinha um certo

afastamento do Jango. E, a partir do episódio da demissão, você se solidarizou com ele e iniciou um período de aproximação.

Gostaria de saber como é que se deram as suas relações com o Jango a partir desse episódio, se essas relações continuaram, enfim, como é que ficou essa sua aproximação com o Jango aí nesse período?

J.T. - O episódio da demissão do Jango, como sabemos, foi resultado do Manifesto dos Coronéis. Havia também pressões, especialmente do empresariado nacional, de Pernambuco e São Paulo, exatamente porque o Jango tinha conseguido, nessa época, suplantar aquele obstáculo que se chamava excepcionalidade, dobrando o consultor jurídico do Ministério do Trabalho, dr. Oscar Saraiva - depois ministro do Tribunal Federal de Recursos -, apesar de este defender tese de que não se poderia decretar, naquela ocasião, a revisão dos novos índices do salário mínimo. Oscar Saraiva acabou encontrando argumentos, que eram defendidos pelo Jango, para que se procedesse à alteração.

A partir desse momento, então, as restrições que se levantavam contra o Jango no campo militar se estenderam ao empresariado. E, evidentemente, o empresariado que estabelece todo o seu plano econômico-financeiro na base da folha de pagamento, acabou considerando que isto representava novos encargos e grandes ônus para grandes empresas. Na verdade, desde essa ocasião - posso falar porque sou um dos mais antigos inspetores de Trabalho, inclusive com curso na OIT -, joga-se sobre a folha de pagamento de uma empresa todas as despesas dos diretores, as despesas pessoais e inclusive aquilo que poderíamos chamar de despesas de representação social. O abastecimento do automóvel de um diretor é pago pela empresa; o motorista que serve à família do diretor é motorista pago...

[FINAL DA FITA 5-A]

J.T. - Isto foi-se tornando um hábito no Brasil, hábito este que se ampliou a partir dessa época, de os empresários e empregadores jogarem sobre as folhas de pagamento todas as suas despesas. E o Jango, que estava alertado sobre isto e conhecia profundamente o problema, insistia na revisão do salário mínimo. Em consequência disto, as pressões foram grandes, e depois do lançamento do Manifesto dos Coronéis, cujo primeiro signatário era Amauri Kruehl, o dr. Getúlio não teve como manter o Jango. E o Jango

então deixa o Ministério do Trabalho, recolhendo-se à sua vida privada mas mantendo-se presidente do PTB. Ainda assim, teve condições de influir na designação do seu substituto, e acabou indicando o dr. Hugo de Araújo Faria, que era seu chefe de gabinete, para ministro interino do Trabalho. Durante muito tempo ele manteve a sua influência através do esquema que conservou no Ministério do Trabalho e, apesar de afastado da vida pública, não ficou afastado da vida política. E a partir daí, pelo menos nas eleições de 54, dedicou-se a ajudar o crescimento do PTB. Não sei se é o que vocês queriam saber.

C.G. - É exatamente isso. Agora, como é que se davam as suas relações com o Getúlio nessa época? Anteriormente, você havia dito que tinha muito boas relações com o Getúlio. Você participava de reuniões no gabinete do Getúlio...

J.T. - Como já disse anteriormente, o dr. Getúlio tinha por hábito, depois de terminar os despachos com os ministros e as audiências, dedicar pelo menos meia hora ou uma hora do seu tempo aos amigos e aos companheiros. Então, as pessoas que gozavam do seu relacionamento, ao término do trabalho, iam para o andar ou para as ante-salas do seu gabinete no palácio do Catete ou no Rio Negro, em Petrópolis, e ali aguardavam a oportunidade de dar uma palavra com ele. O dr. Getúlio era um homem muito prático, e dificilmente, a não ser nos despachos com os ministros, ele sentava ou passava a conversar sentado com as pessoas que recebia. Ele geralmente - era um hábito antigo dele - recebia as pessoas de pé, encostado na cômoda ou na mesa, mas nunca sentado, exatamente para poupar tempo. E essas conversas com os seus amigos se davam assim. Às vezes eram dois ou três minutos; às vezes cinco, quando ele se interessava. O dr. Getúlio era um homem muito prático, e já nas primeiras palavras da pessoa, de acordo com os objetivos desta e o interesse do assunto, prosseguia ou matava e passava adiante, indo conversar com outras pessoas.

No curso de 54 ele vivia muito amargurado, e aí já começava a carecer, vamos dizer assim, da aproximação ou reaproximação de contatos com amigos como Osvaldo Aranha, como Danton Coelho e com pessoas que iam lá exatamente levar-lhe a sua solidariedade, uma palavra amiga, um conforto moral. E nessa ocasião, pelo menos nos últimos meses, eu lá fui na companhia do dr. Osvaldo Aranha, umas vezes, outras vezes na companhia do Danton, para conversar com o dr. Getúlio. A retaliação em cima dele era muito violenta, e ele vivia muito amargurado, muito triste e até muito fechado. E

procurávamos levar-lhe o conforto da nossa amizade, a nossa palavra, enfim, aquilo que era possível pelo menos para amenizar aquela situação angustiosa que ele estava passando.

C.G. - Mas foi em 54 que se deu a convenção do PTB que levou o Jango à presidência, não foi?

J.T. - Não, foi muito antes. Se não me engano, foi em 52 ou 53. Não, foi em 52. O Jango assumiu a presidência do PTB em 52. O PTB tinha se reunido em convenção e praticamente destituído o Danton Coelho. E o Danton Coelho se colocou numa posição muito estranha, achando que a manutenção dele na presidência devia ser sustentada pelo dr. Getúlio. E, conseqüentemente, achava que não devia comparecer perante a convenção ou perante o diretório nacional para defender a sua posição de presidente do PTB. O Danton, que era assim uma personalidade voluntariosa, arrebatadora, possessiva, não admitia que, depois de ter conduzido a campanha de 50 pela volta do dr. Getúlio, sofresse esse impacto por parte dos companheiros. Mas a vida político-partidária tem essas surpresas, e ele acabou incompatibilizado com várias seções. A posição de isolamento em que ele se colocou, abrindo mão, inclusive, da sua condição de presidente do PTB, foi o principal motivo da alteração no partido, nesta ocasião. Ele achava que quem devia defendê-lo era o dr. Getúlio. Dr. Getúlio, em determinado momento, chamou a mim e ao então senador Alencastro Guimarães para que fossemos convencer o Danton a ir para a convenção presidir o diretório nacional. E o Danton se recusou inclusive a nos atender em sua própria residência, criando uma situação difícil para contornarmos.

A convenção acabou elegendo o Dorneles, que era primo do dr. Getúlio. Dr. Getúlio reagiu, achando que deviam pelo menos ter feito um trabalho de articulação, de consulta. E diante desta reação, o grupo que tinha derrubado o Danton, tentando superar aquela posição do dr. Getúlio, elegeu o Jango, que era uma pessoa estimada, que privava da intimidade do dr. Getúlio e tal. E houve até a famosa audiência, no momento em que lhe foi comunicada a renovação da direção do PTB, quando o dr. Getúlio declarou que o partido estava se emancipando e atingindo a sua maioria e que não precisava mais de tutela. No fundo, isto era uma advertência, um reparo que ele fazia à direção do PTB.

A partir desse momento, eu me liguei muito ao Danton Coelho, e veio daí um período em que não convivi com o Jango. Solidário com o Danton, evidentemente, fiquei um tanto afastado do PTB, e só voltaria às atividades dentro do partido e ao lado do Jango, no dia em que ele deixou o ministério.

R.R. - Talarico, em 54 você se candidatou a deputado federal. Você poderia falar alguma coisa sobre essa sua candidatura? O que levou a se candidatar, como foi a campanha e como foi a eleição?

J.T. - Quando se formou o PTB, eu estava entre os fundadores, isto em 45. Mas, como já disse anteriormente, tinha-se estabelecido um princípio de que aqueles que tinham participado da criação do PTB não deveriam ser candidatos, especialmente aqueles que estivessem em função pública, como no Ministério do Trabalho. Dessa forma, em 45 não me candidatei. Em 50, criou-se alguma dificuldade para o dr. Getúlio aqui, registrando-se uma chapa de senadores, deputados federais e vereadores à sua revelia. O dr. Getúlio, nesta ocasião, tinha alguns nomes a indicar - André Carrazoni, Cassiano Ricardo e outros -, mas as manobras internas do partido fizeram com que os que estavam eventualmente com a responsabilidade da representação regional registrassem antecipadamente uma chapa. E com isso criou-se a dificuldade de o dr. Getúlio fazer indicações. Por esta razão é que a Ivete Vargas, que na ocasião também desejava ser candidata a deputada federal...

C.G. - Em 50, não é?

J.T. - Em 50. A Ivete acabou indo para São Paulo, porque aqui, nem ela, que era sobrinha-neta do velho Getúlio, teve condições de entrar na chapa. Nessa época, o meu candidato, se fosse candidato a deputado federal, seria o André Carrazoni, que tinha sido diretor de *A noite* mas que não pôde candidatar-se exatamente por esta manobra interna do partido. Em 54, devido à campanha de retaliação, pela revolta, acabei candidato, numa campanha frontal contra o Lacerda, contra a UDN e contra os inimigos do dr. Getúlio. Tanto que a minha campanha foi toda de respostas, de ataques frontais e até de confrontos físicos com a UDN. Inclusive íamos para a Central do Brasil, para a Leopoldina denunciar exatamente todas aquelas manobras que tinham derrubado o dr. Getúlio. Só fui candidato porque o dr. Getúlio tinha morrido. Foi mais uma vontade, a

maneira de eu poder, vamos dizer, extravasar aquela tristeza, aquele desencanto, a desilusão que tinham-me provocado aqueles embates de 54.

Fiquei como primeiro suplente, com uma diferença mínima do Segadas Viana. Aliás, conta-se que eu teria vencido as eleições, mas nessa época o que resolvia era a soma do cômputo geral. E houve o episódio de que o Hugo Mosca, que tinha sido repórter da Agência Nacional, credenciado na Presidência da República, teria manipulado os mapas como representante de um dos candidatos, que era o Segadas Viana, e que não podia admitir que um repórter como eu tivesse vencido um ex-ministro. Conseqüentemente, a diferença foi pouca, mas como primeiro suplente exerci o mandato durante quase todo o tempo.

C.G. - Quem controlava o diretório regional do PTB nessa época era o Segadas?

J.T. - Era o Segadas Viana, totalmente.

C.G. - Incontestavelmente. Quer dizer que você, então, cumpriu o seu mandato em oposição ao Segadas?

J.T. - Sim, em oposição ao Segadas.

C.G. - E quais eram as suas bases, Talarico?

J.T. - As minhas bases, vamos dizer, eram o funcionalismo do Ministério do Trabalho, os getulistas, os artistas. Eu tinha um bom relacionamento com os artistas... Me liguei muito, em função da minha posição dentro do Ministério do Trabalho, com o pessoal do cais do porto: os marítimos, estivadores e portuários. Como eu tinha sido fundador da UNE, havia os meus velhos companheiros do tempo de estudo. Também tinha disso uma grande atuação no meio esportivo, tinha sido presidente da CBDU, membro do Conselho Técnico de Futebol da CBD, enfim, lidava muito no meio esporte. De maneira que eu era uma figura assim bem conhecida, e portanto com acesso a várias áreas.

C.G. - Talarico, dentro do sindicalismo, uma questão que me parece bastante básica, a partir da morte do Getúlio, é uma diferença na atuação do Ministério do Trabalho junto à estrutura sindical. Até Getúlio, a estrutura sindical mantinha-se, de certa forma,

atrelada ao Ministério do Trabalho de uma forma tradicional. Depois da morte do Getúlio, quando o Jango assumiu...

J.T. - Não, foi um pouco antes. Um pouco antes, porque o dr. Getúlio na sua campanha de 50, na sua plataforma, vinha com a liberdade sindical, a abolição do atestado de ideologia, a entrega ou a participação dos trabalhadores nas instituições de previdência, enfim, uma reformulação total, completa em termos de política social. Mas isso ele só pôde desenvolver a partir da saída do dr. Segadas Viana. Então, quando nomeou o Jango para ministro, ele inaugurou uma nova fase no Ministério do Trabalho. É a fase do direito de greve, da abolição do atestado de ideologia, da não interferência no processo eleitoral dos sindicatos. Enfim, as mudanças se dão a partir da gestão do Jango, que evidentemente as fez por orientação do dr. Getúlio. Dr. Getúlio pressentiu que tinha que seguir este caminho. Então, a nova situação do sindicalismo brasileiro não foi em função da morte do dr. Getúlio. Foi no meio de seu governo, com a mudança do ministro do Trabalho.

A saída do Segadas Viana, como já narrei, foi determinada porque ele, querendo controlar a greve dos marítimos, baixou um decreto, fundamentado na Lei de Segurança Nacional, em que estabelecia a convocação dos marítimos como reservas das Forças Armadas. Conseqüentemente, a não apresentação destes trabalhadores ao serviço representava uma deserção e, portanto, enquadramento na Lei de Segurança. Fomos ao dr. Getúlio mostrando o que isso significava em termos de negação de direito aos trabalhadores. Aí o dr. Getúlio se compenetrou que isso seria motivo de desgaste popular para o governo, e afastou o Segadas Viana, dando-lhe um cartório aos mais rendosos do Rio de Janeiro.

C.G. - E como é que você vê o aparecimento de organizações sindicais paralelas a essa estrutura oficial, como por exemplo o Pacto de Unidade Intersindical?

J.T. - Não, isso já foi mais tarde.

C.G. - É, isso foi depois de 54.

J.T. - Não, isso foi já no final do governo Juscelino. PUA, Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e mais a CPOS (Comissão Permanente de Orientação Sindical). Eram três organizações que existiam, mas isso já foi muito mais tarde.

C.G. - Mas em 53, com aquele período de greves de 53, surgiu a chamada Comissão Intersindical de Greve, que depois...

J.T. - Não, era uma comissão intersindical de marítimos. Como os marítimos estavam divididos em duas categorias - Federação Nacional dos Marítimos e Federação Nacional dos Oficiais de Máquinas -, houve necessidade de se fazer uma comissão intersindical para unificar a classe em termos do movimento grevista. Mas não era uma organização do tipo do Pacto de Unidade Sindical, nem tampouco da CGT ou da CPOS. Era uma forma distinta, que abrangia apenas uma categoria profissional.

C.G. - Mas o Pacto de Unidade Intersindical surgiu a partir dessa Comissão Intersindical de Greve, não?

J.T. - Evidentemente, ela foi um exemplo. Porque aí havia um irrompimento de greves, e pela Consolidação, pela Justiça do Trabalho, discutia-se a legalidade do movimento. E a legalidade do movimento estava no êxito dos trabalhadores. Quando os trabalhadores tinham êxito na paralisação, conseguiam realmente paralisar o setor, o Ministério do Trabalho considerava o movimento legal. Se o movimento fraquejasse, ele seria considerado ilegal, como aconteceu com algumas categorias.

C.G. - Como você vê a participação dos elementos ligados ao Partido Comunista dentro dessa estrutura paralela? Seria uma tentativa de os comunistas controlarem uma determinada ala do sindicalismo que não estivesse ligada a esse sindicalismo oficial?

J.T. - Em primeiro lugar, os comunistas nunca deixaram os sindicatos. Mesmo quando eles não podiam, por seus antecedentes nos registros policiais ou no Ministério do Trabalho, sempre conseguiam indicar, prestigiar ou fortalecer a candidatura de alguém que assumisse compromisso com eles. Quando se tratava da necessidade de se fazer um movimento de solidariedade ou da necessidade de ampliação do movimento, aí então entravam, vamos dizer, o apoio de outras áreas. Criavam-se essas comissões disso,

comissão daquilo, que eram uma maneira de luta, eram o instrumento que eles podiam forjar para garantir os objetivos que naturalmente pretendiam.

No meio dos marítimos, buscou-se a solidariedade, por exemplo, do pessoal da administração do porto do Rio de Janeiro, que não tinha sindicato mas tinha uma associação, a Associação dos Servidores do Porto do Rio de Janeiro. E aí buscaram também os portuários sindicalizados, através da Federação Nacional dos Portuários ou através dos conferentes, consertadores de carga, estivadores, e foram até aos ferroviários. Mas isso foi um processo lento, que não foi feito de uma hora para outra. Levou alguns anos para eles chegarem a um movimento desta natureza.

C.G. - Perfeito. Agora, em 54, no momento em que você entra na política partidária, você se afasta do Ministério do Trabalho ou continua atuando no ministério?

J.T. - Eu nunca me afastei do Ministério do Trabalho, nem quando estava exercendo a deputação federal ou a própria deputação estadual, depois de 62. Eu tinha uma situação muito peculiar no ministério. Eu era presidente da Associação dos Servidores e era também presidente do Comitê de Imprensa, ou, vamos dizer, do Comitê dos Jornalistas acreditados no Ministério do Trabalho. No Ministério do Trabalho, durante cerca de 25 anos, praticamente não existiu um serviço de imprensa. Existia o Comitê de Imprensa, que assumia ou de uma assessoria de imprensa no gabinete do ministro. Mas era tal a eficiência desse comitê, representado por todos os jornais diários do Rio de Janeiro, que controlávamos todo o noticiário, inclusive do gabinete do ministro. Às vezes, quando o gabinete queria fazer sentir a sua posição, o fazia através de notas oficiais. Mas o noticiário, o registro do movimento, tudo era feito pelo Comitê de Imprensa. Então, este Comitê de Imprensa não chegava a ser um serviço oficial, mas era quem fazia toda a divulgação do Ministério do Trabalho. Isto, durante 25 anos, assim funcionou.

C.G. - Com você na chefia?

J.T. - Comigo na presidência. Todos os anos havia eleições, e só eram acreditados no comitê os jornalistas de jornais diários, de sucursais que funcionassem no Rio de Janeiro e de agências. Os semanários não eram admitidos. Então, tínhamos aí sempre um grupo e dividíamos o trabalho. Seria muito difícil, trabalhoso, um repórter correr todos os setores do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que era um mundo que não se

acabava mais, englobando instituições, autarquias econômicas, de previdência e tal. Então, entre os vinte e poucos jornalistas acreditados, estabelecíamos uma divisão de trabalho. Um ia para o DNT, outro ia para o gabinete do ministro, outro ia para o Departamento de Previdência Social, outro ia para outra autarquia e, no fim do dia, por volta das cinco horas, nós nos reuníamos, centralizávamos e tínhamos então um serviço que chegava a competir com a Agência Nacional. O Ministério do Trabalho nos fornecia os meios materiais, inclusive funcionários, datilógrafas, pessoal que trabalhava na mecanografia. Enfim, dispúnhamos de todos os recursos materiais fornecidos pelo ministério. Em função disso, mesmo sendo deputado federal ou deputado estadual, nunca deixei de ir ao Ministério do Trabalho diariamente para a execução desse serviço.

R.R. - Quanto tempo você ficou na presidência?

J.T. - Fui acreditado no Ministério do Trabalho como jornalista por *A noite* e pela rádio Nacional em 1942, mas nessa época havia o assessor de imprensa. Constituímos este comitê a partir de 45, quando houve a mudança de governo e se aboliu o controle do noticiário, que era exercido pelo DIP. Foi o primeiro Comitê de Imprensa no Rio de Janeiro, e deu margem, depois, ao surgimento das bancadas de imprensa na Câmara, no Senado, na Câmara dos Vereadores e em outros ministérios. Fui eleito pela primeira vez em 45, e fiquei até 64, eleito anualmente.

[FINAL DA FITA 5-B]

C.G. - Ainda com relação ao PTB aqui do Distrito Federal, em 54, eu queria que você nos desse uma idéia geral da estrutura do partido, das principais lideranças e das relações do diretório regional com o diretório nacional, na época em que o diretório regional era controlado pelo Segadas.

J.T. - Já com o retorno do dr. Getúlio, em 51, a situação do Segadas declinou um pouco, porque o dr. Getúlio, evidentemente, nunca esqueceu o fato de ele ter-lhe vedado a possibilidade de indicar candidatos a cargos eletivos aqui. Com a ascensão do Jango à presidência do PTB, evidentemente, também se modificou o PTB no Rio de Janeiro. É colocado na direção regional o dr. Lutero Vargas, que formou uma nova estrutura, tendo

ao seu lado Roberto Gonçalves Lima, Roberto Acióli e várias outras figuras, que passaram então, a atuar no PTB.

A partir do ano de 54, então, o PTB teve uma outra formação. Aí passava a influir o Sérgio Magalhães. Eu tinha a relação lá em casa, inclusive com o nome dos deputados. Assim de memória não me lembro. Mas, evidentemente, muda-se tudo. Agora, a verdade é que o Lutero, por ser filho de Vargas e por ter alcançado uma grande votação, criou uma situação toda especial para ele em torno do PTB do Distrito Federal, e nem sempre se afinou muito bem com o Jango. O Jango era muito amigo do Maneco Vargas, seu companheiro do Rio Grande do Sul, mas com o Lutero não tinha a mesma convivência, a mesma intimidade que tinha com o Maneco. Conseqüentemente, o relacionamento do PTB do Distrito Federal com o PTB nacional era normal, mas não havia aquela, vamos dizer...

C.G. - Um afinamento, porque, na realidade, também o Lutero se afirmava um líder, por ser filho do Getúlio. Durante muito tempo ele se apresentou como uma espécie de herdeiro político do Getúlio, mas, evidentemente, sem aquela paciência, sem a perspicácia que tinha a Alzira, com aquela habilidade política. O Lutero era muito introvertido, um homem de difícil trato. Não era uma pessoa com quem não se pudesse conversar, mas era um homem, vamos dizer, não muito disposto a um trabalho de execução de uma política popular. Já a sua própria posição de filho de Getúlio criava uma situação toda especial para ele, e, conseqüentemente o acesso a ele não era fácil, a não ser para as pessoas que o conheciam e que lidavam com ele. Então, o PTB ficou durante algum tempo, no Rio de Janeiro, muito na base do paternalismo, muito na base do favor, muito na base do que podia mandar para os outros e sem desenvolver um trabalho político objetivo. E ele permaneceu na presidência do PTB aqui do Distrito Federal. Depois de 64, foi presidente do PTB nacional. Ele foi o último presidente nacional. Já, então, praticamente quem fazia política popular eram os outros membros da executiva. Ele apenas aparecia como figurava, vamos dizer, como fachada, como moldura, mas não muito disposto a fazer trabalho popular, contato com trabalhadores, estas coisas. E isto é que atrasou um pouco a organização do PTB aqui no Rio de Janeiro.

O PTB se movia mais pelo esforço que cada um dos deputados e vereadores faziam na defesa dos interesses populares do que por um plano, por um esquema ou equação armada pelo partido. Houve época em que os dois PTBs funcionavam, um próximo do

outro. Parecia que eram partidos diferentes, o PTB nacional, que funcionava em São Borja, e o PTB do Rio de Janeiro, que funcionava aqui na Cinelândia. E nesta transa também estava o Paulo Baeta Neves, que, apesar de nunca ter se desligado do PTB nacional nem do regional, também não afinava ou não obedecia à orientação política do Lutero.

C.G. - Você então fazia parte deste grupo do Baeta?

J.T. - Eu praticamente fazia parte do grupo do Jango, e exatamente por fazer parte do grupo do Jango não era fácil a minha...

C.G. - ... sua posição dentro do partido.

J.T. - Dentro do partido sempre havia o problema de você ter que se conduzir com certa habilidade, para não ferir sutilezas nem criar dificuldades, porque o clima e as tensões eram muito sensíveis, tanto por parte do Jango como por parte do Brizola. O mesmo fenômeno aconteceu com o Jango em relação a Ivete, em São Paulo.

C.G. - Exatamente.

J.T. - A mesma coisa, o mesmo problema. Tanto que a Ivete, mais hábil, mais ágil do que o Lutero, se desenvolvia mais. Mas ela também teve grandes problemas com o Jango e com a direção nacional do partido.

C.G. - Apesar disso, o PTB de São Paulo era muito mais fraco do que o PTB aqui da Guanabara.

J.T. - O PTB de São Paulo nunca foi muito forte, porque, na realidade, como já disse anteriormente, o dr. Getúlio sempre alimentou as facções dentro do PTB de São Paulo. Houve sucessões estaduais em que o PTB se dividia em três, quatro correntes, e cada uma das correntes apoiando um candidato a governador. Então, a verdade é esta: o que faltou ao PTB de São Paulo foi, sempre, unidade e orientação nacional.

C.G. - Quer dizer então que foi proposital esse esfacelamento do PTB em São Paulo?

J.T. - Sem dúvida. Eu não diria esfacelamento, mas essa divisão do PTB.

C.G. - Agora, aqui na Guanabara, você falou em Sérgio Magalhães, na entrada do Sérgio Magalhães a partir de 54.

J.T. - É, ele participou da campanha de 54. Ele vinha, mais ou menos, de uma ala liberal. Apesar de irmão do Agamenon, ele não era um getulista. Ele se afinava com as correntes mais socializantes, e vinha de uma boa administração no Montepio dos Funcionários Servidores do Rio de Janeiro. Conseguiu uma votação razoável, de cinco ou seis mil votos (na época era considerada uma boa votação), e aí, naturalmente, se projetou. Foi um rapaz que cresceu exatamente em função do seu trabalho parlamentar, do seu trabalho político e dos avanços que fez no campo ideológico.

C.G. - Com o Sérgio Magalhães, a partir de 55, ano que poderíamos colocar como marco, o PTB começou realmente...

J.T. - ... começou a desabrochar ideologicamente.

C.G. - Exato, ideologicamente. O Sérgio Magalhães, aqui no Distrito Federal, seria mais ou menos o elemento de ponta dessa tendência mais ideológica, não é?

J.T. - Evidente.

C.G. - Você disse que o Sérgio Magalhães estaria ligado a uma corrente socializante. Quem seriam mais ou menos os elementos dessa corrente?

J.T. - O Partido Socialista.

C.G. - Certo.

J.T. - As suas melhores relações sempre se deram mais dentro do Partido Socialista Brasileiro do que dentro do próprio PTB.

C.G. - Perfeito. Agora talvez a gente pudesse dar um salto e passar para as eleições de 60, porque acho que, em termos de PTB do Distrito Federal, a disputa do Sérgio Magalhães com o Lacerda foi um marco. Como é que você vê a indicação do Sérgio Magalhães para a governança. Como é que você vê essas eleições de 60?

J.T. - Devo dizer que, dentro do PTB, inicialmente, não apoiei o Sérgio Magalhães. Eu apoiava o Rubens Berardo, por uma razão: o Sérgio Magalhães, apesar de sua posição política eficiente e ideológica, não era um combatente antilacerdista. Pelo contrário, era um homem que, na sua atuação parlamentar e política, não fazia críticas contundentes, ou não agredia, ou não se confrontava com o Lacerda. Conseqüentemente, achávamos que devíamos ter um homem que se dispusesse a lutar, denunciando o que o Lacerda e suas forças representavam.

C.G. - O que você acha que o Lacerda e suas forças representavam?

J.T. - As multinacionais, os interesses estrangeiros, os norte-americanos, o empresariado nacional, as forças reacionárias que estavam dentro das Forças Armadas, enfim, tudo aquilo que era antipopular e anti-social. O social deles é este, como é que se chama? Este que foi ministro da Fazenda? O Gudin, que é a expressão do que se poderia conceber em termos econômico-sociais, o retrato da visão social das forças lacerdistas. Tudo isto conflitava com a posição trabalhista, getulista, nacionalista, socialista. E o Sérgio Magalhães, também, na época, não se afinava com o Jango. Por incrível que pareça, ele não estava afinado com o Jango. O grupo que lançou o seu nome a governador teve tantas apreensões que a manobra para o lançamento de sua candidatura foi feita primeiro através do Partido Socialista. Mas a ala getulista ou, vamos dizer, os trabalhistas históricos, queriam um antilacerdista para enfrentar o Lacerda, e o Sérgio não era um antilacerdista. Ele só partiu realmente para uma posição mais agressiva, uma posição de luta, de combate ao Lacerda, depois que sofreu um atentado (a sua residência sofreu um atentado), depois da invasão de um *meeting* do PTB, num teatro da época, na Visconde de Pirajá. Só aí é que o Sérgio se motivou. Mas, mesmo assim, a orientação da campanha era muito branda em relação ao Lacerda, muito serena.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

J.T. - ... dentro do teatro, porque não era possível. Ele dizia: “Mas o Lacerda não me faz nada”.

C.G. - Vocês queriam puxar o Sérgio Magalhães para uma atitude mais combativa com relação...

J.T. - Combativa, de confronto, de luta, de contestação ao Lacerda. E ele não queria. Esta é que é a razão. E nós estávamos certos. A campanha do Sérgio só cresceu no dia em que ele se dispôs realmente a confrontar com o Lacerda. Aliás, devo dizer que ele venceu as eleições. Houve um fato bastante interessante, no início da apuração. No dia em que se iniciou a apuração, o Lacerda, que controlava na época a Justiça Eleitoral, não permitiu o acesso dos fiscais do PTB e da fiscalização dos outros partidos, incluindo o Partido Socialista, nas mesas apuradoras. Então, houve durante 72 horas um Deus-nos-acuda no Maracanã, que colocou o Lacerda 50 mil votos na frente do Sérgio Magalhães. A partir do momento em que passamos a controlar, sem conseguir rever as apurações feitas no três dias anteriores, nós não conseguimos tirar a diferença, a não ser em 30 mil votos. E o Lacerda venceu a eleição.

C.G. - Agora, voltando um pouco, você disse que a candidatura do Sérgio Magalhães foi colocada para o partido a partir de um bloco com tendência socializante, por uma manobra de articulação com o Partido Socialista. Como é que se deu isto? Explique um pouco melhor como é que, afinal, se chegou a um consenso a respeito da candidatura do Sérgio Magalhães, se dentro do partido havia várias tendências que não concordavam, se havia outros candidatos e se o próprio Jango não apoiava.

J.T. - Indubitavelmente, o Sérgio Magalhães tinha tido uma atuação parlamentar brilhante. Ele tinha tido um comportamento político exemplar. Mas, no campo partidário, havia aquela história de ele ser complacente com o Lacerda. Evidentemente, ele tinha alguns amigos - entre eles o engenheiro Fábio Torres e outros companheiros, que inclusive também participavam da direção do PTB - que passaram a levantar o seu nome como candidato a governador. Para alcançar a indicação, ele tinha que ser aprovado na convenção. Talvez 60% da convenção fosse controlada pelo Lutero, que na época não tinha se definido. Também disputava a indicação, dentro do PTB, o Rubens Berardo, que na época tinha a televisão Continental e a rádio Continental.

C.G. - Este era o seu candidato.

J.T. - Bem, ele era um petebista histórico, que tinha entrado no PTB pela indicação da D. Alzira Vargas. E, evidentemente, ele se dispunha a se confrontar, a lutar, a desenvolver a pugna contra o Lacerda. Essa era a razão do meu apoio. Superada a convenção, fui trabalhar pelo Sérgio Magalhães, e os grupos de esquerda, desde o Partido Socialista aos outros aliados, inclusive o Partido Comunista Brasileiro, apoiavam o Sérgio Magalhães. Então, eram forças de pressão em cima do Jango, em cima do PTB, em cima das pessoas que estavam no contexto político do partido. Sabíamos que o PTB dispunha, na época, de 350 mil a 460 mil votos, mas estavam lançados outros candidatos, que foram mantidos depois pelo Lacerda através de manobras e através de moções. Refiro-me às candidaturas do Tenório Cavalcanti e do marechal Mendes de Moraes. O PSD, nesta época, no Rio de Janeiro, não tinha mais do que 55 mil votos, mas decidia as eleições. E o Tenório se apresentava pelo Partido Social Trabalhista, PST. Ele não tinha uma atuação política no Distrito Federal - atuava no estado do Rio - mas, em função da *Luta democrática* e em função da sua figura peculiar, ele desenvolveu um trabalho eleitoral bastante eficiente. Para termos tranquilidade quanto à vitória do PTB, precisaríamos superar as candidaturas do Tenório e do Mendes de Moraes. Evidentemente, as forças do PSD não estavam interessadas em que o PTB conquistasse o governo do Rio de Janeiro. Então, mantiveram a candidatura do Mendes de Moraes.

C.G. - Houve alguma tentativa de acordo com o PSD?

J.T. - Houve várias tentativas, inclusive houve até exigências de recursos financeiros, sob a alegação de que tanto o Tenório Cavalcanti quanto o Mendes de Moraes haviam gasto elevadas quantias em suas campanhas. Mas as exigências aí se dobravam. Através do Augusto do Amaral Peixoto e do Ernani, foram feitas inclusive moções para que o Mendes de Moraes desistisse. Mas aí entraram as forças interessadas na eleição do Lacerda para sustentar a candidatura. E todos os esforços possíveis e imagináveis foram feitos para que ele se retirasse, inclusive em cima da eleição. E ele, mesmo sabendo que não teria mais do que 40, 45, 55 mil votos, manteve a sua candidatura, que no fundo beneficiou o Lacerda. Quanto ao Tenório, tentou-se negociar e chegou-se até a um

entendimento. Mas, evidentemente, as forças que estavam ao lado do Lacerda também manobram no sentido de que não houvesse a possibilidade de retirada da candidatura do Tenório.

Então, o Tenório teve aí na ordem de 225, 230 mil votos, e o Mendes de Moraes cerca de 50 mil votos. Com isto, evidentemente, se o Tenório não é candidato, esses 250 mil votos, tirados da área popular, da gente mais humilde, do pessoal de favela, que se deixava envolver com aquela figura...

C.G. - ... da capa preta?

J.T. - ... da capa preta. Ele tinha um esquema de promoção com uns carros alegóricos que faziam um sucesso terrível. Ele parava na Central do Brasil, na Leopoldina, e era um negócio... Era um carro desse tipo que faz carnaval na Bahia. Como é que se chama aquilo?

C.G. - Trio-elétrico. Um carro desse tipo. Então, o problema foi este. Nós nos defrontamos com esta dificuldade. O Tenório estava disposto, mas inclusive houve manobras para se impedir a retirada dele. Eu até aconselharia que vocês consignassem esse depoimento do Tenório, que deverá ser muito rico em detalhes.

C.G. - Vamos tentar.

J.T. - Tenho a impressão que ele dará. Talvez não dê detalhes e aspectos da natureza material, mas é um depoimento interessante.

C.G. - Perfeito.

J.T. - Outro que poderia dar um depoimento bom sobre esse aspecto é o Augusto do Amaral Peixoto, que na época era o presidente do PSD.

Mas chegou-se a alegar que o próprio Jango teria interesse em que o Sérgio Magalhães não fosse eleito. Isto não é verdade. Foi uma especulação terrível. E o Jango inclusive se dispôs, e foi talvez um dos poucos que conseguiu recursos materiais na época, como vice-presidente e como presidente do partido, para investir na campanha do Sérgio Magalhães.

C.G. - Existe uma versão no sentido de que o Jango não tivera interesse em interceder junto ao Juscelino para que o Juscelino desmobilizasse a candidatura Tenório.

J.T. - Não, não. Houve interesse, houve o contato. A verdade é que a pessoa encarregada de contatar o Tenório, na hora certa, não apareceu, e o Tenório considerou praticamente superado o compromisso que tinha. A história que se conta é que elementos que faziam a campanha do Lacerda manobraram no sentido de provocar o desencontro. Porque logo em seguida, meia hora ou uma hora depois, o Tenório foi procurado por uma figura, que não se apresentava evidentemente como interessado, para dar uma ajuda material substancial para a manutenção da candidatura.

C.G. - Perfeito.

J.T. - Conta-se que a pessoa que deveria ter dado a palavra ao Tenório era o Armando Falcão, que não foi ao encontro ou não concretizou o entendimento. A verdade é que esse foi talvez o maior erro que os políticos da época cometeram, porque com a ascensão do Lacerda temos este resultado aí.

C.G. - Deu no que deu. As candidaturas do Tenório e do Mendes de Moraes foram lançadas antes ou depois da convenção do PTB?

J.T. - O Mendes de Moraes já era um postulante há muito tempo, e o Tenório chegou a ter a pretensão de postular o apoio do PTB.

C.G. - Sei. Você disse que o Lutero tinha 60% do controle da convenção.

J.T. - Ele se definiu pelo Sérgio Magalhães.

C.G. - Perfeito.

J.T. - O Elói e várias outras figuras que eram contrárias à candidatura do Sérgio se omitiram. O único que votou abertamente contra o Sérgio fui eu.

C.G. - Você votou contra o Sérgio na convenção?

J.T. - Contra o Sérgio.

C.G. - E nessa época você já participava da Frente Parlamentar?

J.T. - Já.

C.G. - Quer dizer, junto ao...

J.T. - ... junto ao Sérgio. Eu, inclusive, devo dizer que tenho um juízo do Sérgio diferente das pessoas, muito diferente.

[FINAL DA FITA 6-A]

J.T. - Na Câmara, ele criava uma série de dificuldades. Como eu atuava muito na área dele, na base de projetos de natureza social, ele via na minha atuação parlamentar um confronto a ele. No PTB, ele não era o que poderíamos qualificar de getulista genuíno ou autêntico. Eu me filiava na área getulista, na área paternalista do PTB, e isto diferenciava os nossos atos e as nossas condutas. O fato de ele desenvolver uma política ideológica, uma política, vamos dizer, em sentido muito filosófico, não uma política popular, criava uma certa diferenciação entre eu e ele. Exatamente por isso, eu tinha uma outra posição.

C.G. - Em termos de Frente Parlamentar Nacionalista, em termos de Grupo Compacto do PTB, como é que confluíam posições, de certa forma não tão harmoniosas, como as suas, as do Sérgio Magalhães e talvez as do Almino Afonso?

J.T. - As coisas são distintas. O Grupo Compacto é distinto. Ele foi constituído, na época, primeiramente por uns 18 deputados, por aí (não me lembro bem). Este grupo tinha ascendido ao PTB sem vinculações getulistas. Então você vê, quem era o Grupo Compacto? Almino Afonso. Originário de onde? Do Partido Socialista Brasileiro, de São Paulo, onde foi derrotado como candidato a vereador; do Partido Socialista Trabalhista, da Amazônia, um dos participantes da famosa campanha da renúncia do

velho Getúlio em 50, sob alegação de que ele não tinha alcançado maioria. Cledinor Freitas, do Piauí, que nunca teve uma posição getulista ou trabalhista. Quem mais era do Grupo Compacto? Eu não me lembro.

C.G. - Temperânio Pereira.

J.T. - Não, o Temperânio Pereira já é outra coisa.

C.G. - Bacaiúva Cunha.

J.T. - Bocaiúva. O Bocaiúva é de formação aristocrática, burguesa, descendente de Quintino Bocaiúva, com grande tradição no estado do Rio, mas sem nenhuma vinculação com o PTB. Então, como você vê, ali se formou um grupo que não tinha vinculações com a origem do partido ou com as suas tradições. Eles tinham posicionamentos ideológicos e filosóficos, às vezes até bastante justificáveis e objetivos, mas não tinham a origem trabalhista, a origem getulista, a vinculação com os princípios iniciais do PTB.

C.G. - Era um grupo que estava, de uma certa forma, divergindo das diretrizes...

J.T. - ... da direção do partido.

C.G. - ... das diretrizes originais do partido. Quer dizer, era um grupo em disputa pelo controle do partido na onda de uma apuração ideológica do partido, não é?

J.T. - Sim, de uma doutrinação política, vamos dizer, socializante, esquerdizante. A posição do Grupo Compacto representou mais uma espécie de pressão em cima da direção do partido e em cima do governo Juscelino - Jango, muito independente do partido. Na Lei das Diretrizes e Bases, naquela tentativa da cassação do mandato do Lacerda e em vários outros episódios do governo Jango, o Grupo Compacto sempre se situou de forma diferente da maioria do partido.

C.G. - Perfeito. É a partir do governo Juscelino que a gente começa a notar o aparecimento desses grupos intrapartidários, como a Ala Moça do PSD, a Bossa Nova

da UDN e a própria Frente Parlamentar Nacionalista, que agregava elementos de vários partidos.

J.T. - Você vê como é surpreendente essa história da Frente Parlamentar Nacionalista. Hoje você encontra muitos dos seus antigos integrantes e participantes, que tinham posições as mais avançadas, as mais ideológicas, as mais contestadoras às situações vigentes no país, integrando e apoiando o governos naquilo que é mais reacionário, naquilo que é mais esdrúxulo. Inclusive o próprio presidente da frente, o nosso companheiro Bento Gonçalves, hoje é um arenista ilustre, não é? Quantos outros, como estão aí, permanecem. Não piam nem chamam sobre a desnacionalização brasileira, a infiltração das multinacionais no Brasil, a exploração das nossas reservas naturais... Tudo que era fundamental e básico para a Frente Nacionalista, depois de 64, eles aceitaram. Para quem não aceitou, cadeia e cassação.

C.G. - E você participou da frente desde quando?

J.T. - Desde o momento em que ela se fundou.

C.G. - Agora, Talarico, voltando um pouco atrás, eu queria que você falasse um pouco sobre a sucessão presidencial em 55, a aliança PTB-PSD.

J.T. - Aí a história é um pouco longa, porque acontece que o Jango disputou o Senado em 54. Esse pleito era ainda dentro daqueles preceitos antigos, em que o candidato oferecia a legenda. Ele acabou derrotado por uma diferença mínima de votos, porque tinha concorrido na legenda com o Rui Ramos, que era um antigo pastor protestante no Rio Grande do Sul. Conseqüentemente, toda a Igreja Católica do Rio Grande do Sul se insurgiu contra a eleição do Rui Ramos, não contra a eleição do Jango. Mas o Jango, que poderia ter feito cédulas com o Mário Ramos e com o Daniel Keieger, só fez cédulas com o Rui Ramos. Os padres, as organizações católicas, as irmandades combateram terrivelmente a eleição do Rui Ramos e, com isto, provocaram a derrota do Jango. O Jango sofreu um impacto muito forte, e o seu primeiro ímpeto foi renunciar totalmente à vida político-partidária.

Por isso, estivemos na sua fazenda logo depois da eleição. Ele escreveu uma carta ao dr. Osvaldo Aranha comunicando sua decisão de renunciar à presidência do partido e

pedindo que o dr. Osvaldo Aranha assumisse a presidência. E esta carta foi levada por mim e pelo Brizola, numa noite, à casa do dr. Osvaldo Aranha, quando ele morava na rua Campo Belo. Aranha fez algumas ponderações de que o Jango não devia ficar tão impressionado com uma derrota, ainda mais quando a derrota se justificava pelos erros táticos dos que tinham conduzido a campanha eleitoral no Rio Grande do Sul, e que aquilo não significava, em definitivo um afastamento do Jango da vida político-partidária. Então, em primeiro lugar, ele não aceitava, e convocava o Jango para que reassumisse a presidência do PTB.

Nessa altura, o Juscelino consegue a indicação do PSD a duras penas, numa luta frontal na convenção realizada no palácio Tiradentes. Nesse época, eu era diretor da sucursal do *Diário de Minas*, e muito ligado ao Juscelino. O Juscelino saíra candidato pela sua maior tenacidade, por sua maior persistência na conquista da indicação por parte do diretório do PSD e por um trabalho muito bem concatenado com as forças mais progressistas do PSD. E ele tivera um comportamento dos mais dignos em torno do dr. Getúlio. Em 54, naqueles dias de dificuldade, o Juscelino o recebeu com todas as honras, com as maiores homenagens em São João Del Rei. E isto tinha calado profundamente entre os antigos trabalhistas, entre os membros do PTB. Quando alguns amigos do dr. Getúlio tinham se omitido, tinham se evaporado ou tinham se afastado, o Juscelino tivera este comportamento.

Lançado o candidato a presidente, o PSD passou a buscar um candidato a vice-presidente. Nas primeiras tentativas feitas, o Jango, numa composição com o PSD, indicava o dr. Osvaldo Aranha. Então, vem aquela história famosa em que o dr. Osvaldo diz: “Eu não quis ser segundo do dr. Getúlio, e não vou ser segundo de mais ninguém”. E, evidentemente, o candidato à presidência da República, na época, se tivesse havido oportunidade, teria sido o Osvaldo Aranha. Mas, dentro do próprio PTB, já havia um trabalho no sentido de favorecer o Juscelino.

Eu me lembro que, nesta noite, logo após a aprovação do nome de Juscelino, saí do palácio Tiradentes para a sua residência, na rua Sá Ferreira, esquina de Copacabana. Eu tinha a responsabilidade de transmitir, por telefone, todo o noticiário para Belo Horizonte, como fazia diariamente. Desta feita, porém, como se tratava de uma indicação que comovia, que impactava Minas Gerais, o Diário de Minas fez uma ligação direta da casa do Juscelino para a oficina.

Ao chegar à casa do Juscelino, os convencionais do PTB ainda não tinham chegado. Lá estavam Osvaldo Penido, Edgar Magalhães, o major Nilton Santos, que era do PTB, o

Doutel de Andrade... E o Juscelino, dado o relacionamento que tinha comigo, perguntou: “E agora, Talarico, e o PTB?” Eu respondi: “O PTB vai depender exclusivamente de uma pessoa, que é o dr. João Goulart. Sem o Jango, vai ser muito difícil trazer o PTB. Acho que o senhor deve procurar um contato direto com o Jango, mas, no meu entender, deve ser um entendimento seu com ele, porque conheço bem o Jango e sei que, através de intermediários, ele não vai conversar consigo.” E ainda aconselhei que ele conversasse com Doutel e com o Nílton Santos, que ali se encontravam, para ajudá-lo. Ele indicou o Negrão de Lima para intermediário, e viajei com o Negrão para São Borja. Como deduzia, o Jango ouviu e pouco falou, e praticamente não trouxe uma palavra de concordância à proposta. Voltamos e o Juscelino me indagou as razões da não aceitação. E eu respondi: “Olha, eu já disse. Ou se faz entendimento direto ou não sai.” O Juscelino, persistente, mandou o José Maria Alkmin, que conversou, falou e foi a mesma coisa; não resolveu. Até que o Juscelino decidiu ir ao encontro do Jango acertar o oferecimento da vice-presidência e mais a participação do PTB no Governo. Ele daria o Ministério do Trabalho, o Ministério da Agricultura, todas as autarquias das respectivas áreas, que incluía as autarquias econômicas e as autarquias de previdência. Devo dizer que o Juscelino faltou com este compromisso ao Jango e ao PTB. Logo depois de eleito, quando começou a ser composto o governo, ele passou a exigir que, do Ministério do Trabalho, do Ministério da Agricultura, dos institutos de previdência e institutos econômicos, mais de um terço passasse a ser dado ao PSP, ao PR e a outros elementos do PSD. Então, praticamente o PTB só teve um terço das indicações do compromisso total. Isto, inclusive, provocou um profundo desencanto, uma profunda desilusão, levando o Jango a se retirar do Rio de Janeiro e a permanecer durante mais de um mês em São Borja, não atendendo a nenhuma das convocações do Juscelino. Houve aí moções, debates e entendimentos para se superar o impasse. Daí vem um certo ressentimento mútuo, tanto do Juscelino como do Jango. O Jango nunca exteriorizou, mas o Juscelino, nas suas memórias, publicadas recentemente pela Editora Bloch, extravasa esses seus ressentimentos que, no meu entender, não são justos. Quem faltou com o compromisso ao Jango e ao PTB foi ele. Ademais, a posição do Jango era de defesa das reivindicações dos trabalhadores, do direito de greve, e essa posição conflitava com a posição de equilíbrio que o governo desejava manter. O governo não queria as greves e o Jango era obrigado a apoiar as greves, porque era presidente do PTB e vice-presidente da República, sustentado por forças populares.

C.G. - Quer dizer que aí havia um nítido conflito entre o Juscelino e o Jango. Como é que se deu, por exemplo, a indicação desse ministério. Isso foi feito através do Jango?

J.T. - Foi feito através do Jango, mas algumas nomeações, por exemplo, o Juscelino manobrava. Por exemplo, ele pedia três nomes e mandava incluir também um amigo dele, que estava dentro do PTB. Nesse sentido, ele acabava escolhendo não o nome do Jango, mas sim o dele, que tinha entrado na lista do Jango.

C.G. - Sei. E, por exemplo, a indicação do Parsifal, partiu do Jango?

J.T. - Sim, o Parsifal Barroso partiu do Jango.

C.G. - Do Fernando Nóbrega, não?

J.T. - Já o Fernando Nóbrega foi uma composição. O Batista Ramos foi indicação do Jango. Já o Alírio Sales Coelho foi nomeado. Foi o último ministro do Trabalho, nomeado à revelia total, sem conhecimento do Jango.

C.G. - Porque exatamente o Parsifal e o Fernando Nóbrega tiveram, junto ao Ministério do Trabalho, uma atuação mais conservadora, não?

J.T. - Não. O Fernando Nóbrega, sim. Uma atuação mais conservadora, mais comedida. Já o Parsifal, não. O Parsifal teve uma atuação muito interessante, de respeito. Ele teve grandes dificuldades com o presidente Juscelino. Naquela ocasião, dada a sua atuação no Ministério do Trabalho, a sua forma liberalizante, o seu respeito aos direitos de greve, às reivindicações dos trabalhadores, ele era praticamente a segunda pessoa no partido. Nesse período, ele se transformara na figura de segunda importância, vindo logo abaixo do Jango. Depois ele perdeu essa posição, quando foi ser governador do Ceará. Ele retroagiu, teve retrocesso em função das influências regionais, das influências do Ceará. Ele adotou uma posição paternalista, uma posição conservadora.

C.G. - A que se deveu a saída dele do Ministério do Trabalho?

J.T. - Exatamente por ele ter-se candidatado ao governo do estado do Ceará.

C.G. - Ele saiu para ser candidato?

J.T. - É, graças à atuação que ele tinha tido no Ministério do Trabalho. Ela se refletiu no pleito em que ele se sagrou vitorioso.

C.G. - Nessa época, Talarico, você estava ocupando que cargo dentro do ministério?

J.T. - Alternadamente, ou na Câmara ou no Ministério do Trabalho, naquelas mesmas funções.

C.G. - Ou no Comitê de Imprensa?

J.T. - Não, o Comitê de Imprensa eu nunca deixei.

C.G. - Mas, exatamente, que outras funções, dentro do ministério, você estava desempenhando neste momento?

J.T. - Eu fui assistente-técnico do ministro, subchefe do gabinete do ministro.

C.G. - De qual ministro?

J.T. - Do Parsifal, se não me engano, eu fui. Só vendo. Fui assistente-técnico, presidente da CTOS (Comissão Técnica de Orientação Sindical). Não, isto foi com o Omegna. Com o Hugo de Faria, fui presidente da Comissão de Imposto Sindical; com o Parsifal, assistente-técnico; com o Fernando Nóbrega, subchefe de gabinete. Enfim, essas posições aí, em comissões de estudos.

C.G. - Você poderia falar um pouquinho dessas comissões?

J.T. - Olha, eu preferia falar na hora em que tivesse os elementos para recorrer. Tenho alguns lá em casa. É realmente interessante se falar sobre a Comissão de Imposto Sindical e sobre a Comissão Técnica de Orientação Sindical.

C.G. - Eu gostaria de saber como é que elas funcionavam.

J.T. - Elas eram distintas, é evidente, todas elas reguladas pela Consolidação das Leis do Trabalho. Enquanto a Comissão de Imposto Sindical dispunha sobre as dotações, sobre a aplicação do imposto sindical e do fundo sindical, a CTOS era uma comissão de orientação, uma comissão doutrinária, de cooperação das organizações sindicais. E, apesar dessas suas finalidades, ela, para muitos ministros, funcionou como o serviço secreto do Ministério do Trabalho. Seria preciso, evidentemente, descer a explicações, a detalhes, e agora não...

C.G. - Você acha que não daria para falar sobre isto agora?

J.T. - Agora não dá.

C.G. - Depois eu gostaria que você me desse um depoimento mais específico sobre isso. Seria interessante saber, um pouco mais detalhadamente, o funcionamento dessas comissões.

J.T. - Por exemplo, a Comissão de Imposto Sindical era um colegiado tripartido. Era composta de representantes de empregadores, de empregados e dos órgãos governamentais. As decisões eram tomadas em plenário, e a aplicação dos recursos estava preestabelecida na Consolidação. Já a Comissão Técnica de Orientação Sindical tinha funções mais elásticas. Era, vamos dizer assim, o instrumento que o ministro de estado dispunha para suas intervenções officiosas.

C.G. - E como é que os sindicatos recebiam, por exemplo, o trabalho dessas comissões?

J.T. - Os sindicatos sempre julgaram a Comissão de Orientação Sindical como um órgão de cooperação e de colaboração. Evidentemente, eles não tinham acesso aos registros de gravações que se faziam, e os líderes que eram envolvidos pela comissão através de favores ou através de favorecimentos materiais, não iriam dizer aos seus companheiros de diretoria que teriam recebido esta influência, ou esta interferência, não

é? Era realmente um instrumento de controle da organização sindical. Foi concebida pelo Segadas. Foi fundada em 44, mas só entrou realmente em função em 1946.

C.G. - E você participou dessa comissão quando?

J.T. - Fui presidente da comissão no governo Linhares, com o Omega ministro do Trabalho.

C.G. - Só durante este período?

J.T. - Só, porque havia uma espécie de mandato. Fui membro algumas vezes, não me lembro. Aí, só vendo. Na CIS eu só participei como representante do Sindicato dos Jornalistas e dos Profissionais Liberais, e, conseqüentemente, fui eleito presidente. Este é um episódio, aliás, da maior gravidade, porque fui designado quase que por uma imposição do dr. Getúlio. Quando tomou conhecimento do desbaratamento dos fundos de reserva, que estavam depositados no Banco do Brasil, dr. Getúlio fez uma intervenção branca na Comissão de Imposto Sindical. Isto depois da saída do Jango do Ministério do Trabalho, porque estava em jogo o aspecto moral do seu próprio governo. Ele combatera, durante toda a campanha, a má aplicação dos recursos do fundo do imposto sindical. E exatamente no seu governo foram retirados do Banco do Brasil, sem o seu conhecimento, 55 milhões de cruzeiros, o que na época era muito dinheiro. E dada a gravidade e o desespero em que se colocou, o dr. Getúlio chegou a pensar em mandar vender uma de suas propriedades no Rio Grande do Sul para repor esse dinheiro.

C.G. - E quem é que presidia a comissão na época?

J.T. - Gilberto Crockatt de Sá. E, aliás, a comissão praticamente não funcionava. Houve aí um abuso de confiança por parte do Gilberto e de um outro tesoureiro.

C.G. - Mas o Gilberto Crockatt de Sá foi chefe de gabinete do Hugo de Faria, não é?

J.T. - Não, foi diretor geral do Departamento Nacional do Trabalho do Jango.

C.G. - Sim, do DNT.

J.T. - E aproveitou-se de uma delegação de poder do Jango para sacar este dinheiro. Aliás, o dinheiro não foi desviado. Ele foi mal aplicado, ou aplicado sem autorização do plenário da Comissão de Imposto Sindical. A comissão, posteriormente, analisou o problema e verificou como se tinha procedido na aplicação desse dinheiro, essa coisa toda, isentando a responsabilidade do ministro do Trabalho, que era o Jango.

C.G. - Perfeito. Agora, em 56, parece que o ...

[FINAL DA FITA 6-B]

J.T. - Eu não estou bem lembrado. Eu teria que pesquisar, porque o que aconteceu foi que, na categoria dos marítimos, duas entidades lideravam as diversas categorias que se reuniam nessa atividade. Uma era a Federação Nacional dos Marítimos e outra era a Federação Nacional dos Oficiais de Máquinas. Havia ainda outra entidade, que atuava em faixa própria e independente: era o Sindicato Nacional dos Pilotos... Como é que chama? Sindicato Nacional dos... Agora está me escapando a denominação.

C.G. - Aeroviários?

J.T. - Não, não. Na categoria dos comandantes. Agora eu esqueço o nome. Então, vamos dizer, os sindicatos que se reuniam em torno da Federação Nacional dos Marítimos tradicionalmente estavam dentro das tradições do PTB. A Federação Nacional dos Oficiais de Máquinas já recebia uma influência de grupos que estavam ligados à UDN e a outros elementos. E esse sindicato atuava também em faixa própria. Então, evidentemente, a UDN e as oposições ao governo Juscelino procuravam influenciar a Federação Nacional dos Oficiais de Máquinas e o outro sindicato. Com isso, havia o confronto. Não estou bem lembrado, mas houve também, nessa época, um problema aqui, que foi o dos transportes da Baía de Guanabara, antiga Cantareira. Tenho a impressão que foi nessa área, se não me engano. Mas eu precisaria ter informações mais precisas para poder te esclarecer.

C.G. - Nesse período do governo Juscelino, ao mesmo tempo que você tinha uma aproximação com o presidente você também tinha uma aproximação com o Jango. Como é que você conciliava isso?

J.T. - Não, aconteceu simplesmente o seguinte: o Juscelino assumindo a Presidência da República, eu, apesar de um bom relacionamento pessoal com ele, acabei ficando exclusivamente ao lado do Jango. E à medida que as discordâncias, as divergências do Jango com o Juscelino cresciam, o meu afastamento do Juscelino era maior. Ao ponto de eu ter sido preso como deputado, na porta do palácio do Catete, na greve dos motoristas de ônibus, quando, atendendo a um pedido do então ministro da Justiça, levei ao palácio do Catete um comando de greve para um entendimento com o governo. O Juscelino saiu antes da hora, propositadamente, para não me receber e não receber o comando de greve. Quando saímos, estávamos cercados por viaturas do DOPS, que era então chefiado pelo coronel Danilo Nunes. Não só me levaram preso - eu, um parlamentar - como também levaram todo o comando de greve dos motoristas. Nessa época eu também era secretário do Conselho Sindical do PTB. Conseqüentemente, estava obrigado a participar de todo esse movimento operário e sindical. Além do mais, havia um outro aspecto. É que várias facções político-partidárias também participavam, ou procuravam dar apoio, sustentação aos grevistas, aos que reivindicavam. Então, era uma disputa quase que permanente das diversas categorias profissionais por parte das organizações políticas. E, evidentemente, representando o PTB, eu tinha participação, e isso desgostava profundamente o governo, porque eu levava ali a palavra do PTB, a palavra do Jango.

C.G. - Neste momento em que surgem várias tendências no movimento sindical, inclusive com o surgimento do Jânio como um fenômeno de massas em São Paulo, do Ademar, também, a partir daí, no movimento sindical, houve algumas tendências mais janistas, mais ademaristas.

J.T. - Não, o Jânio já vinha anteriormente.

C.G. - Sim, mas foi em 57 que isso se...

J.T. - Não, o Jânio veio anteriormente. A história do Jânio é a história de um... Ele foi meu contemporâneo em São Paulo, fomos companheiros de mesa nos idos da vida universitária. Mas o fenômeno do Jânio é outro: é o fenômeno do homem que lutou, vamos dizer, pelas reivindicações populares, contra a carestia de vida em São Paulo. Por exemplo, já quando ele era prefeito e foi candidato ao governo do estado, ele aproveitou-se da especulação do preço havido e da escassez do arroz e do feijão. Tanto que diziam que os generais de batalha do Jânio, que na época o levaram a uma esmagadora vitória eleitoral em São Paulo, tinham sido os generais feijão e arroz. Então, o Jânio vinha já de antes.

C.G. - Sim, claro. Mas...

J.T. - E ele, evidentemente, sempre favorecia às categorias profissionais, mantendo um melhor relacionamento com os sindicatos ferroviários, portuários. Com aquele pessoal todo, ele alimentava um bom relacionamento. O Jânio não apareceu assim como um raio. Ele já vinha trabalhando com objetivo de captar a simpatia, o apoio dos trabalhadores, com muita objetividade. Inclusive, ele era um daqueles com quem precisávamos ter muito cuidado. Na Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo e em alguns setores do Ministério do Trabalho, como a seção de segurança, às vezes chegavam a criar dificuldades para a posse de diretorias eleitas em São Paulo, e o Jânio, como governador, atuava no sentido de defender a posse desta gente, de alguns até ligados a partidos extintos, esta coisa toda. Ele foi um homem cuja posição na defesa da liberdade sindical foi muito eficiente.

[FINAL DA FITA 7-A]

R.R. - Talarico, como é que se dava o relacionamento entre os ministros militares de Juscelino e o trabalhismo?

J.T. - Bem, evidentemente, não era fácil e nem tampouco muito harmônico esse relacionamento. Os ministros militares mantinham, em função das informações e em função das observações que faziam nas áreas sociais, grandes preocupações sobre os movimentos sindicais, movimentos de greve. Além do mais, o Conselho Nacional de Segurança e as seções de segurança dos ministérios mantinham os ministros militares

informados de toda essa movimentação. Conseqüentemente, os ministros tinham sempre apreensões, e nem sempre estavam de acordo com a posição do ministro do Trabalho ou do próprio movimento sindical. No Conselho de Segurança Nacional, durante o governo de Juscelino, funcionou por largos anos o então coronel Humberto de Melo, que depois foi comandante do II Exército e se tornou um dos chefes revolucionários, depois de 64, de maior rigor contra o PTB, contra aquelas forças políticas que atuaram antes de 64. Dessa maneira, devo dizer que sempre existiram dificuldades entre o PTB e aqueles que estavam com a responsabilidade da pasta da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica.

C.G. - Inclusive você contou aí o episódio do comando de greve que você tinha levado ao Catete, não é?

J.T. - Ah, sim. Por exemplo, quando houve em 58 a greve dos transportes coletivos, dos motoristas de ônibus, ocorreu um fato bastante estranho. Com o objetivo de superar o movimento grevista, através de recomendações do Jango, tínhamos convencido o comando de greve a ir ao Catete tentar um entendimento com o presidente da República, e fizemos muito esforço nesse sentido, inclusive obtendo a anuência do palácio do Catete para receber esse comando de greve. Na hora em que lá chegamos, o presidente e seus auxiliares tinham-se retirado. Ao deixarmos o palácio, desconcertados pela ausência do chefe da nação, defrontamo-nos com várias guarnições do DOPS, comandadas pelo coronel Danilo Nunes, que nos prenderam, a mim como parlamentar e ao comando de greve. Levados para o DOPS, lá fomos encarcerados. Esse é um dos aspectos. Poderia citar outros, de outras greves, em que o posicionamento do ministro da Justiça, do chefe de polícia e das autoridades de segurança foi totalmente contrário ao posicionamento do Ministério do Trabalho e do PTB.

R.R. - Talarico, 58 foi um ano em que Juscelino mudou a sua política econômica. O PTB teria sentido alguma modificação na posição de Juscelino com relação ao partido?

J.T. - O assunto foi muito discutido dentro do PTB. E as teses defendidas pelo Juscelino não tiveram aprovação do PTB. Inclusive, na famosa Operação Pan-americana, que ele apresentou ao governo norte-americano, não houve a acolhida, o respaldo do PTB, porque já nessa ocasião estava em pauta a discussão do projeto da remessa de lucros das empresas estrangeiras para o exterior, e a posição do PTB era

totalmente contrária àquela do PSD e contrária à do presidente Juscelino. Ademais, já nessa época, o Juscelino abandonara todos os outros planos e projetos de natureza social para se dedicar, com maior empenho, com maior afinco, à construção de Brasília. Então, praticamente o governo estava todo voltado para esse aspecto, e todos os outros aspectos sempre encontravam dificuldades de solução. Mas, evidentemente, pressionávamos, e graças a essas pressões procurávamos, através da política de subvenção, equilibrar a situação social.

Juscelino terminou seu governo dedicando grande parte do seu orçamento à subvenção das atividades econômicas, para cobrir os encargos sociais. Esta era uma fórmula que contrariava os princípios que ele defendia, mas que ia de encontro ao interesse do Jango e do PTB, tendo em vista uma solução imediata, uma solução social. Mas tínhamos as nossas divergências com o ministro da Fazenda, Lucas Lopes, com o presidente do Banco do Brasil... Tínhamos grandes dificuldades, inclusive na liberação de verbas para o Ministério do Trabalho, Ministério da Agricultura e Instituto de Previdência. Encontramos sempre muitas barreiras, muitos obstáculos, e isso era motivo inclusive de reclamos e de protestos. Enquanto isso, outros setores, que estavam entregues ao PSD ou a outras correntes políticas que não do PTB, tinham mais facilidades.

C.G. - É interessante, porque o Juscelino favoreceu muito o PTB de São Paulo. Ele concedeu muitos favores a...

J.T. - Não, ele não concedeu. Ele não fez favor ao PTB de São Paulo. Ele, vamos dizer, distinguiu a Ivete Vargas, que se tornava uma espécie de discordante e divergente do Jango. Então, no momento em que prestigiava a Ivete, ele, no fundo, estava combatendo o Jango. Por exemplo: o Jango levava as reivindicações relativas às designações de elementos para cargos de representação ou de confiança, que era atribuídos ao PTB, e a Ivete apresentava uma outra lista. Os indicados em São Paulo era sempre os da Ivete, e não os do Jango.

C.G. - Quer dizer, o período do governo Juscelino foi um período de dificuldade de controle da máquina trabalhista pelo Jango.

J.T. - Não, ele não teve dificuldades em controlar a máquina partidária. Ele teve problemas em controlar alguns dos presidentes do PTB, como a Ivete, o Wilson Fadul e

outros, porque a máquina governamental manobrava com esses elementos contra o próprio Jango, dificultando a autoridade política do Jango dentro do PTB.

C.G. - E o PTB aqui do Distrito Federal, que era liderado pelo Lutero, também...

J.T. - Não. O caso do Distrito Federal foi muito melancólico. O Distrito Federal, que tinha sido a célula máter do PTB, por incrível que pareça, foi o que menos posições desfrutou no governo do Juscelino e do próprio Jango. Acontece que o Rio de Janeiro, por suas condições, acabava abrigando elementos de todos os estados. Então, as indicações que deveriam ser do PTB do Rio de Janeiro acabavam sendo do PTB nacional.

C.G. - Quer dizer que o PTB do Distrito Federal se misturava, de uma certa maneira, com...

J.T. - ... com o PTB nacional. Então, era difícil você estabelecer um posicionamento, uma política regional, porque você não dispunha de cobertura para o partido em posições não só da prefeitura como em outros cargos de âmbito regional. Os cartórios, por exemplo, nunca foram dados aos cariocas ou ao pessoal fluminense; cargos de diretores da prefeitura, secretaria e tal, praticamente não eram dados por indicação para o PTB. Houve uns dois ou três casos aí. De maneira que o PTB do Rio de Janeiro sempre foi muito órfão no seu amparo por parte dos governos que deviam lhe dar melhor condição. Inclusive, no próprio governo do Jango, o PTB do Rio de Janeiro teve muito pouco ou quase nada.

C.G. - E por quê? Você acha que isso seria uma...

J.T. - Isso se dava em função de não se ter fixado ou não se ter definido uma liderança regional. O Rio de Janeiro, em termos regionais, só está se definindo agora, dez ou 15 anos depois da transferência da capital da República. Parece que os cariocas e os fluminenses não se deram conta de que o Rio deixou de ser capital da República. O carioca até agora continua pensando no Rio de Janeiro como capital do Brasil, como capital cultural, como capital de irradiação, e ainda não se deu conta de que nos tornamos uma província, uma região, um estado que tem que disputar com os outros 22.

E não temos a experiência da luta regional que os outros estados obtiveram durante todos esses anos. Anteriormente, e até agora, exatamente pelas invenções que o governo federal continua fazendo aqui no Rio de Janeiro, não disciplinamos uma política regional, não disciplinamos uma administração regional, não sabemos até como postular, como reivindicar determinadas vantagens e proventos que são dados aos estados. Enfim, ao carioca e ao fluminense está carecendo uma definição regional. Ainda não houve assim o convencimento de que passamos a estado ou passamos a província.

C.G. - Agora, no governo Jânio, como é que ficou essa condição trabalhista, essa condição do PTB?

J.T. - Bom, o Jânio colocou no Ministério do Trabalho um homem que era oriundo do PTB, o Castro Neves. Tinha sido um dos fundadores do PTB, homem de relacionamento com dr. Getúlio e com conhecimento na área do PTB. Mas, logo de início, travaram-se confrontos entre Jânio, Jango e o próprio PTB. O Jânio, por determinação do ministro da Justiça, mandou instaurar um inquérito no âmbito da Previdência Social, no qual envolvia o próprio vice-presidente da República e outros elementos que tinham pertencido ao governo Juscelino Kubitschek, mas representando o PTB.

C.G. - Um inquérito com relação a nomeações?

J.T. - Com relação à administração desses setores. Conseqüentemente, isto logo no início agravou as relações, que foram-se tornando cada vez mais graves. A história está aí, e indica que inclusive a viagem que o Jango fez à China tinha um esquema preestabelecido. A própria história relata. Então, não houve relacionamento, não houve, vamos dizer, um entrelaçamento entre os trabalhistas e o Jânio, apesar de o Jânio ter sido eleito, antes, deputado pelo Paraná. Mas, por incrível que pareça, o PTB se manteve coeso e unido contra o Jânio. Se não hostilizou, não estabeleceu uma luta frontal, também não se aproximou dele nem colaborou. Ficou assim na base da observação, na base da vigilância. Os primeiros atos que o Jânio cometeu no seu governo foram de hostilidade ao PTB e ao seu líder, que era o Jango. E isso marcou definitivamente essa separação entre PTB e Jânio.

R.R. - Como é que o PTB reagiu na crise de sucessão, quando Jânio saiu da Presidência?

J.T. - Bom, aquilo foi, vamos dizer, um negócio surpreendente, estarrecedor. A notícia chegou aqui no Rio de Janeiro a uma hora da tarde, mais ou menos, uma e pouco. Lembro-me que eu saía do Ministério do Trabalho indo para *A noite*, a nova *Noite*, que estava funcionando aqui na Cinelândia. Ao voltar, já vi uma aglomeração, na qual estavam vários elementos da *Última hora*. Estava o Marco Antônio Coelho, estavam alguns líderes sindicais já se movimentando e, a partir desse momento, aqui na Cinelândia, iniciou-se um movimento de reação contra a renúncia do Jânio. Sem maiores informações de como ela tinha ocorrido, passou-se a especular que teria sido por pressões norte-americanas e tal. Tanto assim que, a partir das quinze horas até noite adentro, estabeleceu-se um movimento que alcançou a presença de milhares de pessoas na Cinelândia. A partir daí, houve os desdobramentos que a história já registra. Mas, no meio sindical, inclusive aqui no Rio de Janeiro, onde estavam as sedes das entidades, das federações, confederações, CGT, CPOIS, PUA, o primeiro movimento não foi pela posse do Jango, mas pelo retorno do Jânio. Houve uma grande movimentação, inclusive com decretação de greve nacional, de articulação de um movimento desse tipo. A partir daí, e durante duas ou três semanas, a Cinelândia tornou-se palco dos embates mais duros. Mas a posse do Jango só começou a ser trabalhada três ou quatro dias depois da renúncia, o que equivale a dizer que as lideranças sindicais só passaram a prestigiar a posse do Jango quando constataram a impossibilidade do retorno do Jânio ao poder.

R.R. - E quanto ao movimento que impedia a posse do Jango, o PTB tomou alguma atitude? Quais foram as articulações do PTB?

J.T. - Este fato está mais que elucidado nas posições tomadas pelo Brizola, pelos governadores trabalhistas e, em Brasília, pela Frente Parlamentar Nacionalista. Por pessoas como o Adauto Lúcio Cardoso e Franco Montoro, que passaram inclusive a defender a posse do Jango. Eu, por exemplo, sofri nessa época um atentado.

R.R. - O Lacerda também estava agindo aqui contra o movimento...

J.T. - Sim, o Lacerda tomou conta da cidade. Decretou censura à imprensa, invadiu os jornais, designou censores para os jornais e prendeu gente. Sou uma dessas vítimas, porque nesse movimento todo, participando pela posse do Jango, fui linchado por um grupo de oficiais da Aeronáutica no Flamengo. Isso me produziu tal estado físico que passei cerca de 30 dias no hospital com problemas de coluna e outros problemas. Fiquei internado naquela casa de saúde Santa Terezinha, onde trabalhava o Lutero. Tanto que não assisti à posse do Jango, em consequência do linchamento, quando apanhei de fio de arame e pau.

C.G. - Talarico, você falou que o PTB do Distrito Federal, de uma certa forma, sempre esteve um pouco esvaziado, em função da identificação do diretório regional com a executiva nacional...

J.T. - Pelo contrário, pela não identificação do regional com o nacional.

C.G. - É, exatamente. Pela não identificação. A partir de 1960, me parece que, com a candidatura do Sérgio Magalhães, o PTB do Distrito Federal começa a adquirir, senão uma certa autonomia, pelo menos um certo destaque...

J.T. - Não, não foi bem com a candidatura do Sérgio. Foi com a campanha eleitoral em 62, com a vinda do Brizola para disputar a deputação federal. Na verdade, se o Sérgio fixou alguma posição, alguma liderança pessoal, ele não conseguiu o controle do partido, que continuava, parte na mão de Lutero, parte entre os amigos do Jango. Então, ele era uma terceira força: primeiro era o Lutero, que controlava o partido; em segundo os amigos do Jango; e em terceiro o grupo do Sérgio. Aqui no Rio de Janeiro, perdemos duas eleições, a de 60 e a de 58, por uma diferença de 20 a 30 mil votos. Bom, eu, como secretário da executiva regional...

C.G. - Desde quando você foi secretário?

J.T. - A partir de 54. A partir daí, concebemos que era preciso estabelecer aquela posição que eu defendia para o Brizola. Tínhamos que nos caracterizar como força antagônica à UDN e anti-Lacerda. Para isso, tínhamos que trazer um reforço de fora. Na

época, pela legislação eleitoral, você podia trazer um ex-governador ou um governador para ser candidato a um cargo eletivo aqui. A primeira figura pensada foi o Parsifal, mas como o Parsifal tinha tido um comportamento pouco coerente com o PTB depois que assumiu o governo do Ceará, tendo uma conduta muito conservadora, pensamos em outras figuras e...

C.G. - Pensaram no Mauro Borges?

J.T. - Não, o Mauro Borges nunca nos sensibilizou muito. Acabei indo ao Rio Grande do Sul convidando o Brizola, ainda no governo do estado, para ser candidato a deputado federal. Ele já estava convidado pelo PTB do Paraná, pelo sudoeste, onde havia a predominância da colônia gaúcha, e lhe garantiam cem mil votos. A dificuldade exatamente foi...

C.G. - Você teve dificuldade para convencê-lo?

J.T. - Tive dificuldade por isso. Porque ele estava lançado pelo PTB do Paraná com a garantia de cem mil votos. Evidentemente, o político queria saber que condições, que garantias eu podia oferecer a ele. A primeira garantia era a de que eu não seria candidato a deputado federal; a segunda era o apoio de dez a 15 deputados estaduais, em torno do seu nome. Depois, articularíamos alguns elementos de outros partidos, como do Partido Socialista Brasileiro, a seu favor. E o Brizola acabou sendo apoiado por cerca de 20, 25 deputados estaduais.

Mas havia um outro problema. Nós também sempre pedíamos a eleição para a UDN no âmbito estadual. A UDN sempre elegia mais vereadores e mais deputados estaduais. Então, como sabíamos que o Lacerda seria candidato à presidência da República - já se anunciava potencialmente com esta pretensão -, tínhamos que reforçar a chapa de deputado estadual. Assim, passei de candidato a deputado federal para candidato a deputado estadual, e pusemos também na chapa do PTB outros nomes para reforçar. Essa articulação teve validade. Primeiro, porque esmagamos a UDN na eleição para deputado federal, ficando ela reduzida a quatro ou cinco elementos. No âmbito estadual, onde sempre perdíamos, também equilibramos. Com o apoio do Partido Socialista e do PSD, tínhamos quase que a maioria na Assembléia Legislativa, o que dificultava a dificultou, de fato, todo o governo do Lacerda. Então, a partir de 62, o PTB do Rio de

Janeiro passou a ter uma outra posição, uma outra consciência político-partidária e até ideológica. E, apesar de ainda participarem da representação na Assembléia Legislativa do estado elementos não muito afinados com um programa ideológico ou com um programa mais avançado, havia figuras que atuavam brilhantemente, como o Paulo Alberto Monteiro de Barros...

[FINAL DA FITA 8-A]

J.T. - ... Hércules, enfim, uma representação que dificultou muito a atuação da UDN e a administração do Lacerda.

C.G. - A cogitação do nome do Brizola teria sido, em primeiro lugar, em função da necessidade que o PTB do Distrito Federal tinha de um nome forte para desmobilizar a candidatura do Lacerda, não é?

J.T. - Não, desmobilizar a candidatura do Lacerda, não.

C.G. - Perfeito. Mas você acha, também, que teria sido um prêmio pelo fato de o Brizola ter tido toda aquela atuação na Campanha da Legalidade?

J.T. - Não. O fato passou-se apenas como eu disse a você. Foi uma lembrança minha, uma cogitação levada ao Lutero, que, em princípio, não criou nenhuma dificuldade. Depois, foi submetida ao Jango, que também não se opôs. Pelo contrário, achou interessante. Ademais, os diretórios que compunham o PTB tinham direito a vagas. Então, eu dispunha de vaga no diretório que presidia, o diretório de São José, independente da vontade do Jango, independente da vontade do Lutero. Isso ocorreu. Inclusive ele não teve necessidade de fazer nenhuma *démarche*, nenhum entendimento com o PTB do Rio de Janeiro. Ele veio...

C.G. - Ele já veio com a cama feita.

J.T. - Com a cama feita, não; ele veio com a candidatura praticamente concretizada.

C.G. - Perfeito. Você poderia falar um pouquinho sobre a campanha do Brizola? Apesar de ele ter tido todo esse apoio, você não acha que, de uma certa forma, a votação maciça que ele recebeu teve alguma coisa a ver com o discurso dele ou com o tipo de...

J.T. - Sim. Estava em pauta no Congresso, por exemplo, a Lei de Remessa de Lucros; estava em pauta a reforma agrária.

C.G. - Bom, então foi uma época de reformas de base, não é?

J.T. - Sim, como estou dizendo, estava em pauta tudo isso. E ele enfocou, dentro dos princípios que defendia, dentro de princípios nacionalistas, a usurpação das empresas estrangeiras no Brasil, a exploração que o Brasil sofria. Aquelas suas palestras na Mayrink Veiga a respeito desses aspectos todos, tudo isso motivou muito o eleitorado. Basta dizer que isso me criou muitas dificuldades, porque o Sérgio Magalhães não ficou muito satisfeito com o fato de, depois de ter sido o candidato ao governo da Guanabara, ter sido eleito deputado com apenas 40 ou 50 mil votos. Com o Elói Dutra deu-se o mesmo. Esse aspecto da cozinha interna do partido me criou muitas dificuldades, muitos problemas. Os nossos companheiros, que dispunham de uma liderança regional, assistem um companheiro do Rio Grande do Sul se apresentar e obter um êxito eleitoral desse tipo. Você há de imaginar o que eu não tive que responder, porque, pelo menos esses dois - o Elói e o Sérgio Magalhães - sofreram com o confronto. Especialmente o Sérgio, porque ficou evidenciado que, se ele tivesse, na sua campanha ao governo, a coragem e a disposição que teve o Brizola, ele teria tido melhor êxito, melhor sucesso. Ele não soube se colocar. Essa é que é a verdade.

C.G. - É uma questão de estilo político.

J.T. - Não, não é estilo político não. É questão, talvez, de temperamento, e, além de temperamento, de um certo constrangimento, uma certa dificuldade em se posicionar como força antagonista ao Lacerda. Ele não se convenceu que era um adversário do Lacerda; ele não se convenceu que era uma força de contestação ao Lacerda. Se ele se convence disso tinha levado melhor na sua campanha. Ainda mais naquela época em que o confronto com o lacerdismo, com...

Continuo dizendo que ele foi ludibriado e foi roubado na apuração, mas, sem dúvida nenhuma, aquela luta contra o Lacerda era uma luta decisiva para nós, uma luta de amor próprio, uma luta de quem queria tirar uma desforra de 54, uma desforra, uma resposta àquilo que o Lacerda tinha feito contra o dr. Getúlio. E o nosso Sérgio Magalhães não fez nada disso, não quis saber se o Getúlio se matou por causa do Lacerda ou porque o Lacerda teve uma influência negativa naquela... Sérgio estava apenas vivendo o momento, e nós, não. Nós tínhamos vivido todo aquele passado, aquele drama, e queríamos exatamente o confronto, a luta, a contestação.

C.G. - Acho interessante isso que você contou porque, na interpretação que fazia a respeito da candidatura do Brizola, eu pensava que, na verdade, o fato de o Brizola vir para a Guanabara era uma tentativa dele de projetar-se a nível nacional.

J.T. - Não, ele já estava projetado. Desde a hora em que assumiu a liderança do movimento pela posse do Jango, ele tinha se tornado a grande figura do PTB. Para nós foi uma grande coisa a sua vinda para cá.

C.G. - É, quer dizer que, na verdade, ele em princípio teria até ficado no Paraná, se o PTB da Guanabara não tivesse acenado...

J.T. - Se eu não tivesse acenado, e não o PTB. Fui eu que tomei a iniciativa de ir lá convencê-lo.

C.G. - O Brizola, a partir de um processo de radicalização e, de uma certa forma, do fato de ter-se desviado do Jango a partir de um determinado momento, foi um dos estopins da crise de 64, não é? Como é que você vê aí a atuação do Brizola?

J.T. - Para mim, houve erro de parte a parte. Se não é o Brizola, o Jango não tomava posse. Essa que é a verdade. Os fatos passados, a história vem provar que em parte o Brizola tinha razão. No momento em que o Jango assumiu o governo, ele não podia ter capitulado ou estabelecido favorecimentos ao adversário. O Brizola, durante o curso do governo do Jango, tentou exatamente colocar o governo dentro daquele posicionamento revolucionário, estabelecer uma revolução social, estabelecer novas normas para a vida política brasileira, e o Jango contemporizou.

C.G. - Conciliou.

J.T. - Não, contemporizou. Não conciliou porque não conseguiu conciliar. Ele formou o primeiro governo, um governo de conciliação, que não deu certo. Os governos seguintes foram para acabar com o parlamentarismo. Depois do plebiscito, ele devia ter-se aproveitado, exatamente para estabelecer novas diretrizes governamentais e políticas para o país, e não o fez. Então, a gente chega a conclusão de que, para o Jango, a conciliação, a contemporização e a procura de solução através do entendimento não deram certo, porque o derrubaram. Quem tem o poder na mão não pode, de forma alguma, dividir, oferecer ou dispô-lo para o inimigo. Ele foi derrubado por um golpe de força, uma inversão constitucional. E se a Revolução de 64, sob um argumento revolucionário, pôde reformular tudo, ele também, no momento em que alcançou o voto de confiança da nação com o plebiscito, que foi o voto de maior expressão de vitória da história do Brasil - mais de 9 milhões de votos a favor do governo dele -, tinha o dever histórico e o respaldo popular para fazer as reformas e para mudar a orientação do governo. Nesta hora não o fez, caiu.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]